



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 35ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**09/07/2025
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senadora Damares Alves
Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/07/2025.**

35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PLP 133/2021 - Não Terminativo -	SENADORA IVETE DA SILVEIRA	11
2	EMENDA(S) DE - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	19
3	PL 1069/2023 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	117
4	PL 5081/2023 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	135
5	PL 6050/2023 - Não Terminativo -	SENADOR MARCIO BITTAR	148
6	SUG 25/2020 - Não Terminativo -	SENADOR EDUARDO GIRÃO	184

7	SUG 8/2021 - Não Terminativo -	SENADOR EDUARDO GIRÃO	203
8	REQ 63/2025 - CDH - Não Terminativo -		218

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(UNIÃO)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 VAGO(9)(23)(19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Pedro Chaves(MDB)(24)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
VAGO(22)(20)		4 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damares Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
- (24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 9 de julho de 2025
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA

35ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 2021

- Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

Ementa do Projeto: *Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

Autoria do Projeto: Senador Fabiano Contarato

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Emenda 1 \(PLEN\)](#)

[Emenda 2 \(PLEN\)](#)

[Parecer \(CDH\)](#)

[Parecer \(CAS\)](#)

[Parecer \(CE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

TRAMITA EM CONJUNTO

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 2192, DE 2022

Ementa do Projeto: *Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Textos da pauta:[Avulso inicial da matéria](#)[Parecer \(CDH\)](#)[Parecer \(CAS\)](#)[Emenda 1 \(PLEN\)](#)[Parecer \(CE\)](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

Relatoria da(s) Emenda(s): Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CE.

Em 17/10/2023, a matéria recebeu parecer da CDH favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022.

Em 15/05/2024, a matéria recebeu Parecer da CAS, favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº 1-CAS (de redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2192, de 2022.

Em 03/12/2024, a matéria recebeu Parecer da CE, favorável ao Projeto de Lei nº 786/2021, com a Emenda nºs 1 - CAS/CE e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2192/2022.

Em 10/12/2024, a matéria recebeu as Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, de autoria do Senador Irajá.

ITEM 3**PROJETO DE LEI Nº 1069, DE 2023****- Não Terminativo -**

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Textos da pauta:[Avulso inicial da matéria](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)**ITEM 4****PROJETO DE LEI Nº 5081, DE 2023****- Não Terminativo -**

Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CI, CMA e CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 25, DE 2020

- Não Terminativo -

"Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 8, DE 2021

- Não Terminativo -

"Fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2025**

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha em alusão ao "Agosto Lilás" – Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Mulher. A Audiência Pública tem o objetivo de proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Damares Alves

Textos da pauta:

[Requerimento](#) (CDH)

1



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.



SF/21359.20252-56

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a seguinte redação:

“Art. 9º

.....”

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas:

I – decorrentes de obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

II – relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, sempre que custeadas por fundo criado com essa finalidade;

III – necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, inclusive à remuneração e à formação do conselheiro.

IV – ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não se procura, aqui, vulnerar os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para torná-la letra morta no tocante ao disciplinamento das finanças públicas. Muito ao contrário. O propósito é assegurar que a LRF se mantenha eficaz, inclusive no sentido de não permitir que o Poder Público haja com incúria, notadamente no que diga respeito ao



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

atendimento de imperiosas necessidades públicas, entre as quais se destaca a necessidade de que se respeitem os direitos da criança e do adolescente.

Um dos mais importantes advenços do Estatuto da Criança e do Adolescente, os conselhos tutelares são órgãos autônomos, permanentes e não jurisdicionais. Visam à proteção da juventude, atuando sempre que os direitos de crianças e adolescentes se encontrem sob ameaça ou efetivo estado de violação. Sob ameaça e violação porque os jovens nem sempre são capazes de protegerem a si mesmos, seja em face das próprias ações e omissões, seja porque os pais ou responsáveis e, até mesmo, o Estado falham na curso da importante tarefa de protegê-los.

Ao assegurar estabilidade orçamentária e financeira aos conselhos tutelares, garantimos o presente e o futuro de nossas crianças e adolescentes. Não é possível conceber disciplina fiscal à falta de responsabilidade social, notadamente quando em questão os direitos dos mais vulneráveis.

Esta iniciativa inspira-se em proposição da deputada Conceição Sampaio. A tramitação da proposta original teve seu curso interrompido prematuramente, tendo sido arquivada, na Câmara dos Deputados. Desejamos, agora, resgatar esse brilhante e valorosa ideia, levando-a à apreciação dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**

PSDB/DF



SF/21359.20252-56

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- artigo 9º



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 133, de 2021, do Senador Izalci Lucas, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 133, de 2021, de autoria do Senador Izalci Lucas.

O projeto objetiva salvaguardar as despesas necessárias ao funcionamento dos conselhos tutelares da *limitação de empenho e movimentação financeira* – o “contingenciamento”, no jargão orçamentário.

Para tanto, o art. 1º do projeto altera o § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para incluir as supracitadas despesas entre as exceções à limitação de empenho e movimentação financeira.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência imediata, com a lei entrando em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor da matéria alega que não pretende vulnerar os fundamentos da LRF, mas, sim, assegurar que ela se mantenha eficaz, não permitindo que o poder público atue com incúria no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente. Entende que, ao assegurar estabilidade

orçamentária e financeira aos conselhos tutelares, garantem-se o presente e o futuro de nossas crianças e adolescentes.

A proposição foi apresentada, em 13 de setembro de 2021, e distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, na sequência, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Nesta Comissão, a proposição foi inicialmente distribuída ao Senador Carlos Viana, em 15 de maio de 2023, que emitiu relatório favorável ao projeto que, no entanto, não chegou a ser votado.

Em 30 de abril do corrente ano, tive a honra de ser designada relatora da matéria.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regime Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção à infância e garantia dos direitos humanos. Assim, é claramente regimental a apreciação do projeto em tela por esta Comissão.

Relativamente à **constitucionalidade**, não há empecilho quanto à iniciativa dessa lei complementar por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente a direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Maior.

No tocante à **juridicidade**, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de **técnica legislativa**, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis. Com efeito, é feita alteração de lei já existente, como preceitua o inciso III do art. 12 dessa lei complementar. Entendemos também que o desdobramento em incisos do § 2º do art. 9º da LRF torna mais claro o seu texto.

O **mérito** do projeto é plenamente defensável. Em seu art. 227, a Constituição é clara: é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e a serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 131, atribui ao Conselho Tutelar a responsabilidade de zelar pelo cumprimento integral desses direitos.

Portanto, é plenamente justificável que as despesas necessárias ao funcionamento dos conselhos tutelares não sejam sujeitas a limitação.

Dessa forma, só resta nos manifestarmos pela aprovação deste louvável projeto ora em análise nesta Comissão.

III – VOTO

Diante do exposto, apresentamos voto pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 133, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2

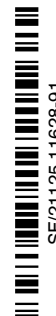


SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Os arts. 1º, 3º e 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e familiar.” (NR)

“**Art. 3º**

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e familiares.”

.....” (NR)

“**Art. 26.**

§ 11. Conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o *caput*.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, no que se refere ao disposto no art. 26, § 11.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

JUSTIFICAÇÃO

A luta das mulheres por igualdade é secular e já alcançou importantes conquistas na legislação, tais como a proteção à maternidade, a criminalização específica da violência contra a mulher, a obrigatoriedade da candidatura de mulheres a cargos políticos, dentre outros.

A principal razão desta normatização protetiva reside na vulnerabilidade social da mulher, a partir do sexismo ainda entranhado na cultura brasileira.

As mulheres, embora constituam a maioria populacional, ainda configuram verdadeiro grupo vulnerável no que se refere à participação social, ao respeito à sua dignidade, à divisão culturalmente obrigatória de tarefas domésticas e à participação no mercado de trabalho.

Como reforço argumentativo, cumpre destacar o levantamento “Outras formas de trabalho”, realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgado em 2019. Na pesquisa, observou-se que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto o homem não ocupado dedicou a metade (12,1 horas) em 2019. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados.

Ainda segundo a pesquisa, a análise do tipo de atividade por condição no domicílio mostra que a realização de afazeres pelos homens só se equipara à feita pelas mulheres quando aqueles vivem sozinhos. Quando o homem está em coabitação, seja na condição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge, sua realização de afazeres domésticos se reduz sensivelmente a certas atividades, exceto para a realização de pequenos reparos no domicílio. Por outro lado, para as mulheres, não existem grandes diferenças na realização da maioria das atividades domésticas conforme sua condição no domicílio e o fato de viverem sozinhas ou em coabitação.

Quanto ao cuidado de pessoas, também se evidencia a diferença conforme o sexo. A realização de cuidados está ligada principalmente à presença de crianças no domicílio. Enquanto 36,8% das mulheres afirmaram realizar cuidados, entre os homens essa taxa era de 25,9%.



SF/21125.11628-91



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Ademais, o estudo do IBGE revelou que, como as mulheres dedicam muito mais tempo às tarefas domésticas e de cuidados de pessoas do que os homens, o tempo de que elas dispõem para o trabalho fora de casa acaba por se reduzir.

Além disso, estudos comprovam que a sobrecarga da mulher também é causa de transtornos psíquicos. Conforme argumentam Paloma de Sousa Pinho e Tânia Maria de Araujo, em “Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres” (Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 560-572, setembro, 2012):

A literatura aponta aumento da morbidade psíquica entre as mais diversas populações e, entre as doenças mentais, os Transtornos Mentais Comuns (TMC) vêm se destacando, principalmente entre as mulheres. Os Transtornos Mentais Comuns são caracterizados por sintomas como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas. Esses transtornos alteram o funcionamento normal dos indivíduos, prejudicando seu desempenho na vida familiar, social, pessoal e no trabalho.

As mulheres têm apresentado consideravelmente mais sintomas de angústia psicológica e desordens depressivas do que os homens. Os transtornos mais frequentes entre as mulheres são aqueles relacionados aos sintomas de ansiedade, humor depressivo, insônia, anorexia nervosa e sintomas psicofisiológicos;

[...]

A inserção feminina no mercado produtivo, ao contrário dos homens, é limitada por responsabilidades domésticas e familiares, tendo o emprego que ser adaptado às suas outras funções. Assim, estando ou não inseridas no mercado de trabalho, em geral as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são socialmente desvalorizadas e desconsideradas.

[...]

Em síntese, os achados deste estudo evidenciam associação positiva entre alta sobrecarga doméstica e os transtornos mentais.

O trabalho doméstico é uma atividade fundamental à existência humana; assim, evidencia-se a necessidade de revisá-lo enquanto uma prática social, enquanto uma forma de trabalho essencial ao processo de reprodução/produção, buscando-se formas mais saudáveis e mais igualitárias para sua realização. Isto equivale incluir, na análise do trabalho feminino, a relação entre as esferas da produção e da reprodução, já que para as mulheres, como se observou aqui, a experiência de vida implica no convívio dessas duas esferas, seja pela via do entrosamento, seja pela via do conflito/superposição de papéis.



SF/21125.11628-91



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Ademais, cumpre destacar que a paternidade responsável, prevista na Constituição de 1988, prevê que os pais, ao assumirem esta condição, tornam-se titulares de diversas obrigações, como assistir, criar e educar seus filhos e filhas, passando a ser responsáveis pela assistência física e emocional de seus descendentes.

Contudo, tendo em vista a diversidade da vida afetiva familiar, se mostra mais adequado que conste o termo ‘parentalidade responsável’, pois abrange não só vínculo genético, como também a filiação socioafetiva.

Assim, a proposição ora apresentada busca, justamente, construir uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos. Com essa revisão de papéis, é possível que alcancemos, ainda, menores índices de abandono de filhos por pais, alienação parental, violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar e outros efeitos nocivos do panorama atual.

Ao intervir positivamente no momento de formação escolar do indivíduo, faz-se possível o fomento de um novo comportamento social e de um novo posicionamento da mulher na dinâmica das relações privadas, com reflexos positivos também nas relações sociais e de trabalho.

Peço, por conseguinte, o apoio dos nobres senadores para que este Projeto de Lei seja aprovado.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - artigo 1º
 - artigo 3º
 - artigo 26

EMENDA Nº (ao PL 2192/2022)

Suprima-se o § 9º do art. 26; e dê-se nova redação ao *caput* do § 9º do art. 26, ambos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 26.**

.....

§ 9º (Suprimir)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, a mulher e demais grupos vulneráveis serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e outras legislações correlatas, observadas a produção e a distribuição de material didático adequado.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e demais grupos vulneráveis nos currículos escolares atende a uma necessidade urgente de fortalecer a educação como um instrumento de transformação social.

O ambiente escolar é fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, sendo o espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores como respeito, equidade e justiça. Nesse sentido, é imperativo que os currículos escolares abordem de maneira estruturada e transversal temas como a igualdade de gênero, os direitos humanos e a prevenção



de violências, criando uma cultura de respeito às diferenças e combate às discriminações e violências que afetam diferentes grupos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis.

Esta emenda se justifica pela necessidade de ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis. A abordagem de igualdade de gênero e direitos humanos em sala de aula é um caminho eficiente para desconstruir estereótipos de gênero, que muitas vezes são a base das desigualdades e violências enfrentadas, sobretudo pelas mulheres e meninas.

Sala das sessões, 10 de dezembro de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)



EMENDA Nº
(ao PL 786/2021)

Dê-se nova redação ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 26.** Conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o caput, com enfoque na promoção da equidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, cuidados familiares, e na participação conjunta e ativa de ambos os genitores na criação dos filhos, independentemente da configuração familiar” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de uma abordagem prática e ampla sobre parentalidade responsável é essencial para promover um ambiente de educação que vá além da mera conscientização. Essa emenda visa assegurar que os estudantes sejam expostos a conteúdos que incentivem a divisão equilibrada das responsabilidades familiares e que promovam um entendimento claro sobre a importância da participação ativa e conjunta dos pais ou responsáveis na educação e no bem-estar dos filhos.

Sala das sessões, 10 de dezembro de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 97, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

11 de outubro de 2023



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para tanto, acrescenta aos arts. 1º e 3º da LDB a ideia de “práticas familiares”, que se soma às práticas de trabalho e às sociais, já presentes na norma. Ainda traz a ideia de “parentalidade responsável” a ser incluída como tema transversal nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, de modo a integrar a base nacional curricular comum.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

Em sua justificação, o autor chama a atenção para a urgência e a razoabilidade de se perceber, ao trazer o tema para os currículos escolares, a importância dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres. Essa importância não é reconhecida por causa do machismo e do sexismo ostensivamente presentes na sociedade. Traz para seus argumentos pesquisa nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, que deixa claro que, não importa o quanto trabalhem fora, as mulheres farão, em casa, pelo menos (quando não é muito mais) o dobro do trabalho necessário à conservação do lar comum. Por fim, e evidenciando a gravidade do problema, apresenta pesquisa publicada na Revista Brasileira de Epidemiologia, em 2012, que demonstra a nítida associação entre, conforme diz o título da pesquisa, a “sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres”. Em síntese, a proposição busca “construir uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão e seguirá, posteriormente, para o exame das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte,

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o seu exame do PL nº 786, de 2021.

Tampouco observamos problemas de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

Ao contrário. A matéria está bem redigida, com forma tão concisa quanto precisa, e de seus termos, consequentemente, podem-se



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

esperar benefícios reais para nossa vida social e cultural. Se o machismo e o sexismo se reproduzem em casa e na cultura espontânea, irracional, das ruas, é possível, contudo, atalhá-los com a regularidade e o poder racional da escola. Ademais, pode-se prever o efeito colateral de tornar a própria vida escolar mais atraente para os educandos, na medida em que *haverá disciplinas que tratam de suas vidas reais* valendo-se de saberes científicos que têm a capacidade de renovar os costumes.

Só vemos virtudes na matéria.

Observe-se, outrossim, que tramita em conjunto com a proposição em exame o PL nº 2.192, de 2022, e que tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021 e pela **rejeição** do PL nº 2.192, de 2022

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Relatório de Registro de Presença
CDH, 11/10/2023 às 11h - 73ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)		
TITULARES		SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS		3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA		4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA		3. VAGO
AUGUSTA BRITO		4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA		6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS		7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)		
TITULARES		SUPLENTE
MAGNO MALTA		1. EDUARDO GOMES PRESENTE
ROMÁRIO		2. VAGO
EDUARDO GIRÃO		3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)		
TITULARES		SUPLENTE
DR. HIRAN		1. VAGO
DAMARES ALVES		2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 786/2021)

NA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PL 786/2021 E PELA REJEIÇÃO DO PL 2192/2022.

11 de outubro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa

RELATOR: Senadora Teresa Leitão

15 de maio de 2024



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805/2015), da Deputada Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Relatora: Senadora **TERESA LEITÃO**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, originalmente autuado como PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem, que tramitam em conjunto por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, é de autoria do Senador Fabiano Contarato e se propõe a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares, bem como para prever o estudo da

parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para essa finalidade, altera os arts. 1º, 3º e 26 da LDB. No art. 1º, altera seu § 2º, determinando que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar. Já no art. 3º, altera seu inciso XI, determinando que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho, práticas sociais e familiares. Por fim, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o *caput* desse artigo.

Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, tal grupo ainda se mostra vulnerável, com destaque para a sobrecarga comparativa de tarefas domésticas. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende que a expressão “parentalidade responsável” se mostra mais adequada, tendo em vista a diversidade da vida afetiva familiar. Entende o autor que, ao intervir positivamente no momento de formação escolar do indivíduo, faz-se possível o fomento de um novo comportamento social.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, é de autoria da Deputada Federal Erika Kokay. Trata-se de matéria que, em seu art. 2º, altera o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. E, em seu art. 3º, o PL determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a Deputada Federal Erika Kokay apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda que estudo concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, conclui querer colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram inicialmente distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nessa comissão, sob

relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o Parecer nº 97, de 2023, concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Após a apreciação pela CAS, seguirão para análise da Comissão de Educação e Cultura (CE).

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Risf, cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde, o que torna regimental sua apreciação das matérias em apreço.

Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

O Senador Fabiano Contarato, ao perceber cientificamente a soberba diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não-remunerado, elaborou majestoso projeto de lei que visa a atacar o problema em sua origem – isto é, na educação.

Dessa forma, o PL nº 786, de 2021, mostra-se alvissareiro e iluminista. Afinal, concebe que a educação escolar não se pode mostrar desvencilhada das práticas familiares. Por si só, a *educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo*, como observou magistralmente Paulo Freire. E é isso que queremos, pessoas que transformem o mundo para melhor.

Nesse sentido, nosso aplauso e voto entusiasmado ao PL nº 786, de 2021, devendo-se apenas redesignar como § 12 o proposto § 11 ao art. 26 da LDB, dado que a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, já criou § 11 naquele dispositivo.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, também nos parece meritório e é merecedor de elogios. Contudo, há de se reconhecer que perdeu a oportunidade. Assim dizemos porque desde sua propositura na Câmara dos Deputados, como o Projeto de Lei nº 2.805, de 2015, a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, alterou o § 9º do art. 26 da LDB de forma equivalente, incluindo nos currículos os conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. O PL nº 2.192, de 2022, está prejudicado, portanto.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS (De Redação)

Redesigne-se como § 12 o § 11 do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do Projeto de Lei nº 786, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****12ª, Extraordinária**
Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTEs
JAYME CAMPOS	1. RENAN CALHEIROS
SORAYA THRONICKE	2. ALAN RICK PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	3. MARCELO CASTRO
GIORDANO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
IVETE DA SILVEIRA	5. CARLOS VIANA
STYVENSON VALENTIM	6. WEVERTON PRESENTE
LEILA BARROS	7. ALESSANDRO VIEIRA
IZALCI LUCAS PRESENTE	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	
TITULARES	SUPLENTEs
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
MARA GABRILLI	2. NELSON TRAD
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO
JUSSARA LIMA PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. TERESA LEITÃO PRESENTE
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	7. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTEs
ROMÁRIO	1. ROGERIO MARINHO PRESENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	2. MAGNO MALTA
WILDER MORAIS	3. JAIME BAGATTOLI

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTEs
LAÉRCIO OLIVEIRA	1. CARLOS PORTINHO
DR. HIRAN PRESENTE	2. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	3. CLEITINHO

Não Membros PresentesLUCAS BARRETO
ANGELO CORONEL

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2192/2022)

NA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA TERESA LEITÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021, COM A EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO), E CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2192, DE 2022, QUE TRAMITA EM CONJUNTO.

15 de maio de 2024

Senador HUMBERTO COSTA

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 138, DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senadora Leila Barros

03 de dezembro de 2024

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*. Os



projetos tramitam em conjunto nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, busca alterar os arts. 1º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), para determinar que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar e que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho e práticas sociais e familiares. Ainda, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre “parentalidade responsável” serão incluídos entre os temas transversais dos currículos da educação básica. Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26, que deve produzir efeitos em 1º de janeiro do ano subsequente à publicação da lei.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, o sexismo ainda entranhado na sociedade brasileira resulta na sobrecarga feminina nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado de pessoas, inclusive de filhos, o que está altamente associado a transtornos mentais comuns em mulheres. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende a construção de uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos, por meio da formação escolar.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, busca alterar o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, com vigência imediata da lei em que se transformar.

Em sua justificação, a autora do projeto apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda sobre estudo que concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, pretende colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão. Na CDH, sob relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o parecer



concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Na CAS, o relatório foi favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº1 – CAS (De Redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2.192, de 2022. Não foram apresentadas outras emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise dos PLs nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Ainda, insta mencionar que as proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foram redigidas de acordo com a boa técnica legislativa. Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

Passando à análise do mérito do PL nº 786, de 2021, é realmente gritante e assustadora a diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado, que, como bem destacou o autor da proposição, deve ser combatida desde cedo, por meio da educação.

Dessa forma, a proposição se mostra acertada, necessária e urgente, na medida em que a educação escolar deve estar vinculada às práticas familiares e buscar a isonomia nas relações e dinâmicas de gênero que se desenvolvem dentro desses núcleos. A construção da masculinidade e da feminilidade no espaço escolar devem combater a crença de que meninas devem se restringir a ocupações ligadas ao cuidar enquanto os meninos são encorajados a uma ampla possibilidade de outras profissões, para fazer as crianças entenderem desde cedo que todos podem escolher quaisquer profissões e todos devem estar comprometidos igualmente com os cuidados domésticos e dos filhos.

Diante desse contexto, o PL nº 786, de 2021, contribui para que os estudantes compreendam, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de ajudar na desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e



maior presença das mulheres em diversos campos e dos homens nas atividades domésticas e de cuidado.

A única ressalva que fazemos à proposição se refere à necessidade de renumeração como § 12 do dispositivo a ser inserido no art. 26 da LDB, tendo em vista já haver atualmente o § 11, acrescido ao dispositivo pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Com isso, preconizamos adotar os termos da Emenda nº 1 – CAS, que deve ser acolhida.

Por sua vez, apesar do inegável mérito do PL nº 2.192, de 2022, houve perda de oportunidade da matéria, tendo em vista a superveniência da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que alterou o § 9º do art. 26 da LDB no mesmo sentido, para incluir nos currículos da educação básica conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. Assim, a matéria resta prejudicada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, e da Emenda nº 1 – CAS, e pelo **arquivamento** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****71ª, Extraordinária****Comissão de Educação e Cultura**

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE
RODRIGO CUNHA		2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO		3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA		6. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
CARLOS VIANA		7. ALAN RICK	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM		8. ZEQUINHA MARINHO	
CID GOMES		9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO	
RANDOLFE RODRIGUES		5. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	8. HUMBERTO COSTA	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
WELLINGTON FAGUNDES		1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. BETO MARTINS	
EDUARDO GIRÃO		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		5. MARCOS ROGÉRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

WEVERTON

DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 786/2021)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 03/12/2024, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786/2021, COM A EMENDA Nº 1 - CAS/CE E PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 2192/2022.

03 de dezembro de 2024

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre as Emendas nº1-PLEN e nº 2-PLEN, aos Projetos de Lei nº 786, de 2021, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do *caput* do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), as Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN ao Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de*



SENADO FEDERAL

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio; e ao PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), de autoria da Senadora Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Os dois projetos tramitam em conjunto, por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do RISF.

A CDH aprovou o PL nº 786, de 2021, e rejeitou o PL nº 2.192, de 2022. A Comissão de Assuntos (CAS) tomou a mesma decisão, com a aprovação da Emenda nº 1-CAS. Por sua vez, a Comissão de Educação e Cultura (CE) também aprovou o PL nº 786, de 2021, com a emenda da CAS, e votou pelo arquivamento do PL nº 2.192, de 2022.

A Emenda nº 1-PLEN, do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 2.192, de 2022, altera a redação do § 9º do art. 26 da referida Lei nº 9.394, de 1996 (conhecida como LDB), que dispõe sobre temas transversais a serem incluídos nos currículos da educação básica. A emenda procura incluir conteúdos relativos à promoção da igualdade de gênero, bem como ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra os *demais grupos vulneráveis*, em acréscimo às mulheres, crianças e adolescentes, que o dispositivo já contempla. Suprime, ainda, a parte final do dispositivo, que exige a adequação do material didático **a cada nível de ensino**.

A Emenda nº 2-PLEN, também do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 786, de 2021, altera o *caput* do art. 26 da LDB para determinar que conteúdos sobre parentalidade responsável sejam incluídos entre os temas transversais, *com enfoque na promoção da equidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, cuidados familiares, e na*



SENADO FEDERAL

participação conjunta e ativa de ambos os genitores na criação dos filhos, independentemente da configuração familiar.

Após a decisão da CDH, as emendas seguem para a apreciação da CAS e da CE.

II – ANÁLISE

As sugestões da Emenda nº 1-PLEN, que são alterações feitas ao texto do PL nº 2.192, de 2022, são feitas sob a justificativa de se ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis.

A emenda desconsidera as alterações feitas pela Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que, de modo oportuno, simplificou as referências legais feitas nesse dispositivo da LDB e especificou que a produção e distribuição de material didático adequado diz respeito a cada nível de ensino. Tal especificação torna mais precisa a determinação de adequar o material didático consoante a faixa etária dos estudantes.

Este projeto foi apensado ao PL nº 786, de 2021, em virtude da similaridade. O relatório da análise feita nesta CDH ressalta que: “tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022”.

Além de ter sido rejeitado pelas razões expostas nesta CDH, as demais comissões destinadas à análise também rejeitaram a proposta. Logo, compreende-se a sua prejudicialidade e o não cabimento da emenda sugerida.

Mas, ainda que não tenha sido prejudicado, entende-se que a emenda não atribuiu razões a ponto de reverter o parecer anterior. Por este motivo, rejeitamos a Emenda nº 1-PLEN.



SENADO FEDERAL

Já a Emenda nº 2-PLEN, aparentemente por lapso redacional, suprime todo o atual art. 26 da LDB, que apresenta diversos comandos sobre os currículos da educação básica. Essa supressão, decerto, não é a intenção do autor. De todo modo, mesmo se relevássemos a técnica legislativa, não nos parece que a emenda deva prosperar, pois o desdobramento curricular proposto para o tema parentalidade responsável, além de ser limitante, pode ser feito em documentos infralegais.

Identificamos, ainda, imprecisão na atribuição de responsabilidades aos *genitores*, *independentemente da configuração familiar*, já que eles podem perder o poder familiar, que pode ser exercido por família substituta ou adotiva.

Dessa forma, não convém acolher as sugestões apresentadas pelas referidas emendas.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, ao Projetos de Lei nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022.

Sala das Comissões,

, Presidente

, Relatora

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Art. 2º O § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26.

.....

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

observadas a produção e a distribuição de material didático adequado.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de abril de 2021.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 31/2021/PS-GSE

Brasília, 30 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.805, de 2015, da Câmara dos Deputados, que “Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213189126700>



* CD 213189126700 * LexEdit



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2192, DE 2022

(nº 2.805/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1378233&filename=PL-2805-2015



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - parágrafo 9º do artigo 26
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 97, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

11 de outubro de 2023



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para tanto, acrescenta aos arts. 1º e 3º da LDB a ideia de “práticas familiares”, que se soma às práticas de trabalho e às sociais, já presentes na norma. Ainda traz a ideia de “parentalidade responsável” a ser incluída como tema transversal nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, de modo a integrar a base nacional curricular comum.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

Em sua justificação, o autor chama a atenção para a urgência e a razoabilidade de se perceber, ao trazer o tema para os currículos escolares, a importância dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres. Essa importância não é reconhecida por causa do machismo e do sexismo ostensivamente presentes na sociedade. Traz para seus argumentos pesquisa nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, que deixa claro que, não importa o quanto trabalhem fora, as mulheres farão, em casa, pelo menos (quando não é muito mais) o dobro do trabalho necessário à conservação do lar comum. Por fim, e evidenciando a gravidade do problema, apresenta pesquisa publicada na Revista Brasileira de Epidemiologia, em 2012, que demonstra a nítida associação entre, conforme diz o título da pesquisa, a “sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres”. Em síntese, a proposição busca “construir uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão e seguirá, posteriormente, para o exame das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte,

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o seu exame do PL nº 786, de 2021.

Tampouco observamos problemas de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

Ao contrário. A matéria está bem redigida, com forma tão concisa quanto precisa, e de seus termos, consequentemente, podem-se



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

esperar benefícios reais para nossa vida social e cultural. Se o machismo e o sexismo se reproduzem em casa e na cultura espontânea, irracional, das ruas, é possível, contudo, atalhá-los com a regularidade e o poder racional da escola. Ademais, pode-se prever o efeito colateral de tornar a própria vida escolar mais atraente para os educandos, na medida em que *haverá disciplinas que tratam de suas vidas reais* valendo-se de saberes científicos que têm a capacidade de renovar os costumes.

Só vemos virtudes na matéria.

Observe-se, outrossim, que tramita em conjunto com a proposição em exame o PL nº 2.192, de 2022, e que tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021 e pela **rejeição** do PL nº 2.192, de 2022

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Relatório de Registro de Presença
CDH, 11/10/2023 às 11h - 73ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)		
TITULARES		SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS		3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA		4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA		3. VAGO
AUGUSTA BRITO		4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA		6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS		7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)		
TITULARES		SUPLENTE
MAGNO MALTA		1. EDUARDO GOMES PRESENTE
ROMÁRIO		2. VAGO
EDUARDO GIRÃO		3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)		
TITULARES		SUPLENTE
DR. HIRAN		1. VAGO
DAMARES ALVES		2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 786/2021)

NA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PL 786/2021 E PELA REJEIÇÃO DO PL 2192/2022.

11 de outubro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa

RELATOR: Senadora Teresa Leitão

15 de maio de 2024



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805/2015), da Deputada Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Relatora: Senadora **TERESA LEITÃO**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, originalmente autuado como PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem, que tramitam em conjunto por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, é de autoria do Senador Fabiano Contarato e se propõe a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares, bem como para prever o estudo da

parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para essa finalidade, altera os arts. 1º, 3º e 26 da LDB. No art. 1º, altera seu § 2º, determinando que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar. Já no art. 3º, altera seu inciso XI, determinando que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho, práticas sociais e familiares. Por fim, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o *caput* desse artigo.

Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, tal grupo ainda se mostra vulnerável, com destaque para a sobrecarga comparativa de tarefas domésticas. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende que a expressão “parentalidade responsável” se mostra mais adequada, tendo em vista a diversidade da vida afetiva familiar. Entende o autor que, ao intervir positivamente no momento de formação escolar do indivíduo, faz-se possível o fomento de um novo comportamento social.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, é de autoria da Deputada Federal Erika Kokay. Trata-se de matéria que, em seu art. 2º, altera o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. E, em seu art. 3º, o PL determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a Deputada Federal Erika Kokay apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda que estudo concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, conclui querer colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram inicialmente distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nessa comissão, sob

relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o Parecer nº 97, de 2023, concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Após a apreciação pela CAS, seguirão para análise da Comissão de Educação e Cultura (CE).

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Risf, cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde, o que torna regimental sua apreciação das matérias em apreço.

Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

O Senador Fabiano Contarato, ao perceber cientificamente a soberba diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não-remunerado, elaborou majestoso projeto de lei que visa a atacar o problema em sua origem – isto é, na educação.

Dessa forma, o PL nº 786, de 2021, mostra-se alvissareiro e iluminista. Afinal, concebe que a educação escolar não se pode mostrar desvencilhada das práticas familiares. Por si só, a *educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo*, como observou magistralmente Paulo Freire. E é isso que queremos, pessoas que transformem o mundo para melhor.

Nesse sentido, nosso aplauso e voto entusiasmado ao PL nº 786, de 2021, devendo-se apenas redesignar como § 12 o proposto § 11 ao art. 26 da LDB, dado que a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, já criou § 11 naquele dispositivo.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, também nos parece meritório e é merecedor de elogios. Contudo, há de se reconhecer que perdeu a oportunidade. Assim dizemos porque desde sua propositura na Câmara dos Deputados, como o Projeto de Lei nº 2.805, de 2015, a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, alterou o § 9º do art. 26 da LDB de forma equivalente, incluindo nos currículos os conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. O PL nº 2.192, de 2022, está prejudicado, portanto.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS (De Redação)

Redesigne-se como § 12 o § 11 do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do Projeto de Lei nº 786, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****12ª, Extraordinária**
Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
JAYME CAMPOS	1. RENAN CALHEIROS
SORAYA THRONICKE	2. ALAN RICK PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	3. MARCELO CASTRO
GIORDANO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
IVETE DA SILVEIRA	5. CARLOS VIANA
STYVENSON VALENTIM	6. WEVERTON PRESENTE
LEILA BARROS	7. ALESSANDRO VIEIRA
IZALCI LUCAS PRESENTE	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
MARA GABRILLI	2. NELSON TRAD
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO
JUSSARA LIMA PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. TERESA LEITÃO PRESENTE
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	7. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
ROMÁRIO	1. ROGERIO MARINHO PRESENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	2. MAGNO MALTA
WILDER MORAIS	3. JAIME BAGATTOLI

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	1. CARLOS PORTINHO
DR. HIRAN PRESENTE	2. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	3. CLEITINHO

Não Membros PresentesLUCAS BARRETO
ANGELO CORONEL

DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2192/2022)**

NA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA TERESA LEITÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021, COM A EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO), E CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2192, DE 2022, QUE TRAMITA EM CONJUNTO.

15 de maio de 2024

Senador HUMBERTO COSTA

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

EMENDA Nº
(ao PL 2192/2022)

Suprima-se o § 9º do art. 26; e dê-se nova redação ao *caput* do § 9º do art. 26, ambos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 26.**

.....

§ 9º (Suprimir)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, a mulher e demais grupos vulneráveis serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e outras legislações correlatas, observadas a produção e a distribuição de material didático adequado.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e demais grupos vulneráveis nos currículos escolares atende a uma necessidade urgente de fortalecer a educação como um instrumento de transformação social.

O ambiente escolar é fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, sendo o espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores como respeito, equidade e justiça. Nesse sentido, é imperativo que os currículos escolares abordem de maneira estruturada e transversal temas como a igualdade de gênero, os direitos humanos e a prevenção



de violências, criando uma cultura de respeito às diferenças e combate às discriminações e violências que afetam diferentes grupos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis.

Esta emenda se justifica pela necessidade de ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis. A abordagem de igualdade de gênero e direitos humanos em sala de aula é um caminho eficiente para desconstruir estereótipos de gênero, que muitas vezes são a base das desigualdades e violências enfrentadas, sobretudo pelas mulheres e meninas.

Sala das sessões, 10 de dezembro de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 138, DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senadora Leila Barros

03 de dezembro de 2024

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*. Os



projetos tramitam em conjunto nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, busca alterar os arts. 1º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), para determinar que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar e que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho e práticas sociais e familiares. Ainda, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre “parentalidade responsável” serão incluídos entre os temas transversais dos currículos da educação básica. Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26, que deve produzir efeitos em 1º de janeiro do ano subsequente à publicação da lei.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, o sexismo ainda entranhado na sociedade brasileira resulta na sobrecarga feminina nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado de pessoas, inclusive de filhos, o que está altamente associado a transtornos mentais comuns em mulheres. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende a construção de uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos, por meio da formação escolar.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, busca alterar o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, com vigência imediata da lei em que se transformar.

Em sua justificação, a autora do projeto apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda sobre estudo que concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, pretende colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão. Na CDH, sob relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o parecer



concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Na CAS, o relatório foi favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº1 – CAS (De Redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2.192, de 2022. Não foram apresentadas outras emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise dos PLs nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Ainda, insta mencionar que as proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foram redigidas de acordo com a boa técnica legislativa. Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

Passando à análise do mérito do PL nº 786, de 2021, é realmente gritante e assustadora a diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado, que, como bem destacou o autor da proposição, deve ser combatida desde cedo, por meio da educação.

Dessa forma, a proposição se mostra acertada, necessária e urgente, na medida em que a educação escolar deve estar vinculada às práticas familiares e buscar a isonomia nas relações e dinâmicas de gênero que se desenvolvem dentro desses núcleos. A construção da masculinidade e da feminilidade no espaço escolar devem combater a crença de que meninas devem se restringir a ocupações ligadas ao cuidar enquanto os meninos são encorajados a uma ampla possibilidade de outras profissões, para fazer as crianças entenderem desde cedo que todos podem escolher quaisquer profissões e todos devem estar comprometidos igualmente com os cuidados domésticos e dos filhos.

Diante desse contexto, o PL nº 786, de 2021, contribui para que os estudantes compreendam, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de ajudar na desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e



maior presença das mulheres em diversos campos e dos homens nas atividades domésticas e de cuidado.

A única ressalva que fazemos à proposição se refere à necessidade de renumeração como § 12 do dispositivo a ser inserido no art. 26 da LDB, tendo em vista já haver atualmente o § 11, acrescido ao dispositivo pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Com isso, preconizamos adotar os termos da Emenda nº 1 – CAS, que deve ser acolhida.

Por sua vez, apesar do inegável mérito do PL nº 2.192, de 2022, houve perda de oportunidade da matéria, tendo em vista a superveniência da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que alterou o § 9º do art. 26 da LDB no mesmo sentido, para incluir nos currículos da educação básica conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. Assim, a matéria resta prejudicada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, e da Emenda nº 1 – CAS, e pelo **arquivamento** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****71ª, Extraordinária****Comissão de Educação e Cultura**

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE
RODRIGO CUNHA		2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO		3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA		6. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
CARLOS VIANA		7. ALAN RICK	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM		8. ZEQUINHA MARINHO	
CID GOMES		9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO	
RANDOLFE RODRIGUES		5. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	8. HUMBERTO COSTA	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES		1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. BETO MARTINS	
EDUARDO GIRÃO		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		5. MARCOS ROGÉRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

WEVERTON

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 786/2021)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 03/12/2024, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786/2021, COM A EMENDA Nº 1 - CAS/CE E PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 2192/2022.

03 de dezembro de 2024

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre as Emendas nº1-PLEN e nº 2-PLEN, aos Projetos de Lei nº 786, de 2021, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do *caput* do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), as Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN ao Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de*



SENADO FEDERAL

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio; e ao PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), de autoria da Senadora Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Os dois projetos tramitam em conjunto, por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do RISF.

A CDH aprovou o PL nº 786, de 2021, e rejeitou o PL nº 2.192, de 2022. A Comissão de Assuntos (CAS) tomou a mesma decisão, com a aprovação da Emenda nº 1-CAS. Por sua vez, a Comissão de Educação e Cultura (CE) também aprovou o PL nº 786, de 2021, com a emenda da CAS, e votou pelo arquivamento do PL nº 2.192, de 2022.

A Emenda nº 1-PLEN, do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 2.192, de 2022, altera a redação do § 9º do art. 26 da referida Lei nº 9.394, de 1996 (conhecida como LDB), que dispõe sobre temas transversais a serem incluídos nos currículos da educação básica. A emenda procura incluir conteúdos relativos à promoção da igualdade de gênero, bem como ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra os *demais grupos vulneráveis*, em acréscimo às mulheres, crianças e adolescentes, que o dispositivo já contempla. Suprime, ainda, a parte final do dispositivo, que exige a adequação do material didático **a cada nível de ensino**.

A Emenda nº 2-PLEN, também do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 786, de 2021, altera o *caput* do art. 26 da LDB para determinar que conteúdos sobre parentalidade responsável sejam incluídos entre os temas transversais, *com enfoque na promoção da equidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, cuidados familiares, e na*



SENADO FEDERAL

participação conjunta e ativa de ambos os genitores na criação dos filhos, independentemente da configuração familiar.

Após a decisão da CDH, as emendas seguem para a apreciação da CAS e da CE.

II – ANÁLISE

As sugestões da Emenda nº 1-PLEN, que são alterações feitas ao texto do PL nº 2.192, de 2022, são feitas sob a justificativa de se ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis.

A emenda desconsidera as alterações feitas pela Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que, de modo oportuno, simplificou as referências legais feitas nesse dispositivo da LDB e especificou que a produção e distribuição de material didático adequado diz respeito a cada nível de ensino. Tal especificação torna mais precisa a determinação de adequar o material didático consoante a faixa etária dos estudantes.

Este projeto foi apensado ao PL nº 786, de 2021, em virtude da similaridade. O relatório da análise feita nesta CDH ressalta que: “tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022”.

Além de ter sido rejeitado pelas razões expostas nesta CDH, as demais comissões destinadas à análise também rejeitaram a proposta. Logo, compreende-se a sua prejudicialidade e o não cabimento da emenda sugerida.

Mas, ainda que não tenha sido prejudicado, entende-se que a emenda não atribuiu razões a ponto de reverter o parecer anterior. Por este motivo, rejeitamos a Emenda nº 1-PLEN.



SENADO FEDERAL

Já a Emenda nº 2-PLEN, aparentemente por lapso redacional, suprime todo o atual art. 26 da LDB, que apresenta diversos comandos sobre os currículos da educação básica. Essa supressão, decerto, não é a intenção do autor. De todo modo, mesmo se relevássemos a técnica legislativa, não nos parece que a emenda deva prosperar, pois o desdobramento curricular proposto para o tema parentalidade responsável, além de ser limitante, pode ser feito em documentos infralegais.

Identificamos, ainda, imprecisão na atribuição de responsabilidades aos *genitores*, *independentemente da configuração familiar*, já que eles podem perder o poder familiar, que pode ser exercido por família substituta ou adotiva.

Dessa forma, não convém acolher as sugestões apresentadas pelas referidas emendas.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, ao Projetos de Lei nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022.

Sala das Comissões,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Os arts. 1º, 3º e 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º**

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e familiar.” (NR)

“**Art. 3º**

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e familiares.”

.....” (NR)

“**Art. 26.**

§ 11. Conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o *caput*.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, no que se refere ao disposto no art. 26, § 11.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

JUSTIFICAÇÃO

A luta das mulheres por igualdade é secular e já alcançou importantes conquistas na legislação, tais como a proteção à maternidade, a criminalização específica da violência contra a mulher, a obrigatoriedade da candidatura de mulheres a cargos políticos, dentre outros.

A principal razão desta normatização protetiva reside na vulnerabilidade social da mulher, a partir do sexismo ainda entranhado na cultura brasileira.

As mulheres, embora constituam a maioria populacional, ainda configuram verdadeiro grupo vulnerável no que se refere à participação social, ao respeito à sua dignidade, à divisão culturalmente obrigatória de tarefas domésticas e à participação no mercado de trabalho.

Como reforço argumentativo, cumpre destacar o levantamento “Outras formas de trabalho”, realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgado em 2019. Na pesquisa, observou-se que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto o homem não ocupado dedicou a metade (12,1 horas) em 2019. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados.

Ainda segundo a pesquisa, a análise do tipo de atividade por condição no domicílio mostra que a realização de afazeres pelos homens só se equipara à feita pelas mulheres quando aqueles vivem sozinhos. Quando o homem está em coabitação, seja na condição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge, sua realização de afazeres domésticos se reduz sensivelmente a certas atividades, exceto para a realização de pequenos reparos no domicílio. Por outro lado, para as mulheres, não existem grandes diferenças na realização da maioria das atividades domésticas conforme sua condição no domicílio e o fato de viverem sozinhas ou em coabitação.

Quanto ao cuidado de pessoas, também se evidencia a diferença conforme o sexo. A realização de cuidados está ligada principalmente à presença de crianças no domicílio. Enquanto 36,8% das mulheres afirmaram realizar cuidados, entre os homens essa taxa era de 25,9%.



SF/21125.11628-91



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Ademais, o estudo do IBGE revelou que, como as mulheres dedicam muito mais tempo às tarefas domésticas e de cuidados de pessoas do que os homens, o tempo de que elas dispõem para o trabalho fora de casa acaba por se reduzir.

Além disso, estudos comprovam que a sobrecarga da mulher também é causa de transtornos psíquicos. Conforme argumentam Paloma de Sousa Pinho e Tânia Maria de Araujo, em “Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres” (Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 560-572, setembro, 2012):

A literatura aponta aumento da morbidade psíquica entre as mais diversas populações e, entre as doenças mentais, os Transtornos Mentais Comuns (TMC) vêm se destacando, principalmente entre as mulheres. Os Transtornos Mentais Comuns são caracterizados por sintomas como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas. Esses transtornos alteram o funcionamento normal dos indivíduos, prejudicando seu desempenho na vida familiar, social, pessoal e no trabalho.

As mulheres têm apresentado consideravelmente mais sintomas de angústia psicológica e desordens depressivas do que os homens. Os transtornos mais frequentes entre as mulheres são aqueles relacionados aos sintomas de ansiedade, humor depressivo, insônia, anorexia nervosa e sintomas psicofisiológicos;

[...]

A inserção feminina no mercado produtivo, ao contrário dos homens, é limitada por responsabilidades domésticas e familiares, tendo o emprego que ser adaptado às suas outras funções. Assim, estando ou não inseridas no mercado de trabalho, em geral as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são socialmente desvalorizadas e desconsideradas.

[...]

Em síntese, os achados deste estudo evidenciam associação positiva entre alta sobrecarga doméstica e os transtornos mentais.

O trabalho doméstico é uma atividade fundamental à existência humana; assim, evidencia-se a necessidade de revisá-lo enquanto uma prática social, enquanto uma forma de trabalho essencial ao processo de reprodução/produção, buscando-se formas mais saudáveis e mais igualitárias para sua realização. Isto equivale incluir, na análise do trabalho feminino, a relação entre as esferas da produção e da reprodução, já que para as mulheres, como se observou aqui, a experiência de vida implica no convívio dessas duas esferas, seja pela via do entrosamento, seja pela via do conflito/superposição de papéis.



SF/21125.11628-91



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Ademais, cumpre destacar que a paternidade responsável, prevista na Constituição de 1988, prevê que os pais, ao assumirem esta condição, tornam-se titulares de diversas obrigações, como assistir, criar e educar seus filhos e filhas, passando a ser responsáveis pela assistência física e emocional de seus descendentes.

Contudo, tendo em vista a diversidade da vida afetiva familiar, se mostra mais adequado que conste o termo 'parentalidade responsável', pois abrange não só vínculo genético, como também a filiação socioafetiva.

Assim, a proposição ora apresentada busca, justamente, construir uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos. Com essa revisão de papéis, é possível que alcancemos, ainda, menores índices de abandono de filhos por pais, alienação parental, violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar e outros efeitos nocivos do panorama atual.

Ao intervir positivamente no momento de formação escolar do indivíduo, faz-se possível o fomento de um novo comportamento social e de um novo posicionamento da mulher na dinâmica das relações privadas, com reflexos positivos também nas relações sociais e de trabalho.

Peço, por conseguinte, o apoio dos nobres senadores para que este Projeto de Lei seja aprovado.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - artigo 1º
 - artigo 3º
 - artigo 26

EMENDA Nº (ao PL 2192/2022)

Suprima-se o § 9º do art. 26; e dê-se nova redação ao *caput* do § 9º do art. 26, ambos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 2º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 26.**

.....

§ 9º (Suprimir)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, a mulher e demais grupos vulneráveis serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o *caput* deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e outras legislações correlatas, observadas a produção e a distribuição de material didático adequado.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos, à promoção da igualdade de gênero, ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças, adolescentes, mulheres e demais grupos vulneráveis nos currículos escolares atende a uma necessidade urgente de fortalecer a educação como um instrumento de transformação social.

O ambiente escolar é fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, sendo o espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores como respeito, equidade e justiça. Nesse sentido, é imperativo que os currículos escolares abordem de maneira estruturada e transversal temas como a igualdade de gênero, os direitos humanos e a prevenção



de violências, criando uma cultura de respeito às diferenças e combate às discriminações e violências que afetam diferentes grupos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis.

Esta emenda se justifica pela necessidade de ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis. A abordagem de igualdade de gênero e direitos humanos em sala de aula é um caminho eficiente para desconstruir estereótipos de gênero, que muitas vezes são a base das desigualdades e violências enfrentadas, sobretudo pelas mulheres e meninas.

Sala das sessões, 10 de dezembro de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)



EMENDA Nº
(ao PL 786/2021)

Dê-se nova redação ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 26.** Conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o caput, com enfoque na promoção da equidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, cuidados familiares, e na participação conjunta e ativa de ambos os genitores na criação dos filhos, independentemente da configuração familiar” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de uma abordagem prática e ampla sobre parentalidade responsável é essencial para promover um ambiente de educação que vá além da mera conscientização. Essa emenda visa assegurar que os estudantes sejam expostos a conteúdos que incentivem a divisão equilibrada das responsabilidades familiares e que promovam um entendimento claro sobre a importância da participação ativa e conjunta dos pais ou responsáveis na educação e no bem-estar dos filhos.

Sala das sessões, 10 de dezembro de 2024.

Senador Irajá
(PSD - TO)





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 97, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

11 de outubro de 2023



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para tanto, acrescenta aos arts. 1º e 3º da LDB a ideia de “práticas familiares”, que se soma às práticas de trabalho e às sociais, já presentes na norma. Ainda traz a ideia de “parentalidade responsável” a ser incluída como tema transversal nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, de modo a integrar a base nacional curricular comum.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

Em sua justificação, o autor chama a atenção para a urgência e a razoabilidade de se perceber, ao trazer o tema para os currículos escolares, a importância dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres. Essa importância não é reconhecida por causa do machismo e do sexismo ostensivamente presentes na sociedade. Traz para seus argumentos pesquisa nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, que deixa claro que, não importa o quanto trabalhem fora, as mulheres farão, em casa, pelo menos (quando não é muito mais) o dobro do trabalho necessário à conservação do lar comum. Por fim, e evidenciando a gravidade do problema, apresenta pesquisa publicada na Revista Brasileira de Epidemiologia, em 2012, que demonstra a nítida associação entre, conforme diz o título da pesquisa, a “sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres”. Em síntese, a proposição busca “construir uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos”.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão e seguirá, posteriormente, para o exame das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte,

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante a direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental o seu exame do PL nº 786, de 2021.

Tampouco observamos problemas de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa.

Ao contrário. A matéria está bem redigida, com forma tão concisa quanto precisa, e de seus termos, consequentemente, podem-se



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

esperar benefícios reais para nossa vida social e cultural. Se o machismo e o sexismo se reproduzem em casa e na cultura espontânea, irracional, das ruas, é possível, contudo, atalhá-los com a regularidade e o poder racional da escola. Ademais, pode-se prever o efeito colateral de tornar a própria vida escolar mais atraente para os educandos, na medida em que *haverá disciplinas que tratam de suas vidas reais* valendo-se de saberes científicos que têm a capacidade de renovar os costumes.

Só vemos virtudes na matéria.

Observe-se, outrossim, que tramita em conjunto com a proposição em exame o PL nº 2.192, de 2022, e que tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021 e pela **rejeição** do PL nº 2.192, de 2022

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Relatório de Registro de Presença
CDH, 11/10/2023 às 11h - 73ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)		
TITULARES		SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS		3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA		4. WEVERTON
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA		3. VAGO
AUGUSTA BRITO		4. NELSON TRAD PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA		6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS		7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)		
TITULARES		SUPLENTE
MAGNO MALTA		1. EDUARDO GOMES PRESENTE
ROMÁRIO		2. VAGO
EDUARDO GIRÃO		3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)		
TITULARES		SUPLENTE
DR. HIRAN		1. VAGO
DAMARES ALVES		2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 786/2021)

NA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PL 786/2021 E PELA REJEIÇÃO DO PL 2192/2022.

11 de outubro de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa

RELATOR: Senadora Teresa Leitão

15 de maio de 2024



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805/2015), da Deputada Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Relatora: Senadora **TERESA LEITÃO**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, originalmente autuado como PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem, que tramitam em conjunto por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, é de autoria do Senador Fabiano Contarato e se propõe a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB), para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares, bem como para prever o estudo da

parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

Para essa finalidade, altera os arts. 1º, 3º e 26 da LDB. No art. 1º, altera seu § 2º, determinando que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar. Já no art. 3º, altera seu inciso XI, determinando que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho, práticas sociais e familiares. Por fim, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre parentalidade responsável serão incluídos entre os temas transversais de que trata o *caput* desse artigo.

Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, tal grupo ainda se mostra vulnerável, com destaque para a sobrecarga comparativa de tarefas domésticas. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende que a expressão “parentalidade responsável” se mostra mais adequada, tendo em vista a diversidade da vida afetiva familiar. Entende o autor que, ao intervir positivamente no momento de formação escolar do indivíduo, faz-se possível o fomento de um novo comportamento social.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, é de autoria da Deputada Federal Erika Kokay. Trata-se de matéria que, em seu art. 2º, altera o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. E, em seu art. 3º, o PL determina vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a Deputada Federal Erika Kokay apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda que estudo concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, conclui querer colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram inicialmente distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nessa comissão, sob

relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o Parecer nº 97, de 2023, concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Após a apreciação pela CAS, seguirão para análise da Comissão de Educação e Cultura (CE).

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Risf, cabe à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde, o que torna regimental sua apreciação das matérias em apreço.

Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

O Senador Fabiano Contarato, ao perceber cientificamente a soberba diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não-remunerado, elaborou majestoso projeto de lei que visa a atacar o problema em sua origem – isto é, na educação.

Dessa forma, o PL nº 786, de 2021, mostra-se alvissareiro e iluminista. Afinal, concebe que a educação escolar não se pode mostrar desvencilhada das práticas familiares. Por si só, a *educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo*, como observou magistralmente Paulo Freire. E é isso que queremos, pessoas que transformem o mundo para melhor.

Nesse sentido, nosso aplauso e voto entusiasmado ao PL nº 786, de 2021, devendo-se apenas redesignar como § 12 o proposto § 11 ao art. 26 da LDB, dado que a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, já criou § 11 naquele dispositivo.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, também nos parece meritório e é merecedor de elogios. Contudo, há de se reconhecer que perdeu a oportunidade. Assim dizemos porque desde sua propositura na Câmara dos Deputados, como o Projeto de Lei nº 2.805, de 2015, a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, alterou o § 9º do art. 26 da LDB de forma equivalente, incluindo nos currículos os conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. O PL nº 2.192, de 2022, está prejudicado, portanto.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022, e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS (De Redação)

Redesigne-se como § 12 o § 11 do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na forma do Projeto de Lei nº 786, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****12ª, Extraordinária**

Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTEs
JAYME CAMPOS	1. RENAN CALHEIROS
SORAYA THRONICKE	2. ALAN RICK PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	3. MARCELO CASTRO
GIORDANO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
IVETE DA SILVEIRA	5. CARLOS VIANA
STYVENSON VALENTIM	6. WEVERTON PRESENTE
LEILA BARROS	7. ALESSANDRO VIEIRA
IZALCI LUCAS PRESENTE	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	
TITULARES	SUPLENTEs
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
MARA GABRILLI	2. NELSON TRAD
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO
JUSSARA LIMA PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. TERESA LEITÃO PRESENTE
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	7. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTEs
ROMÁRIO	1. ROGERIO MARINHO PRESENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	2. MAGNO MALTA
WILDER MORAIS	3. JAIME BAGATTOLI

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTEs
LAÉRCIO OLIVEIRA	1. CARLOS PORTINHO
DR. HIRAN PRESENTE	2. VAGO
DAMARES ALVES PRESENTE	3. CLEITINHO

Não Membros PresentesLUCAS BARRETO
ANGELO CORONEL

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2192/2022)

NA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA TERESA LEITÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021, COM A EMENDA Nº 1-CAS (DE REDAÇÃO), E CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2192, DE 2022, QUE TRAMITA EM CONJUNTO.

15 de maio de 2024

Senador HUMBERTO COSTA

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 138, DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, e sobre o Projeto de Lei nº 2192, de 2022, que Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senadora Leila Barros

03 de dezembro de 2024



PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e o PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame da Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*, e o Projeto de Lei nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na Casa de origem), da Deputada Erika Kokay, que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*. Os



projetos tramitam em conjunto nos termos do § 1º do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O PL nº 786, de 2021, busca alterar os arts. 1º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), para determinar que a educação escolar deve também se vincular à prática familiar e que o ensino será ministrado segundo princípio que vincule educação escolar, trabalho e práticas sociais e familiares. Ainda, insere novo § 11 no art. 26 da LDB, determinando que conteúdos sobre “parentalidade responsável” serão incluídos entre os temas transversais dos currículos da educação básica. Em seu art. 2º, o PL determina vigência imediata da lei a que der resultado, ressalvado o § 11 do art. 26, que deve produzir efeitos em 1º de janeiro do ano subsequente à publicação da lei.

Em sua justificação, o autor da proposta defende que, embora a luta das mulheres por igualdade seja secular, o sexismo ainda entranhado na sociedade brasileira resulta na sobrecarga feminina nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado de pessoas, inclusive de filhos, o que está altamente associado a transtornos mentais comuns em mulheres. Ademais, lembrando que a Constituição prevê a paternidade responsável, defende a construção de uma nova cultura de compartilhamento de responsabilidades domésticas, notadamente aquelas relacionadas à criação e educação de filhos, por meio da formação escolar.

Por sua vez, o PL nº 2.192, de 2022, busca alterar o § 9º do art. 26 da LDB para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, com vigência imediata da lei em que se transformar.

Em sua justificação, a autora do projeto apresenta estatísticas de assassinatos de mulheres, informando ainda sobre estudo que concluiu que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no País. Nesse sentido, pretende colaborar para a criação e difusão de ações pela paz doméstica, objetivando incluir na programação pedagógica das escolas a discussão do tema do combate à violência contra a mulher.

As matérias foram distribuídas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão. Na CDH, sob relatoria da Senadora Ivete da Silveira, o parecer



concluiu pela aprovação do PL nº 786, de 2021 e pela rejeição do PL nº 2.192, de 2022. Na CAS, o relatório foi favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº1 – CAS (De Redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2.192, de 2022. Não foram apresentadas outras emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise dos PLs nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Ainda, insta mencionar que as proposições atendem aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foram redigidas de acordo com a boa técnica legislativa. Temos a grata felicidade de relatar duas matérias que são ao mesmo tempo simples, orientadoras e elucidativas.

Passando à análise do mérito do PL nº 786, de 2021, é realmente gritante e assustadora a diferença entre homens e mulheres na quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado, que, como bem destacou o autor da proposição, deve ser combatida desde cedo, por meio da educação.

Dessa forma, a proposição se mostra acertada, necessária e urgente, na medida em que a educação escolar deve estar vinculada às práticas familiares e buscar a isonomia nas relações e dinâmicas de gênero que se desenvolvem dentro desses núcleos. A construção da masculinidade e da feminilidade no espaço escolar devem combater a crença de que meninas devem se restringir a ocupações ligadas ao cuidar enquanto os meninos são encorajados a uma ampla possibilidade de outras profissões, para fazer as crianças entenderem desde cedo que todos podem escolher quaisquer profissões e todos devem estar comprometidos igualmente com os cuidados domésticos e dos filhos.

Diante desse contexto, o PL nº 786, de 2021, contribui para que os estudantes compreendam, de modo igualitário, a perspectiva feminina, o que, além de ajudar na desconstrução de um sistema educacional influenciado pelos estereótipos de gênero, também promoverá um futuro de maior igualdade e



maior presença das mulheres em diversos campos e dos homens nas atividades domésticas e de cuidado.

A única ressalva que fazemos à proposição se refere à necessidade de renumeração como § 12 do dispositivo a ser inserido no art. 26 da LDB, tendo em vista já haver atualmente o § 11, acrescido ao dispositivo pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Com isso, preconizamos adotar os termos da Emenda nº 1 – CAS, que deve ser acolhida.

Por sua vez, apesar do inegável mérito do PL nº 2.192, de 2022, houve perda de oportunidade da matéria, tendo em vista a superveniência da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que alterou o § 9º do art. 26 da LDB no mesmo sentido, para incluir nos currículos da educação básica conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. Assim, a matéria resta prejudicada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 786, de 2021, e da Emenda nº 1 – CAS, e pelo **arquivamento** do Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

**Relatório de Registro de Presença****71ª, Extraordinária****Comissão de Educação e Cultura**

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE
RODRIGO CUNHA		2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO		3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA		6. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
CARLOS VIANA		7. ALAN RICK	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM		8. ZEQUINHA MARINHO	
CID GOMES		9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. DANIELLA RIBEIRO	
RANDOLFE RODRIGUES		5. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	
TERESA LEITÃO	PRESENTE	8. HUMBERTO COSTA	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES		1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. BETO MARTINS	
EDUARDO GIRÃO		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	PRESENTE
JAIME BAGATTOLI		5. MARCOS ROGÉRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

WEVERTON

DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 786/2021)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 03/12/2024, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 786/2021, COM A EMENDA Nº 1 - CAS/CE E PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI Nº 2192/2022.

03 de dezembro de 2024

Senador Flávio Arns

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre as Emendas nº1-PLEN e nº 2-PLEN, aos Projetos de Lei nº 786, de 2021, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio*; e nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), que *altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do *caput* do art. 277 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), as Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN ao Projeto de Lei (PL) nº 786, de 2021, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, que *altera dispositivos da Lei nº 9.394, de*



SENADO FEDERAL

20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio; e ao PL nº 2.192, de 2022 (PL nº 2.805, de 2015, na origem), de autoria da Senadora Erika Kokay, que altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Os dois projetos tramitam em conjunto, por determinação da Presidência, nos termos do § 1º do art. 48 do RISF.

A CDH aprovou o PL nº 786, de 2021, e rejeitou o PL nº 2.192, de 2022. A Comissão de Assuntos (CAS) tomou a mesma decisão, com a aprovação da Emenda nº 1-CAS. Por sua vez, a Comissão de Educação e Cultura (CE) também aprovou o PL nº 786, de 2021, com a emenda da CAS, e votou pelo arquivamento do PL nº 2.192, de 2022.

A Emenda nº 1-PLEN, do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 2.192, de 2022, altera a redação do § 9º do art. 26 da referida Lei nº 9.394, de 1996 (conhecida como LDB), que dispõe sobre temas transversais a serem incluídos nos currículos da educação básica. A emenda procura incluir conteúdos relativos à promoção da igualdade de gênero, bem como ao combate ao machismo e à prevenção de todas as formas de violência contra os *demais grupos vulneráveis*, em acréscimo às mulheres, crianças e adolescentes, que o dispositivo já contempla. Suprime, ainda, a parte final do dispositivo, que exige a adequação do material didático **a cada nível de ensino**.

A Emenda nº 2-PLEN, também do Senador Irajá, dirigida ao PL nº 786, de 2021, altera o *caput* do art. 26 da LDB para determinar que conteúdos sobre parentalidade responsável sejam incluídos entre os temas transversais, *com enfoque na promoção da equidade de gênero na divisão de tarefas domésticas, cuidados familiares, e na*



SENADO FEDERAL

participação conjunta e ativa de ambos os genitores na criação dos filhos, independentemente da configuração familiar.

Após a decisão da CDH, as emendas seguem para a apreciação da CAS e da CE.

II – ANÁLISE

As sugestões da Emenda nº 1-PLEN, que são alterações feitas ao texto do PL nº 2.192, de 2022, são feitas sob a justificativa de se ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis.

A emenda desconsidera as alterações feitas pela Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que, de modo oportuno, simplificou as referências legais feitas nesse dispositivo da LDB e especificou que a produção e distribuição de material didático adequado diz respeito a cada nível de ensino. Tal especificação torna mais precisa a determinação de adequar o material didático consoante a faixa etária dos estudantes.

Este projeto foi apensado ao PL nº 786, de 2021, em virtude da similaridade. O relatório da análise feita nesta CDH ressalta que: “tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022”.

Além de ter sido rejeitado pelas razões expostas nesta CDH, as demais comissões destinadas à análise também rejeitaram a proposta. Logo, compreende-se a sua prejudicialidade e o não cabimento da emenda sugerida.

Mas, ainda que não tenha sido prejudicado, entende-se que a emenda não atribuiu razões a ponto de reverter o parecer anterior. Por este motivo, rejeitamos a Emenda nº 1-PLEN.



SENADO FEDERAL

Já a Emenda nº 2-PLEN, aparentemente por lapso redacional, suprime todo o atual art. 26 da LDB, que apresenta diversos comandos sobre os currículos da educação básica. Essa supressão, decerto, não é a intenção do autor. De todo modo, mesmo se relevássemos a técnica legislativa, não nos parece que a emenda deva prosperar, pois o desdobramento curricular proposto para o tema parentalidade responsável, além de ser limitante, pode ser feito em documentos infralegais.

Identificamos, ainda, imprecisão na atribuição de responsabilidades aos *genitores*, *independentemente da configuração familiar*, já que eles podem perder o poder familiar, que pode ser exercido por família substituta ou adotiva.

Dessa forma, não convém acolher as sugestões apresentadas pelas referidas emendas.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, ao Projetos de Lei nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022.

Sala das Comissões,

, Presidente

, Relatora

3



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1069, DE 2023

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2242460&filename=PL-1069-2023



[Página da matéria](#)

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis n°s 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose e altera as Leis n°s 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.

Art. 2º A mulher acometida por endometriose receberá atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que incluirá:

I - atendimento multidisciplinar por equipe composta de profissionais capacitados da área da saúde e de outras especialidades consideradas convenientes, incluídos nutricionistas e psicólogos, conforme a gravidade da doença;

II - acesso a exames complementares;

III - assistência farmacêutica;

IV - acesso a modalidades terapêuticas reconhecidas, inclusive a fisioterapia e a atividade física.

§ 1º A relação dos exames, dos medicamentos e das modalidades terapêuticas de que trata esta Lei será definida em regulamento.

§ 2º O atendimento integral referido no *caput* deste artigo incluirá a divulgação de informações e de orientações abrangentes sobre a endometriose e sobre as medidas preventivas e terapêuticas disponíveis.

§ 3º Para assegurar o disposto no *caput* deste artigo, as equipes de saúde poderão utilizar-se do formato da teleconsulta, nos termos da Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022.

Art. 3º O poder público veiculará anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, prevista na Lei nº 14.324, de 12 de abril de 2022.

Art. 4º O *caput* do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“Art. 7º

.....

XVI - organização de atendimento público específico e especializado para mulheres acometidas por endometriose, que garanta, entre outros, atendimento e acompanhamento multidisciplinar, em conformidade com a Lei nº 14.324, de 12 de abril de 2022.

.....” (NR)

Art. 5º O Poder Executivo fomentará o consenso entre especialistas nas áreas de planejamento, gestão e avaliação em saúde, em epidemiologia, em ginecologia e em psicologia, além de outros especialistas no tema, sobre as formas de prevenção, de diagnóstico e de aprimoramento do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da endometriose.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a realizar cooperação

técnica com a rede de saúde privada e universidades e a firmar parcerias e convênios com outros órgãos públicos, inclusive estaduais e municipais, e entidades da sociedade civil.

Art. 6º O Poder Executivo envidará esforços para implementar, no âmbito do SUS, centros de referência de tratamento da endometriose.

Art. 7º A Lei nº 14.324, de 12 de abril de 2022, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A, 3º-B, 3º-C e 3º-D:

“Art. 3º-A Fica instituída a Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, com o objetivo de promover ações integradas, coordenadas e efetivas para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento da endometriose em todo o território nacional.”

“Art. 3º-B São objetivos da Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose:

I - desenvolver campanhas educativas, especialmente em escolas e em unidades de saúde, para conscientização da população sobre a endometriose e seus sintomas, com o uso de meios de comunicação, redes sociais e eventos para disseminar informações e reduzir o estigma associado à doença;

II - estimular a formação de profissionais de saúde para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado da endometriose, por meio de programas de educação permanente em saúde;

III - garantir o acesso universal a métodos diagnósticos eficazes para confirmar o diagnóstico da endometriose;

IV - promover pesquisas científicas para aprimorar o entendimento sobre a endometriose, suas causas e tratamentos, inclusive com a destinação de recursos financeiros específicos;

V - criar centros de referência especializados no tratamento da endometriose em cada região do País;

VI - garantir o acesso a tratamentos multidisciplinares, incluídas opções medicamentosas e cirúrgicas e terapias complementares;

VII - estabelecer protocolos de atendimento e acompanhamento destinados a pacientes com endometriose, para o alcance da integralidade e continuidade do cuidado;

VIII - estabelecer diretrizes claras para empregadores sobre licenças médicas adequadas para mulheres com endometriose;

IX - criar e manter registro nacional de endometriose para coletar dados epidemiológicos e auxiliar na formulação de políticas de saúde, respeitado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.”

“Art. 3º-C As ações previstas na Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose serão executadas em parceria com entidades públicas e privadas, organizações não governamentais,

sociedades de especialidades médicas e de outras profissões de saúde, instituições de pesquisa e sociedade civil.”

“Art. 3º-D O poder público realizará audiências públicas anuais sobre a Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, com os seguintes objetivos:

I - divulgar dados e resultados alcançados pelas ações da política;

II - envolver a sociedade civil na avaliação das medidas executadas pela política;

III - buscar sugestões de aprimoramento da política.”

Art. 8º Após a confirmação do diagnóstico de endometriose no âmbito do SUS, o poder público deverá garantir tratamento adequado, observados os procedimentos e os prazos estabelecidos em regulamento, inclusive para agendamento nos casos com indicação cirúrgica.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de de 2024.

ARTHUR LIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 144/2024/SGM-P

Brasília, 22 de outubro de 2024.


A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PL para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.069, de 2023, da Câmara dos Deputados, que "Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022".

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde (1990) - 8080/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>
 - art7_cpt
- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>
- Lei nº 14.324 de 12/04/2022 - LEI-14324-2022-04-12 - 14324/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14324>
- Lei nº 14.510, de 27 de Dezembro de 2022 - LEI-14510-2022-12-27 - 14510/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14510>



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.069, de 2023, da Deputada Dayany Bittencourt, que *institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.069, de 2023, de autoria da Deputada Federal Dayany Bittencourt, que *institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.*

A proposição apresenta-se em nove artigos.

O art. 1º descreve o objeto da lei, nos moldes já explicitados. O art. 2º prevê que a mulher acometida por endometriose receberá atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que inclui: atendimento multidisciplinar por equipe composta de profissionais capacitados da área da saúde e de outras especialidades consideradas convenientes, conforme a gravidade da doença; acesso a exames complementares; assistência farmacêutica; e acesso a modalidades terapêuticas reconhecidas, inclusive a fisioterapia e a atividade física.



SENADO FEDERAL

SF/25786.55969-02

A relação dos exames, dos medicamentos e das modalidades terapêuticas previstas pelo PL serão definidas em regulamento, nos termos do

§ 1º de seu art. 2º. Ademais, segundo os §§ 2º e 3º do art. 2º, o atendimento integral previsto no *caput* do dispositivo incluirá a divulgação de informações e de orientações abrangentes sobre a endometriose e sobre as medidas preventivas e terapêuticas disponíveis, e, para assegurar o disposto no *caput* do art. 2º, as equipes de saúde poderão utilizar o formato telessaúde, nos termos da Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022.

O art. 3º, por sua vez, determina que o poder público veiculará anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, prevista na Lei nº 14.324, de 2022.

O art. 4º do PL altera o art. 7º da Lei Orgânica da Saúde para incluir, entre os princípios a serem obedecidos no âmbito do SUS, a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres acometidas por endometriose, que garanta, entre outros, atendimento e acompanhamento multidisciplinar, em conformidade com a Lei nº 14.324, de 2022.

O art. 5º estabelece que o Poder Executivo fomentará o consenso entre especialistas nas áreas de planejamento, gestão e avaliação em saúde, em epidemiologia, em ginecologia e em psicologia, além de outros especialistas no tema, sobre as formas de prevenção, de diagnóstico e de aprimoramento do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da endometriose. Além disso, o parágrafo único do art. 5º autoriza o Poder Executivo a realizar cooperação técnica com a rede de saúde privada e universidades e a firmar parcerias e convênios com outros órgãos públicos, inclusive estaduais e municipais, e entidades da sociedade civil.

O art. 6º prevê que o Poder Executivo envidará esforços para implementar centros de referência de tratamento da endometriose no âmbito do SUS.

A seu turno, o art. 7º do PL adiciona quatro novos artigos à Lei nº 14.324, de 2022, para:



SENADO FEDERAL

SF/25786.55969-02

- i) instituir a Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, com o objetivo de promover ações para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento da endometriose;
- ii) estabelecer os objetivos da Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, os quais incluem: a) desenvolver campanhas educativas para conscientização da população sobre a endometriose e seus sintomas; b) estimular a formação de profissionais de saúde para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado da endometriose, por meio de programas de educação permanente em saúde; c) criar centros de referência especializados no tratamento da endometriose em cada região do País; d) estabelecer diretrizes claras para empregadores sobre licenças médicas adequadas para mulheres com endometriose; e e) criar e manter registro nacional de endometriose para coletar dados epidemiológicos e auxiliar na formulação de políticas de saúde, entre outros;
- iii) prever que as ações da Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose serão executadas em parceria com entidades públicas e privadas, organizações não governamentais, sociedades de especialidades médicas e de outras profissões de saúde, instituições de pesquisa e sociedade civil;
- iv) determinar que o poder público realizará audiências públicas anuais sobre a Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, com os seguintes objetivos:
 - a) divulgar dados e resultados alcançados pelas ações da política;
 - b) envolver a sociedade civil na avaliação das medidas executadas pela política;
 - e c) buscar sugestões de aprimoramento da política.

O art. 8º dispõe que, após a confirmação do diagnóstico



SENADO FEDERAL

de endometriose no âmbito do SUS, o poder público deverá garantir tratamento adequado, observados os procedimentos e os prazos estabelecidos em regulamento, inclusive para agendamento nos casos com indicação cirúrgica.

Por fim, o art. 9º é a cláusula de vigência imediata de lei que resulte do PL.

Na justificção, a autora fundamenta a iniciativa na gravidade do cenário relacionado à endometriose. Destaca que, no Brasil, cerca de 7 milhões de mulheres são afetadas pela doença. Entre as mulheres com endometriose, 57% têm dores crônicas e mais de 30% lidam com a infertilidade. Além disso, diversos outros problemas estão relacionados à endometriose: obstrução intestinal, dificuldade para urinar ou respirar, dor constante, entre outros. Diante disso, apresentou-se o PL, que visa a melhoria da saúde das mulheres com endometriose.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados e, nesta Casa, foi despachada para esta CDH e, posteriormente, seguirá para análise da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre a garantia e promoção de direitos humanos, inclusive os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL por este Colegiado.

No que se refere ao mérito, a proposição merece acolhida. A endometriose é uma doença ginecológica inflamatória crônica que interfere em diversos aspectos da vida da mulher. Além de dores crônicas, os sintomas incluem alterações intestinais, respiratórias e infertilidade, o que traz prejuízos significativos à qualidade de vida das mulheres com endometriose. Segundo o Ministério da Saúde, uma em cada dez mulheres no Brasil sofre com os sintomas da endometriose e desconhece a sua existência. Em 2021, o



SENADO FEDERAL

SF/25786.55969-02

Sistema Único de Saúde (SUS) registrou mais de 26,4 mil atendimentos relacionados à endometriose e cerca de 8 mil internações pela doença.¹

Segundo dados do SUS, nos últimos anos, observou-se um aumento significativo nos atendimentos na atenção primária relacionados ao diagnóstico da endometriose. Em 2022, foram realizados 82.693 atendimentos, número que subiu para 115.765 em 2023. Dados preliminares de 2024 já indicam 145.744 atendimentos, representando um crescimento de aproximadamente 75,24% em três anos.²

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a endometriose afeta cerca de 10% das mulheres e meninas em idade reprodutiva em todo o mundo, o que equivale a aproximadamente 190 milhões de mulheres no mundo todo. Apesar da alta prevalência, a doença continua sendo subdiagnosticada e subtratada, com impacto direto na saúde física e mental, na qualidade de vida e na produtividade das mulheres. A OMS destaca que a falta de equipes multidisciplinares e a falta de conhecimento sobre a condição, mesmo entre profissionais de saúde, contribui para o diagnóstico tardio – que pode levar de 7 a 10 anos – e para o acesso limitado a cuidados adequados, especialmente em países de baixa e média renda.³

O diagnóstico da endometriose enfrenta ainda desafios significativos. Estudos indicam que o tempo médio entre o início dos sintomas e a confirmação da doença é de sete anos. Essa demora pode levar ao agravamento dos sintomas e à progressão da doença, resultando em complicações como infertilidade e dores crônicas. A endometriose interfere em diversos aspectos da vida da mulher, incluindo saúde mental, vida sexual, relações pessoais, trabalho e

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Endometriose: uma a cada 10 mulheres sofre com os sintomas. Publicado em 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/endometriose-uma-a-cada-10-mulheres-sofre-com-os-sintomas>. Acesso em: 15 maio 2025.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Endometriose: atendimentos na Atenção Primária do SUS crescem 76,2% em três anos e impulsionam debate. Publicado em 11 de março de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/endometriose-atendimentos-na-atencao-primaria-do-sus-crescem-76-2-em-tres-anos-e-impulsionam-debate>. Acesso em: 15 maio 2025.

³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Endometriosis – Key Facts. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/endometriosis>. Acesso em: 15 maio 2025.



SENADO FEDERAL

renda. Reconhecer esses impactos é fundamental para o manejo integral da doença.⁴

O Sistema Único de Saúde oferece tratamentos clínicos e cirúrgicos para a endometriose, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Endometriose (PCDT), aprovado pela Portaria nº 879, de 12 de julho de 2016. O tratamento pode incluir terapia hormonal, uso de analgésicos e anti-inflamatórios, bem como procedimentos cirúrgicos como a videolaparoscopia. Além disso, o projeto Saúde das Mulheres, desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), que qualifica profissionais da área da saúde em todo o País para o diagnóstico e tratamento da doença. Esta ação busca estruturar uma linha de cuidado e ampliar o acesso ao atendimento especializado.⁵

As necessidades específicas desse grupo populacional não podem ser ignoradas, especialmente porque, quanto mais tempo se leva para o diagnóstico da endometriose, maiores são as chances de ocorrência de alterações anatômicas, obstrução das trompas e alterações na ovulação.

Nesse contexto, foram apresentados os Requerimentos nº 21, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), e nº 7, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ambos de minha autoria, com o objetivo de promover audiência pública para debater “Os desafios e os direitos das mulheres com endometriose”, mobilizando a sociedade em torno da prevenção e do tratamento dessa enfermidade. A audiência, realizada em 7 de abril de 2025, proporcionou valiosos subsídios para o aprimoramento da presente proposição.⁶

O Dr. Eduardo Schor, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina (SOBRAPEM), destacou que o

⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. Endometriose – Saúde de A a Z. [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/endometriose>. Acesso em: 15 maio 2025.

⁵ Audiência Pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, realizada em 7 de abril de 2025, para debater os desafios e os direitos das mulheres com endometriose, conforme os Requerimentos nº 21/2025 – CDH e nº 7/2025 – CAS. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=13413&codcol=834>. Acesso em: 29 maio 2025.

⁶ Ibidem.



SENADO FEDERAL

atraso no diagnóstico da endometriose decorre principalmente, da normalização da cólica menstrual por parte das mulheres e de seus círculos sociais, bem como da negligência de muitos profissionais diante dos sintomas. Segundo ele, é essencial assegurar às mulheres o direito de compreender que sua não é psicológica e nem deve ser minimizada, mas um sinal que deve ter uma atenção adequada. O diagnóstico precoce, nesse sentido, impede a evolução da doença e amplia as chances de sucesso do tratamento medicamentoso e a chance de gestação espontânea.

O Dr. André Luís Malavasi Longo de Oliveira, médico assistente no Centro de Reprodução Humana da Divisão de Ginecologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, afirmou que a simples condição de ser mulher e menstruar já configura um fator de predisposição genética à endometriose. Destacou que o tratamentos cirúrgicos complexos e onerosos, com atuação de equipe multiprofissional, estrutura muitas vezes ausente em centros públicos de saúde. Apresentou o implante de gestrinona como alternativa terapêutica promissora, cujos resultados têm se mostrado positivos em estudos recentes, e informou haver interesse do Ministério da Saúde em viabilizar sua inclusão no SUS. Afirmo

Já o Dr. Frederico José Silva Corrêa, dirigente da Associação Brasileira de Endometriose, deu ênfase ao impacto devastador da doença sobre a saúde mental das pacientes, relatando o caso de uma mulher que chegou a cogitar o suicídio diante da dor persistente e da incompreensão de familiares e profissionais de saúde. Ressaltou que, apesar de ser uma condição benigna, a endometriose pode comprometer profundamente a qualidade de vida. Para ele, a solução passa por uma mudança cultural, que deve começar pela formação adequada dos profissionais de saúde e pela inserção do tema nas escolas, de modo a promover o diagnóstico precoce e a prevenção de complicações severas. Destacou também a importância da criação de centros especializados e criticou a realização de histerectomias (retirada do útero) em mulheres jovens sem filhos como forma de tratamento.

Por fim, o Dr. Norberto José Maffei Júnior, médico ginecologista e obstetra, confirmou a ausência de medidas preventivas e reforçou a importância do diagnóstico precoce para evitar a dor crônica e a infertilidade. Ressaltou o sofrimento das pacientes causado



SENADO FEDERAL

pela incompreensão social e o longo tempo de espera por diagnóstico – entre oito e dez anos, em média. Defendeu o treinamento dos profissionais da atenção básica e considerou o Projeto de Lei nº 1.069, de 2023, essencial por prever diagnóstico, tratamento e suporte multiprofissional no âmbito do SUS.

Infelizmente, ainda carecemos de medidas específicas para a concretização integral do direito à saúde desse segmento populacional. É verdade que este Parlamento não se tem mantido inerte frente às dificuldades enfrentadas pelas mulheres com endometriose. A título de exemplo, aprovou-se a Lei nº 14.324, de 2022, que instituiu o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Sem dúvida, a aprovação desse diploma legislativo contribuiu para chamar a atenção da sociedade para o problema da endometriose. No entanto, devemos continuar avançando e, por isso, o PL em análise é tão oportuno: além de estabelecer diretrizes específicas no âmbito do SUS para o atendimento a pacientes com endometriose, a proposição institui a Política Nacional para Prevenção e Tratamento da Endometriose, que permitirá melhor estruturação de ações e programas voltados para a melhoria da saúde das mulheres com essa doença, evitando-se que a demora no diagnóstico e tratamento produzam consequências indesejáveis e permanentes em suas vidas.

A matéria analisada também está em consonância com iniciativas promovidas no âmbito estadual, como é o caso da Lei nº 6.824, de 27 de março de 2024, do Estado do Amazonas, que dispõe sobre as diretrizes para prevenção e tratamento da endometriose.

Diante dos fundamentos explicitados, acreditamos que o PL reflete o compromisso do Estado brasileiro de reconhecer a endometriose como uma questão relevante de saúde pública e de promover, urgentemente, a melhoria do diagnóstico, do tratamento e, consequentemente, da qualidade de vida das mulheres afetadas pela doença. O direito constitucional à saúde deve alcançar todas as pessoas, sendo necessário que as mais de 7 milhões de mulheres com endometriose sejam contempladas de modo específico por nosso ordenamento jurídico.



SENADO FEDERAL

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.069, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

SF/25786.55969-02

4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23603.40425-80

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 132-A:

“Art. 132-A. A eleição para escolha dos membros dos Conselhos Tutelares e seus respectivos suplentes, de que trata o art. 132, será exercida pelo voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município ou do Distrito Federal em pleno gozo dos direitos políticos, com valor igual para todos.

§ 1º Na eleição de que trata o *caput* adotar-se-á o princípio majoritário na área de cobertura do Conselho Tutelar ou na Região Administrativa do Distrito Federal.

§ 2º O Município ou o Distrito Federal promoverá campanhas de conscientização para o exercício do direito de participação facultativa na eleição de que trata o *caput*.

§ 3º O disposto neste artigo não impede o estabelecimento, pelo Município ou Distrito Federal, de outras fases ou etapas para escolha de que trata o art. 132.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23603.40425-80

§ 4º Aplicam-se, às eleições do *caput*, as disposições penais do Título IV da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, do Capítulo III do Título XII da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, dos arts. 19 a 25 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e os crimes da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na grande maioria dos Municípios brasileiros, as eleições para os Conselhos Tutelares ocorrem pelo voto direto. Entretanto, ainda há alguns casos em que as eleições ocorrem pelo voto indireto, em desacordo com o princípio democrático e em ofensa à legítima representatividade popular.

De acordo com matéria do Gazeta Brasil¹, de 02 de outubro de 2023, ocorreram eleições indiretas em Uberlândia (MG), Rio Largo (AL) e Santana do Ipanema (AL).

Há que se reconhecer que as eleições para os Conselhos Tutelares ainda são bastante desconhecidas da maior parte da população e, por serem facultativas, acabam por levar às urnas apenas pequena parte da população do país, inclusive uma parcela que não tem relação tão imediata no interesse dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Dessa forma, tendo em vista o caráter facultativo de participação nas eleições dos Conselheiros Tutelares, é importante que o Município ou o Distrito

¹ <https://gazetabrasil.com.br/politica/2023/10/02/silvio-almeida-vai-acionar-agu-e-mp-para-anular-eleicoes-indiretas-de-conselhos-tutelares/>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23603.40425-80

Federal promova campanhas de conscientização para o exercício desse direito de participação.

Ademais, o Município ou o Distrito Federal emitem legislações dispondo sobre regras e condições que regem o processo eleitoral de escolha dos Conselheiros Tutelares. Ocorre que a fixação de sanções no processo eleitoral, conforme o art.5º, XXXIX², da Constituição Federal, necessita de estar expressa em lei.

Nesse sentido, proponho Projeto de Lei para estabelecer expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, com base no princípio majoritário na área de cobertura do Conselho Tutelar ou na Região Administrativa do Distrito Federal, bem como para prever a promoção das citadas campanhas de conscientização e para suprir a lacuna legal de fixação expressa de penalidades no processo eleitoral ao remeter às sanções penais das leis pertinentes.

Ademais, esclarecemos que o novo artigo, a ser incluído ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, não impede o estabelecimento, pelo Município ou pelo Distrito Federal, de outras fases ou etapas para escolha dos Conselheiros Tutelares, a exemplo do que ocorre em alguns entes federativos que exigem exame de conhecimento específico e/ou curso de formação inicial. Entendemos que exigí-los não seria adequado, tendo em vista as diversas realidades dos Municípios brasileiros.

Este Projeto de Lei certamente contribuirá para aumentar a legitimidade das eleições dos Conselheiros Tutelares, conscientizar mais amplamente os pais e mães da importância desses profissionais, bem como fomentar o espírito cívico e de participação na formação social.

² “XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/23603.40425-80

Ante o exposto, na certeza de contribuir para a devida proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, espero contar com o apoio dos Pares para aprovação deste importante Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5081, DE 2023

Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990 - Lei das Inelegibilidades; Lei de Inelegibilidade - 64/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1990;64>
- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições (1997) - 9504/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>
- Lei nº 14.192, de 4 de Agosto de 2021 - LEI-14192-2021-08-04 - 14192/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14192>



SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, do Senador Mecias de Jesus, que *estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, que determina a realização de eleições diretas para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares e de seus suplentes.

Para isso, o art. 1º da proposição acrescenta art. 132-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA), cujo *caput* determina a realização de eleições diretas, por meio de “voto secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município ou do Distrito Federal em pleno gozo dos direitos políticos”. Em seguida, em seus quatro parágrafos, a proposição determina: (1) que seja adotado o princípio majoritário na área de cobertura do Conselho Tutelar ou na Região Administrativa do Distrito Federal; (2) que o Município e o Distrito Federal façam campanhas de conscientização para o exercício do “direito facultativo”; (3) que a realização de eleições não impede a adoção de critérios suplementares para a escolha do membro do Conselho Tutelar, como, por exemplo, exigência de determinados títulos ou tipo



SENADO FEDERAL

de formação; e, por fim, (4) que as disposições da legislação eleitoral e penal a que remete (Código Eleitoral, Código Penal, Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) passam a incidir sobre os processos eleitorais dos Conselhos Tutelares. O art. 2º do Projeto de Lei põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação oficial.

Em suas razões, o autor argumenta que a legislação atual está em desacordo com o princípio democrático e não serve à representatividade popular. Acrescenta que o sancionamento de processos eleitorais deve decorrer de lei e que o desconhecimento da população quanto à importância da escolha dos Conselhos pode ser remediado com campanhas de conscientização.

Após examinada por esta Comissão, a matéria seguirá para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve examinar matéria atinente à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental este exame.

A matéria inova a ordem jurídica, e de grande importância para a melhoria do processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares. Contudo, é necessário ser realizado alguns ajustes para adequação as normas técnicas legislativa vigentes, que em diante procuraremos corrigir.

Consideramos aprimorar a proposição, sugerindo a alteração da ementa do Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, inscrevendo a ideia normativa da obrigatoriedade de eleições no art. 139 do



SENADO FEDERAL

Estatuto da Criança e do Adolescente, que já regula o processo de escolha dos Conselheiros.

Já o art. 132, a sua finalidade é a de determinar quantidade mínima de Conselhos Tutelares por localidades e fixar o número de seus membros. Portanto, sugerimos uma emenda juntando os novos comandos propostos ao art. 139, reformando-lhe o *caput*, excluindo o termo “recondução” para “reeleição”, mudanças feitas com base no art. 11, inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 para fins de organização e clareza, em nada alterando o espírito da proposição, que vemos com muito bons olhos.

Contribuímos ainda com a inclusão do inciso IV ao art. 133, do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a exigir como requisito para a candidatura a membro do Conselho Tutelar a comprovação de sanidade mental em razão da sensibilidade e complexidade dos casos que são tratados e acompanhados pelos membros do Conselho Tutelar.

Por fim, incluímos o § 8º ao art. 139 o qual garante que o processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

III – VOTO

Em consonância com nossa exposição, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, nos termos da seguinte emenda substitutiva:



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 5.081, DE 2023

Determina a obrigatoriedade da realização de eleições diretas para a escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei determina a obrigatoriedade da realização de eleições diretas para a escolha dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 132.** Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, eleitos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Art. 133......

.....

IV – comprovação de sanidade mental.

.....

Art. 139. A eleição para escolha dos membros dos Conselhos Tutelares e seus respectivos suplentes será exercida pelo voto secreto, direto, universal, uninominal e facultativo dos eleitores do Município ou do Distrito Federal em pleno gozo dos direitos políticos, com valor igual para todos.



SENADO FEDERAL

§ 1º A eleição dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente à sua eleição

§ 3º Aplicam-se, às eleições de que trata o *caput* deste artigo, as disposições penais do Título IV da Parte Quinta da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, do Capítulo III do Título XII da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, dos artigos 19 a 25 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e os crimes da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

§ 4º Na eleição adotar-se-á o princípio majoritário na área de cobertura do Conselho Tutelar ou na Região Administrativa do Distrito Federal.

§ 5º O disposto neste artigo não impede o estabelecimento, pelo Município ou Distrito Federal, de outras fases ou etapas para escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 6º No processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 7º O Município ou o Distrito Federal promoverá campanhas de conscientização para o exercício do direito de participação facultativa na eleição.

§ 8º O processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal ou Distrital, sendo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, sob a fiscalização do Ministério Público." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL

, Presidente

, Relatora

5



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

AUTORIA: CPI DAS ONGS

DOCUMENTOS:

- Relatório Final da CPI das ONGs

<https://legis.senado.leg.br/sdleg->

[getter/documento?dm=9524697&ts=1702592742256&rendition_principal=S&disposition=inline&_gl=1*1p4typv*_ga*MjYzNDY1Mzk1LjE3MDE0MzY4MjE.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMjY0ODU0MC4yLjAuMTcwMjY0ODU0MC4wLjAuMA..](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9524697&ts=1702592742256&rendition_principal=S&disposition=inline&_gl=1*1p4typv*_ga*MjYzNDY1Mzk1LjE3MDE0MzY4MjE.*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMjY0ODU0MC4yLjAuMTcwMjY0ODU0MC4wLjAuMA..)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas e:

I – garante aos indígenas autonomia para decidir sobre as atividades produtivas que desejam realizar e exercer o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos das terras que tradicionalmente ocupam;

II – regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição Federal para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais, inclusive garimpo, e hidrocarbonetos e para aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas;

III – institui indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas;

IV – institui mecanismos de compensação por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos das atividades econômicas sobre as terras e as comunidades indígenas.

§ 1º Esta Lei não se aplica às comunidades indígenas isoladas ou às áreas com registros ou indícios de presença dessas comunidades, às quais é devida especial proteção.

§ 2º Todas as pessoas não indígenas que ingressarem na terra indígena ou mantiverem contato com os indígenas em razão das atividades previstas nesta Lei devem receber treinamento prévio específico, de, no mínimo, oito horas, sobre respeito à saúde, aos direitos e aos costumes dos indígenas, na forma de regulamento.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se que:

I – terras indígenas são:

a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, de que trata o art. 231 da Constituição;

b) as áreas reservadas da União, nos termos da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

II – comunidade indígena afetada é a comunidade indígena que ocupa terra indígena em que sejam desenvolvidas ou se pretendam desenvolver atividades previstas nesta Lei;

III – comunidades indígenas isoladas são povos ou segmentos de povos indígenas que não mantêm contatos habituais com a população majoritária e evitam interações com pessoas exógenas à sua comunidade;

IV – atividades econômicas são atividades produtivas com finalidade comercial ou de subsistência, ou serviços como o etnoturismo e o ecoturismo, bem como oferecimento de cursos e vivências pelos indígenas, dentro das terras indígenas;

V – infraestrutura associada são sistemas elétricos, estradas, ferrovias, dutovias e demais obras e instalações associadas às atividades previstas nesta Lei por serem necessárias ao acesso, à operação e ao escoamento da produção dessas atividades;

VI – levantamento geológico são atividades relacionadas à cartografia ou ao mapeamento geológico, a exemplo da descrição dos afloramentos, das medidas estruturais e da coleta de amostras de rocha, de solos, de sedimentos ou de água, que podem ou não incluir o mapeamento geofísico, geoquímico e hidrogeológico da área de estudo;

VII – mapeamento técnico indigenista é o levantamento técnico realizado pela Funai para identificação de possíveis comunidades indígenas isoladas e de comunidades indígenas afetadas que ocupem a terra indígena objeto da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica às terras de domínio indígena.

Art. 3º Os povos e comunidades indígenas têm plena liberdade para decidir sobre as atividades econômicas, tradicionais ou não, que desejam realizar nas respectivas terras indígenas.

Parágrafo único. No exercício da liberdade prevista no *caput*, os povos e comunidades indígenas:

I – não estão submetidos a qualquer forma de tutela ou autoridade decisória pretensamente exercida por qualquer pessoa, órgão, instituição ou entidade pública ou privada, cabendo aos próprios indígenas e às suas lideranças e entidades representativas decidir sobre as próprias atividades, conforme seus usos, costumes, tradições e formas próprias de organização, sem prejuízo das atividades de fiscalização e de controle de legalidade exercidas pelo poder público;

II – têm o direito de realizar atividades econômicas não tradicionais regidas pelas mesmas normas aplicáveis aos não-indígenas, sendo garantida, inobstante, a aplicação desta Lei e de normas especiais que lhes forem mais benéficas;

III – não sofrerão qualquer restrição ou embaraço às atividades econômicas tradicionalmente realizadas, tais como caça, pesca, extrativismo, manejo ambiental, agricultura, criação animal, construção, artesanato, produção de utensílios, de vestimentas, de adereços, de alimentos e de remédios.

CAPÍTULO II

DAS PARCERIAS

Art. 4º Os povos e comunidades indígenas podem estabelecer contratos de parceria com pessoas jurídicas públicas e privadas para desenvolver atividades econômicas nas terras indígenas, sem prejuízo do usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ou da inalienabilidade e indisponibilidade constitucionalmente asseguradas.

§ 1º As pessoas jurídicas parceiras dos indígenas podem aportar recursos financeiros, logísticos ou materiais, bem como fornecer insumos, capacitação, assistência técnica ou serviços acessórios à atividade-fim, como agenciamento, intermediação, planejamento e publicidade, para que os indígenas desenvolvam atividades econômicas tradicionais, ou não, dentro de suas terras.

§ 2º O ingresso de parceiros ou consumidores não-indígenas nas terras indígenas somente será admitido na forma do que dispuser o regulamento desta Lei.

§ 3º Os contratos de parceria devem ser registrados perante o órgão indigenista federal.

CAPÍTULO III

DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRÉVIOS

Art. 5º A avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis será realizada pelo Poder Executivo federal e objetiva averiguar o potencial para a realização das atividades econômicas de que trata esta Lei e possíveis impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos.

Parágrafo único. Ao realizar a avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis, deve-se buscar causar o mínimo impacto possível nas comunidades indígenas afetadas, tomando precauções para evitar, mitigar ou compensar contaminação ou destruição ambiental, contágio por doenças transmissíveis e impactos sobre a cultura e o modo de vida das comunidades indígenas afetadas.

Art. 6º O órgão ou entidade responsável pela realização da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis poderá solicitar ao órgão indigenista federal a interlocução com as comunidades indígenas afetadas, cujo consentimento é indispensável para o prosseguimento do estudo.

§ 1º A interlocução de que trata o *caput* tem os seguintes objetivos:

I – explicar e divulgar às comunidades indígenas afetadas a finalidade da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis;

II – consultar as comunidades indígenas afetadas sobre o ingresso nas terras indígenas para a realização da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis.

§ 2º O procedimento de interlocução observará as formas próprias de representações das comunidades indígenas afetadas, seus usos, costumes e tradições, e será estabelecido nos prazos e condições previstos em regulamento.

§ 3º Caso a interlocução com as comunidades indígenas afetadas seja frustrada ou não seja obtido o consentimento quanto ao ingresso na terra indígena, poderão ser utilizados dados e elementos disponíveis, legalmente obtidos, para a elaboração da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis.

Art. 6º A avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis observará:

I – para a atividade minerária, o levantamento geológico, com a integração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos disponíveis;

II – para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, a integração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos disponíveis com a identificação dos potenciais das bacias sedimentares de interesse;

III – para o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, o inventário hidroelétrico das bacias hidrográficas;

IV – para outras atividades, informações disponíveis em fontes públicas de instituições públicas de ensino superior, ou de órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Art. 7º Ainda que seja admitido o uso de informações e subsídios fornecidos por outras fontes públicas ou particulares, compete exclusivamente à Administração Pública realizar o mapeamento técnico indigenista e a avaliação técnica prévia de impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos.

Art. 8º Com fundamento nos estudos técnicos prévios, o Poder Executivo federal estabelecerá quais áreas são adequadas para o desenvolvimento de atividades econômicas.

§ 1º Havendo parceria, os custos decorrentes da elaboração dos estudos técnicos prévios e dos procedimentos de interlocução com as comunidades serão ressarcidos aos órgãos e entidades responsáveis pela sua respectiva realização pelo parceiro não-indígena ou pelo titular da outorga da atividade a ser exercida nos termos do disposto na legislação ou, na sua falta, no regulamento ou edital.

§ 2º Os custos decorrentes da elaboração dos estudos técnicos prévios e dos procedimentos de interlocução com as comunidades serão suportados pelos órgãos e entidades responsáveis pela sua respectiva realização.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À PESQUISA E À LAVRA DE RECURSOS MINERAIS E AO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Seção I

Aspectos gerais

Art. 9º As atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas reger-se-ão pelo disposto nesta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Mineração e pela legislação ambiental.

Art. 10. São condições específicas para a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, em terras indígenas:

I – a realização de estudos técnicos prévios, que compreendem a avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis, o mapeamento técnico indigenista e a avaliação técnica prévia de impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos;

II – a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas afetadas ou potencialmente afetadas;

III – em caso de aprovação ao empreendimento pelas comunidades indígenas consultadas, autorização pelo Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, observado o disposto no §3º do art. 231 da Constituição Federal;

IV – em caso de rejeição ao empreendimento pelas comunidades indígenas consultadas, lei complementar indicando relevante interesse público da União, nos termos do §6º do art. 231 da Constituição Federal, na qual será prevista indenização pela restrição do usufruto sobre a terra indígena;

V – o licenciamento ambiental;

VI – medidas de mitigação, compensação e indenização por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos.

Seção II

Da consulta livre, prévia e informada das comunidades indígenas afetadas, para fins de autorização do Congresso Nacional

Art. 11. A União realizará o procedimento de consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas, identificadas no mapeamento técnico indigenista, para explicar e divulgar os objetivos do empreendimento, como condição previa à autorização do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal acompanhará todas as fases do processo de consulta, sob pena de nulidade.

Art. 12. A consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas será orientada pelas seguintes diretrizes:

I – respeito à diversidade cultural, usos, costumes e tradições das comunidades indígenas;

II – garantia do direito à informação;

III – linguagem compreensível;

IV – realização na própria terra indígena ou em outro local acordado com as comunidades indígenas afetadas;

V – transparência;

VI – estabelecimento de canais facilitadores de diálogo;

VII – aderência aos protocolos de consulta eventualmente já estabelecidos pelas comunidades indígenas;

VIII – inadmissibilidade de qualquer forma de coerção, coação, cooptação, aliciamento ou estímulo de tensões nas comunidades indígenas afetadas;

IX – busca de soluções consensuais, que contemplem demandas e problemas apresentados pelas comunidades indígenas afetadas durante o processo de consulta.

Parágrafo único. A consulta livre, prévia e informada é indispensável à continuidade do processo de pesquisa e lavra e não prosseguirá enquanto perdure qualquer intrusão na terra indígena.

Art. 13. A consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas não se confunde com outros procedimentos de oitiva eventualmente exigíveis pela legislação.

Art. 14. O resultado da consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas será formalizado em relatório específico, ao qual será dada ampla publicidade.

§ 1º Em caso de rejeição pelas comunidades indígenas afetadas, todos os procedimentos relacionados à pesquisa e a lavra serão interrompidos.

§ 2º Na hipótese do § 1º, não havendo alternativa viável para atender a relevante interesse público da União, observado o disposto no § 6º do art. 231 da Constituição Federal, o Poder Executivo poderá solicitar autorização ao Congresso Nacional para dar continuidade às atividades de pesquisa e lavra, dando-se ciência desse fato às comunidades indígenas afetadas, que terão garantido o direito de amplo acesso às vias administrativas e judiciais para a defesa de seus interesses.

Seção III

Da autorização do Congresso Nacional

Art. 15. Compete ao Presidente da República encaminhar ao Congresso Nacional pedido de autorização para a realização das atividades de pesquisa e de lavra de recursos minerais e o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, em terras indígenas.

Parágrafo único. O Conselho de Defesa Nacional será ouvido previamente à remessa do pedido de autorização ao Congresso Nacional, nos termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição, na hipótese de a terra indígena estar situada em área indispensável à segurança do território nacional ou em faixa de fronteira.

Art. 16. O pedido de autorização será instruído com os seguintes documentos:

I – informações técnicas sobre as terras indígenas em que se pretende realizar as atividades;

II – definição dos limites da área de interesse da atividade;

III – descrição das atividades a serem desenvolvidas;

IV – estudos técnicos prévios;

V – licenciamento ambiental;

VI – relatório específico com o resultado da consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas;

VII – na hipótese do art. 14, § 2º, dados e argumentos que justifiquem a inviabilidade de alternativa que atenda ao relevante interesse público da União;

VIII – proposta de participação das comunidades indígenas afetadas nos resultados da atividade, previsão de indenizações cabíveis e medidas de mitigação de impactos do empreendimento; e

IX – manifestação do Conselho de Defesa Nacional, na hipótese de a terra indígena estar situada em área indispensável à segurança do território nacional ou em faixa de fronteira.

Art. 17. A autorização do Congresso Nacional ocorrerá por meio de decreto legislativo, nos termos do inciso XVI do art. 49 da Constituição Federal.

§ 1º A autorização de que trata o caput permite ao Poder Executivo federal prosseguir no planejamento da atividade ou do empreendimento, conforme dispuser a legislação específica relativa às atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica, e não substitui:

I – as avaliações técnicas e os atos administrativos previstos na legislação ambiental; e

II – os atos administrativos de competência do Poder Executivo federal relativos à seleção dos interessados e à autorização ou à concessão para a realização das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica.

§ 2º A autorização do Congresso Nacional para a realização da atividade principal incluirá a instalação da infraestrutura associada necessária.

Art. 18. Não é exigida a autorização do Congresso Nacional para a realização dos estudos técnicos prévios e da consulta livre, prévia e informada.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS AFETADAS NO RESULTADO DAS ATIVIDADES, DAS INDENIZAÇÕES E DAS COMPENSAÇÕES

Seção I

Da participação nos resultados das atividades e do pagamento das indenizações e das compensações

Art. 19. A participação dos indígenas nos resultados, a remuneração do trabalho de indígenas e o pagamento de indenizações e o custeio de compensações previstas nesta Lei têm prioridade sobre a remuneração de parceiros ou concessionários não-indígenas.

Art. 20. A lavra de recursos minerais e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica em terras indígenas ensejam, a partir da operação comercial dos empreendimentos, o pagamento, a título de participação nos resultados, às comunidades indígenas afetadas, dos seguintes valores:

I – na hipótese de aproveitamento de potenciais de energia hidráulica, sete décimos por cento do valor da energia elétrica produzida, a serem pagos pelo titular da concessão ou da autorização para exploração de potencial hidráulico, excluídos tributos e encargos, com base na tarifa atualizada de referência, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

II – na hipótese de lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos do disposto no art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

III – na hipótese de lavra dos demais recursos minerais, cinquenta por cento do valor da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, nos termos do disposto no art. 11, *caput*, alínea b e § 1º, do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º A periodicidade do pagamento da participação nos resultados será trimestral, ou outra fixada em regulamento, desde que não exceda um semestre.

§ 2º Na hipótese de as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica serem realizadas em mais de uma terra indígena, a distribuição da participação nos resultados de que trata o *caput* será feita proporcionalmente, nos termos do disposto em regulamento, considerados os impactos sofridos pelas comunidades indígenas afetadas e a área outorgada para a implantação do empreendimento.

§ 3º A repartição dos recursos financeiros relativos ao pagamento da participação nos resultados das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica entre as comunidades indígenas afetadas será prevista em regulamento, considerado o grau de impacto da atividade em cada comunidade.

§ 4º O pagamento da participação nos resultados de que trata o *caput* não será dedutível das parcelas devidas a título de compensação financeira aos entes federativos, asseguradas as participações previstas na Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, na Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, na Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 21. Os pagamentos a que se refere este Capítulo serão depositados, por meio de transferência bancária, pelo parceiro ou concessionário não-indígena em conta bancária indicada pela legítima representação das comunidades indígenas afetadas.

Art. 22. Os cálculos e os valores de referência relativos ao pagamento da participação nos resultados serão realizados com base em informações disponibilizadas pelas agências reguladoras setoriais das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica.

Seção II

Das indenizações pela restrição do usufruto de terras indígenas e por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos

Art. 23. As indenizações por restrição do usufruto de terras indígenas e por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos serão devidas, nos termos do que dispuser regulamento, exclusivamente às comunidades indígenas direta ou indiretamente afetadas.

§ 1º A realização dos estudos técnicos prévios não enseja o pagamento de indenização por restrição do usufruto da terra.

§ 2º A indenização será paga a partir do início de obras e serviços de caráter preparatório que causem qualquer impacto na terra indígena ou na comunidade, inclusive, mas não somente, a instalação de equipamentos e sistemas de transmissão, distribuição, armazenamento, transporte e dutovias.

§ 3º Após o início do aproveitamento econômico das atividades previstas nesta Lei, será devido exclusivamente o pagamento da participação nos resultados e de compensações por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos, sem prejuízo da exigibilidade de parcelas indenizatórias vincendas ou de caráter continuado, bem como eventuais indenizações por danos supervenientes imprevistos.

Art. 24. A forma de cálculo das indenizações previstas nesta Lei considerará o grau de restrição do usufruto sobre a área e os impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos da terra indígena ocupada pelo empreendimento, deduzido o valor correspondente ao efeito de ações de mitigação e compensação de danos que serão pagas ou realizadas separadamente.

Art. 25. As indenizações serão pagas às comunidades afetadas observando-se critérios de proporcionalidade da restrição do usufruto das terras indígenas e dos impactos por elas suportados.

Seção III

Das ações de mitigação e compensação por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos

Art. 26. Os impactos das atividades econômicas sobre o uso da terra, a saúde, a organização social, a cultura, a economia e o meio ambiente das comunidades indígenas afetadas serão continuamente avaliados pela União.

§ 1º A qualquer momento, a União, no cumprimento do dever constitucional de proteção, deve advertir as partes envolvidas nas atividades econômicas de que trata esta Lei se identificar a ocorrência ou o risco de dano grave aos povos indígenas ou às suas terras, podendo determinar administrativamente a suspensão das atividades econômicas em curso, para prevenir ou fazer cessar esse dano, ou ainda por razões de segurança nacional.

§ 2º A suspensão administrativa de que trata o § 1º deve ser claramente motivada e deve considerar a possibilidade de adoção de medida menos gravosa, garantindo-se aos interessados o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, além do acesso à Justiça.

Art. 27. Os estudos técnicos prévios e a avaliação continuada mencionada no art. 26 fundamentarão os planos de prevenção, de mitigação e de compensação de impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos, que devem ser revisados com periodicidade máxima de cinco anos.

Parágrafo único. As ações compensatórias podem incluir, além de pagamentos, medidas de valorização da cultura indígena, de promoção de direitos e de recuperação ambiental, decididas e elaboradas em comum acordo com as comunidades, com assistência do Poder Executivo federal e do Ministério Público Federal.

Seção IV

Da administração dos recursos obtidos pelos povos e pelas comunidades indígenas

Art. 28. Os indígenas são responsáveis pela administração dos recursos financeiros relativos ao pagamento da participação nos resultados e de indenizações e compensações de que trata este Capítulo, observadas as seguintes diretrizes:

I – repartição justa dos recursos;

II – autonomia do povo ou da comunidade indígena;

III – respeito às formas próprias de representação das comunidades indígenas e aos modos tradicionais de organização;

IV – transparência perante a própria comunidade, os órgãos indigenistas e as instituições públicas de fiscalização e controle, tais como o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas da União, tendo em vista que a União tem a propriedade das terras indígenas e o dever de proteção a elas e aos povos originários.

Parágrafo único. Os indígenas têm plena legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente seus próprios interesses relativos às atividades de que trata esta Lei.

Art. 29. Os recursos financeiros relativos ao pagamento da participação nos resultados e de indenizações e compensações serão depositados na conta da renda do patrimônio indígena, se as comunidades indígenas afetadas:

I – manifestarem interesse expreso de que o depósito seja realizado sob essa forma;

II – não constituírem representação legal no prazo de um ano, contado da data de início das atividades; ou

III – se recusarem a receber os recursos.

Parágrafo único. Eventuais controvérsias quanto à divisão e ao repasse dos recursos financeiros entre as comunidades indígenas afetadas devem ser levadas à atenção do órgão indigenista federal.

CAPÍTULO VI

DA PESQUISA E DA LAVRA DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS

Art. 30. As áreas autorizadas pelo Congresso Nacional para a realização das atividades de pesquisa e lavra minerais serão licitadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Art. 31. O edital de licitação conterá o memorial descritivo da área disponível à mineração e disporá sobre as condições técnicas, econômicas, sociais, ambientais e de direitos e interesses da comunidade indígena afetada.

Art. 32. O edital de licitação deverá prever, no mínimo, as seguintes prestações:

I – participação nos resultados da atividade;

II – indenizações por restrição de usufruto e por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos; e

III – ações de compensação e mitigação de danos.

Art. 33. A autorização de pesquisa e concessão de lavra deverá ser instruída com contrato firmado entre a empresa mineradora e as comunidades indígenas afetadas.

Art. 34. Ao autorizar a pesquisa e conceder a lavra, o Poder Executivo estabelecerá a periodicidade mínima da fiscalização das atividades por parte dos órgãos competentes nas áreas ambiental, mineral e indigenista.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35. Ressalvado o disposto no art. 3º, o atendimento às condições específicas previstas nesta Lei não dispensa a observância de outras normas, inclusive de proteção ambiental, e a obtenção de outras autorizações, permissões, concessões e licenças legalmente exigidas.

Art. 36. Aplica-se a legislação específica relativa às atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos para geração de energia elétrica subsidiariamente ao disposto nesta Lei.

Art. 37. Compete às agências reguladoras setoriais a fiscalização das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos para geração de energia elétrica em terra indígena, com o apoio da União.

Art. 38. Ficam revogados:

I – o art. 44 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

II – a alínea *a* do art. 23 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O aproveitamento de recursos naturais em terras indígenas é matéria controversa e vem sendo objeto de intensas discussões desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Se, por um lado, sabe-se que as áreas demarcadas podem ser muito ricas, por outro lado, é preciso proteger comunidades sabidamente vulneráveis e o meio ambiente.

A Constituição i) reconhece os direitos originários dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (art. 231, § 1º); ii) garante o usufruto exclusivo dos indígenas sobre as riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em suas terras (art. 231, § 2º); iii) condiciona o aproveitamento dos recursos hídricos e a pesquisa e lavra das riquezas minerais em terras indígenas a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, assegurando a participação desta nos resultados da atividade econômica, na forma da lei (art. 231, § 3º); e iv) demanda lei específica que disponha sobre condições para a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País (art. 176, § 1º).

A Constituição, portanto, exige uma lei específica que disponha sobre condições para a exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas. Como, até o momento, não foi possível aprovar esse marco legal, toda atividade de exploração mineral existente em terras indígenas é ilegal. Isso não tem impedido garimpeiros de invadir áreas já demarcadas e gerar enormes conflitos. E, sem essa regulamentação, as riquezas do País continuarão sendo usurpadas clandestinamente, estimulando atividades criminosas associadas a essa exploração, comprometendo a dignidade e a própria sobrevivência dos indígenas, ameaçando o meio ambiente e empobrecendo o Estado, que deixa de arrecadar

Por outro lado, a superação do regime tutelar ainda não foi bem compreendida por alguns indigenistas, membros do Ministério Público e

ativistas de organizações não-governamentais, que se arvoram no direito de decidir o que os indígenas podem ou não podem fazer nas terras que a Constituição lhes reserva. Os indígenas ainda são, em grande parte, tratados como juridicamente incapazes e ficam obrigados a viver como seus ancestrais, presos a um passado utópico que não se verifica no mundo real. Ocorre que os indígenas também são cidadãos brasileiros aos quais o regime protetivo atribui mais direitos, e não menos, do que garante aos demais. A Constituição de 1988 superou a perspectiva de assimilação agressiva, colocando em seu lugar o valor da inclusão, que não pode jamais ser confundido com segregação. Os indígenas têm o direito à diferença, mas não o dever de corresponder a um modo de vida idealizado por antropólogos que os veem como objetos de estudo, mais do que como pessoas livres.

O limbo jurídico em que estão os indígenas propicia toda forma de ilegalidades, praticadas por invasores e por pretensos defensores, que acabam por ferir aqueles a quem dizem proteger. Consequentemente, o que temos visto ao longo de décadas é o avanço da ilegalidade e da miséria nas terras indígenas, ensejando conflitos internos e externos.

Acreditamos que essa situação deve ser superada, mediante regulamentação de atividades econômicas que podem gerar renda e contribuir para a valorização dos indígenas e de sua cultura, sem descurar da prevenção, da mitigação e da compensação de danos que qualquer atividade pode, presumivelmente, causar sobre as comunidades e o ambiente em que vivem. Admitir que danos podem ocorrer e prever formas de contornar seus efeitos é, obviamente, muito melhor do que simplesmente deixar que os indígenas continuem mergulhados em crime e miséria. No lugar do modelo confuso, ineficiente e falido que temos hoje, propomos formas de permitir que os próprios indígenas usufruam das riquezas de suas terras. As normas que procuramos estabelecer nesta proposição podem contribuir para que atividades ilegais tendam a diminuir e os indígenas tenham uma fonte de renda que favoreça a sua reprodução física e cultural, bem como a proteção de suas terras. A regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas permitirá ao Estado exigir o cumprimento das normas que garantem a proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas.

Para tanto, é imprescindível regulamentar o art. 176, § 1º, e os dispositivos do art. 231, da Constituição Federal, que são pertinentes às atividades econômicas em terras indígenas, para findar a exploração ilegal e descontrolada de suas riquezas e garantir a esses cidadãos o exercício das liberdades democráticas, com todas as proteções cabíveis. Saliente-se que a consulta livre, prévia e informada é garantida pela proposição, bem como o acompanhamento constante de danos e riscos de danos pela União, a

realização de estudos técnicos prévios, o cumprimento de todas as exigências ambientais, a participação das comunidades nos resultados das atividades e a previsão de ações de indenização e compensação por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos.

Em lugar de enxergar apenas conflito entre as atividades econômicas e a preservação absoluta, busca-se conciliar a exploração das riquezas naturais com cuidados ambientais e a garantia do direito dos povos indígenas à cultura, à saúde e à participação nos resultados de atividades desenvolvidas nas suas terras, das quais têm a posse permanente, e nas quais podem decidir sobre o próprio desenvolvimento. Nosso foco é na conciliação de legítimos interesses sociais, culturais, ecológicos e econômicos, que não são, necessariamente, mutuamente excludentes. Nenhum desses valores pode prevalecer absolutamente sobre todos os demais, mas eles podem ser equilibrados e mais fortemente promovidos se mudarmos a perspectiva do conflito para a cooperação.

A única hipótese na qual atividades econômicas podem ser legalmente desenvolvidas nas terras indígenas é a ocorrência de relevante interesse público da União, conforme o que dispuser lei complementar – ainda não aprovada –, por força do disposto no § 6º do art. 231 da Constituição Federal. Também nessa hipótese, deve haver a autorização do Congresso Nacional, prevista no § 3º do mesmo artigo. Em todos os demais casos, os indígenas têm a liberdade de decidir.

Com uma longa lista de tentativas frustradas de regulamentar a exploração das riquezas naturais em terras indígenas, consideramos que é importante construir uma proposição que respeite os direitos de todas as partes, baseada no diálogo, sem inconstitucionalidades, e com especial atenção à proteção dos indígenas, sem, contudo, incorrer em paternalismo e segregacionismo. Inúmeras proposições falharam por não respeitar esse equilíbrio e precisamos urgentemente amadurecer e virar essa página da nossa história.

Por essa razão, no intuito de regulamentar, definitivamente, as atividades econômicas em terras indígenas, apresentamos uma proposta realista que almeja o consenso em torno da prosperidade dos indígenas e do Brasil como um todo, para a qual pedimos o valioso apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador PLÍNIO VALÉRIO
Presidente

Senador MARCIO BITTAR
Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, da CPI DAS ONGS (SF), que *dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 6.050, de 2023, de autoria da CPI das ONGs, que *dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas*.

A matéria é composta por sete capítulos, desdobrados em trinta e nove artigos, conforme exposto a seguir:

- a) Capítulo I: Das Condições Gerais;
- b) Capítulo II: Das Parcerias;
- c) Capítulo III: Dos Estudos Técnicos Prévios;
- d) Capítulo IV: Das Condições Específicas Aplicáveis à Pesquisa e à Lavra de Recursos Minerais e ao Aproveitamento de Recursos Hídricos;

- e) Capítulo V: Da Participação das Comunidades Indígenas Afetadas no Resultado das Atividades, das Indenizações e das Compensações;
- f) Capítulo VI: Da Pesquisa e da Lavra de Recursos Minerais em Terras Indígenas; e
- g) Capítulo VII: Disposições Finais e Transitórias.

CAPÍTULO I: DAS CONDIÇÕES GERAIS

O *caput* do art. 1º do PL estabelece o marco regulatório das atividades econômicas em terras indígenas. O dispositivo se desdobra em quatro incisos e dois parágrafos. O inciso I assegura aos povos indígenas o direito à autonomia na escolha de suas práticas produtivas e o usufruto exclusivo das riquezas naturais presentes em seus territórios tradicionais, como solo, rios e lagos. Por sua vez, o inciso II regulamenta dispositivos constitucionais para definir as condições específicas da exploração de recursos minerais, inclusive garimpo, hidrocarbonetos e hídricos. Já os incisos III e IV estabelecem indenizações em caso de restrição do usufruto das terras e mecanismos de compensação por eventuais impactos causados às comunidades indígenas. O § 1º do art. 1º do PL exclui da aplicação da lei em que vier a se transformar as comunidades indígenas isoladas ou com indícios de isolamento. Já o § 2º do mesmo artigo impõe a obrigatoriedade de treinamento prévio, com no mínimo oito horas de duração, às pessoas não indígenas que entrem nas terras ou tenham contato com os indígenas devido às atividades previstas na proposição.

O art. 2º do PL apresenta conceitos que orientam a interpretação de seus dispositivos. O inciso I define o que se entende por terras indígenas, incluindo tanto aquelas tradicionalmente ocupadas, conforme o art. 231 da Constituição Federal, quanto as áreas reservadas da União nos termos do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973). O inciso II caracteriza a comunidade indígena afetada como aquela que ocupa terra indígena onde haja, ou se pretenda haver, atividades previstas na lei resultante da aprovação do PL. O inciso III, a seu turno, trata das comunidades indígenas isoladas, compreendendo os povos que não mantêm contatos habituais com a população majoritária. Já o inciso IV conceitua atividades econômicas como aquelas com finalidade comercial ou de subsistência, além de serviços como etnoturismo, ecoturismo, cursos e vivências oferecidas pelos próprios

indígenas. O inciso V define a infraestrutura associada como as obras e instalações indispensáveis à viabilização das atividades econômicas, como estradas, sistemas elétricos e dutovias. O inciso VI detalha o levantamento geológico, que compreende atividades como mapeamento geológico e coleta de amostras de rocha, de solos, de sedimentos ou de água. Por fim, o inciso VII dispõe sobre o conceito de mapeamento técnico indigenista, a ser realizado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para identificar comunidades isoladas ou afetadas que ocupem a terra indígena objeto da avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis. O parágrafo único do art. 1º exclui da aplicação da lei em que o PL vier a se transformar as terras de domínio indígena.

O art. 3º do PL prevê expressamente a liberdade plena dos povos e comunidades indígenas para decidir sobre as atividades econômicas — sejam elas tradicionais ou não — que desejam realizar em suas terras. O parágrafo único detalha o alcance dessa liberdade, dividindo-o em três incisos. O inciso I reforça que os indígenas não estão sujeitos a qualquer forma de tutela ou autoridade externa, cabendo exclusivamente aos indígenas, suas lideranças e entidades representativas a decisão sobre as atividades econômicas a serem desenvolvidas, conforme seus usos, costumes, tradições e formas próprias de organização. Ressalva-se, contudo, a atuação do poder público nas atividades de fiscalização e controle de legalidade. O inciso II, por sua vez, assegura o direito de desenvolverem atividades econômicas não tradicionais, sob as mesmas regras aplicáveis aos não indígenas, garantindo-se, contudo, a aplicação da lei em que o PL vier a se transformar e de normas especiais que lhes forem mais benéficas. Já o inciso III protege as atividades econômicas tradicionais, como caça, pesca, extrativismo, manejo ambiental, agricultura, criação animal, construção, artesanato, produção de utensílios, vestimentas, adereços, alimentos e remédios.

CAPÍTULO II: DAS PARCERIAS

O art. 4º do PL autoriza os povos e comunidades indígenas a firmarem contratos de parceria com pessoas jurídicas públicas ou privadas para o desenvolvimento de atividades econômicas em suas terras. O § 1º detalha que as pessoas jurídicas parceiras podem contribuir com recursos financeiros, logísticos ou materiais, além de fornecer insumos, capacitação, assistência técnica ou serviços acessórios, como agenciamento, intermediação, planejamento e publicidade, voltados ao apoio das atividades econômicas conduzidas pelos próprios indígenas. O § 2º condiciona o ingresso de parceiros

ou consumidores não indígenas nas terras à regulamentação específica da futura lei. Já o § 3º estabelece a obrigatoriedade de registro dos contratos de parceria junto ao órgão indigenista federal.

CAPÍTULO III: DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRÉVIOS

O art. 5º do PL estabelece que a avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis será conduzida pelo Poder Executivo federal, com o objetivo de verificar o potencial das atividades econômicas previstas e seus possíveis impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos. O parágrafo único determina que essa avaliação deve causar o mínimo impacto nas comunidades indígenas afetadas, adotando precauções para evitar, mitigar ou compensar danos ambientais, sanitários e culturais.

O art. 6º do PL dispõe que o órgão responsável pela avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis poderá solicitar ao órgão indigenista federal a interlocução com as comunidades indígenas afetadas, sendo o consentimento dessas comunidades condição indispensável para a realização do estudo. O § 1º define que essa interlocução tem por objetivos explicar a finalidade da avaliação e consultar os indígenas sobre o ingresso em suas terras. O § 2º assegura que o processo respeitará as formas próprias de representação das comunidades, seus usos, costumes e tradições, conforme prazos e condições previstos em regulamento. Já o § 3º permite que, na ausência de consentimento ou diante de interlocução frustrada, a avaliação seja elaborada com base em dados legalmente disponíveis.

O PL apresenta uma duplicação na numeração do art. 6º. Para fins de referência e coerência interpretativa, considera-se que todos os dispositivos subsequentes devem ser lidos com a numeração corrigida, ou seja, acrescentando-se uma unidade ao número indicado no texto da proposição.

O art. 6º do PL (numeração duplicada) especifica os elementos a serem considerados na avaliação técnica prévia de recursos aproveitáveis, de acordo com o tipo de atividade econômica. O inciso I trata da atividade minerária, exigindo levantamento geológico com integração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos disponíveis. O inciso II refere-se à exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, prevendo a integração desses mesmos dados com a identificação do potencial das bacias sedimentares. O inciso III estabelece que, para o aproveitamento de energia hidráulica, deve ser considerado o inventário hidroelétrico das bacias

hidrográficas. Por fim, o inciso IV determina que, para outras atividades, devem ser utilizadas informações disponíveis em fontes públicas de instituições de ensino superior ou de órgãos da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

O art. 7º do PL determina que apenas a Administração Pública pode realizar o mapeamento técnico indigenista e a avaliação técnica prévia dos impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos, ainda que possa utilizar informações de outras fontes. O art. 8º estabelece que, com base nos estudos prévios, o Poder Executivo federal definirá as áreas aptas ao desenvolvimento das atividades econômicas. O § 1º prevê que, havendo parceria, os custos dos estudos e da interlocução com as comunidades deverão ser ressarcidos pelo parceiro não indígena ou pelo titular da outorga. Já o § 2º define que, na ausência de parceria, esses custos serão arcados pelos próprios órgãos e entidades responsáveis pela realização dos estudos.

CAPÍTULO IV: DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À PESQUISA E À LAVRA DE RECURSOS MINERAIS E AO APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Seção I trata dos aspectos gerais das atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas. O art. 9º prevê que essas atividades serão regidas pela lei em que o PL vier a se transformar e, de forma subsidiária, pelo Código de Mineração e pela legislação ambiental. O art. 10 estabelece condições específicas para a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de recursos hídricos, como: (I) a necessidade de estudos técnicos prévios; (II) consulta prévia, livre e informada às comunidades afetadas; (III) autorização do Congresso Nacional, se houver aprovação da comunidade indígena; (IV) exigência de lei complementar indicando relevante interesse público da União, em caso de rejeição do empreendimento pela comunidade indígena; (V) licenciamento ambiental; e (VI) medidas de mitigação, compensação e indenização pelos impactos gerados.

A Seção II, por sua vez, trata da consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas afetadas, como requisito para a autorização do Congresso Nacional nas atividades de pesquisa e lavra. O art. 11 estabelece que a União será responsável por conduzir esse processo, com base nas comunidades identificadas pelo mapeamento técnico indigenista, e que o procedimento deve explicar e divulgar os objetivos do empreendimento. O

parágrafo único determina que o Ministério Público Federal acompanhará todas as fases da consulta, sob pena de nulidade.

O art. 12 apresenta as diretrizes que devem orientar a consulta, tais como: (I) respeito à diversidade cultural, usos, costumes e tradições; (II) garantia do direito à informação; (III) linguagem compreensível; (IV) realização na terra indígena ou em local acordado com a comunidade; (V) transparência; (VI) canais facilitadores de diálogo; (VII) observância de protocolos de consulta próprios das comunidades; (VIII) vedação de coerção, coação, cooptação, aliciamento ou estímulo de tensões; e (IX) busca de soluções consensuais que atendam às demandas apresentadas pelas comunidades. O parágrafo único reforça que a consulta é condição indispensável para a continuidade do processo e que ele será suspenso caso haja qualquer intrusão nas terras indígenas.

O art. 13 esclarece que a consulta prevista na lei em que o PL vier a se transformar não se confunde com outros procedimentos de oitiva eventualmente exigidos pela legislação.

O art. 14 determina que o resultado da consulta será formalizado em relatório específico e amplamente divulgado. O § 1º prevê que, em caso de rejeição pelas comunidades indígenas, todas as etapas da pesquisa e lavra serão interrompidas. Já o § 2º estabelece que, se não houver alternativa viável para atender a relevante interesse público da União, o Poder Executivo poderá solicitar autorização do Congresso Nacional para dar continuidade às atividades, assegurando às comunidades afetadas o direito de acesso às vias administrativas e judiciais para defesa de seus interesses.

A Seção III trata da autorização do Congresso Nacional para a realização de atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. O art. 15 estabelece que compete ao Presidente da República encaminhar o pedido de autorização ao Congresso. O parágrafo único determina que o Conselho de Defesa Nacional deverá ser previamente ouvido, caso a terra indígena esteja situada em área indispensável à segurança do território nacional ou em faixa de fronteira, conforme o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição.

O art. 16 dispõe sobre os documentos que devem instruir o pedido de autorização, incluindo: (I) informações técnicas sobre a terra indígena; (II) definição dos limites da área de interesse; (III) descrição das atividades a serem realizadas; (IV) estudos técnicos prévios; (V) licenciamento ambiental; (VI)

relatório com o resultado da consulta prévia; (VII) justificativa de inviabilidade de alternativa que atenda ao relevante interesse público da União, nos termos do art. 14, § 2º; (VIII) proposta de participação das comunidades indígenas, previsão de indenizações e medidas de mitigação; e (IX) manifestação do Conselho de Defesa Nacional, se aplicável.

O art. 17 estabelece que a autorização do Congresso Nacional será formalizada por decreto legislativo, nos termos do art. 49, inciso XVI, da Constituição Federal. O § 1º esclarece que essa autorização permite ao Poder Executivo dar continuidade ao planejamento ou empreendimento, mas não substitui: (I) as exigências da legislação ambiental; nem (II) os atos administrativos relacionados à seleção de interessados e à autorização ou concessão para as atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e de aproveitamento de recursos hídricos. O § 2º acrescenta que a autorização legislativa inclui também a infraestrutura associada necessária à atividade.

Por fim, o art. 18 dispõe que não se exige autorização do Congresso Nacional para a realização dos estudos técnicos prévios e da consulta livre, prévia e informada.

CAPÍTULO V: DA PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS AFETADAS NO RESULTADO DAS ATIVIDADES, DAS INDENIZAÇÕES E DAS COMPENSAÇÕES

A Seção I trata da participação das comunidades indígenas nos resultados das atividades econômicas e do pagamento de indenizações e compensações. O art. 19 estabelece que a participação dos indígenas nos resultados, a remuneração pelo trabalho, as indenizações e as compensações previstas na lei em que o PL vier a se transformar têm prioridade sobre a remuneração de parceiros ou concessionários não indígenas.

O art. 20 define os percentuais de participação nos resultados de empreendimentos de lavra mineral e aproveitamento hidrelétrico, a serem pagos às comunidades indígenas afetadas a partir do início da operação comercial: (I) 0,7% do valor da energia elétrica produzida, no caso de aproveitamento de potenciais hidráulicos, conforme a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; (II) entre 0,5% e 1% da produção de petróleo ou gás natural, conforme critério da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e nos termos da Lei nº 9.478, de 28 de fevereiro de 1997; e

(III) 50% do valor da compensação financeira pela exploração de outros recursos minerais, conforme o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. O § 1º prevê que os pagamentos ocorrerão trimestralmente ou conforme regulamento, desde que não exceda um semestre. Os §§ 2º e 3º tratam da distribuição proporcional dos valores entre as comunidades afetadas, com base na área e no grau de impacto. O § 4º esclarece que o pagamento previsto no *caput* não será dedutível das parcelas devidas a título de compensação financeira aos entes federativos.

O art. 21 dispõe que os pagamentos serão feitos por transferência bancária, em conta indicada pela representação legítima das comunidades indígenas afetadas. Já o art. 22 estabelece que os cálculos e valores de referência para esses pagamentos serão baseados em dados fornecidos pelas agências reguladoras setoriais responsáveis.

Por sua vez, a Seção II trata das indenizações devidas às comunidades indígenas afetadas pela restrição do usufruto de suas terras e pelos impactos decorrentes das atividades econômicas. O art. 23 estabelece que essas indenizações serão pagas exclusivamente às comunidades diretamente ou indiretamente afetadas, conforme regulamento. O § 1º esclarece que a realização dos estudos técnicos prévios, por si só, não gera direito à indenização. O § 2º determina que o pagamento será devido a partir do início de obras e serviços preparatórios que causem qualquer impacto nas terras ou nas comunidades, incluindo a instalação de sistemas de infraestrutura como transmissão, transporte e armazenamento. Já o § 3º dispõe que, após o início da exploração econômica, serão devidas apenas a participação nos resultados e compensações por impactos, sem prejuízo de parcelas indenizatórias futuras ou contínuas, além de indenizações por danos supervenientes não previstos.

O art. 24 define que o cálculo das indenizações levará em conta o grau de restrição ao usufruto da terra e os impactos causados, descontando os valores referentes às medidas de mitigação e compensação. Por fim, o art. 25 determina que o pagamento das indenizações observará critérios de proporcionalidade, considerando a extensão da restrição e dos impactos suportados por cada comunidade indígena afetada.

A Seção III, a seu turno, trata das ações de mitigação e compensação por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos decorrentes das atividades econômicas em terras indígenas. O art. 26 estabelece que esses impactos serão avaliados de forma contínua pela União. O § 1º determina que, identificado risco ou dano grave aos povos indígenas ou

às suas terras, a União deverá advertir os envolvidos e poderá suspender administrativamente as atividades, inclusive por razões de segurança nacional. O § 2º condiciona essa suspensão à devida motivação, exige a consideração de medidas menos gravosas e garante o contraditório, a ampla defesa e o acesso à Justiça.

O art. 27 prevê que os planos de prevenção, mitigação e compensação serão elaborados com base nos estudos técnicos prévios e nas avaliações contínuas, devendo ser revisados a cada cinco anos, no máximo. O parágrafo único permite que as ações compensatórias incluam, além de pagamentos, iniciativas voltadas à valorização cultural, promoção de direitos e recuperação ambiental, a serem definidas em comum acordo com as comunidades indígenas, com apoio do Poder Executivo federal e do Ministério Público Federal.

A Seção IV trata da administração dos recursos financeiros recebidos pelos povos e comunidades indígenas, a título de participação nos resultados, indenizações e compensações. O art. 28 estabelece que os próprios indígenas são responsáveis pela gestão desses recursos, observando diretrizes como: (I) repartição justa; (II) autonomia da comunidade; (III) respeito às formas tradicionais de organização e representação; e (IV) transparência perante a própria comunidade, os órgãos indigenistas e as instituições públicas de controle, como o Ministério Público Federal, o Judiciário e o Tribunal de Contas da União, considerando o dever da União de proteger as terras e os povos indígenas. O parágrafo único assegura aos indígenas legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente seus interesses relativos às atividades econômicas previstas na lei em que o PL vier a se transformar.

O art. 29 prevê que os recursos serão depositados na conta da renda do patrimônio indígena, nos seguintes casos: (I) se houver manifestação expressa da comunidade nesse sentido; (II) se não houver constituição de representação legal no prazo de um ano após o início das atividades; ou (III) se a comunidade se recusar a receber os valores. O parágrafo único determina que eventuais controvérsias sobre a divisão ou repasse dos recursos entre as comunidades afetadas deverão ser encaminhadas ao órgão indigenista federal.

CAPÍTULO VI: DA PESQUISA E DA LAVRA DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS

Os arts. 30 a 34 tratam do processo de licitação e das exigências vinculadas à autorização para atividades de pesquisa e lavra minerais em terras indígenas. O art. 30 estabelece que as áreas previamente autorizadas pelo Congresso Nacional para essas atividades serão objeto de licitação conduzida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

O art. 31 determina que o edital da licitação deve conter o memorial descritivo da área disponível à mineração e incluir as condições técnicas, econômicas, sociais, ambientais e relativas aos direitos e interesses da comunidade indígena afetada.

O art. 32 exige que o edital preveja, no mínimo: (I) a participação das comunidades indígenas nos resultados da atividade; (II) o pagamento de indenizações por restrição de usufruto e por impactos sanitários, sociais, culturais, econômicos e ecológicos; e (III) a execução de ações de compensação e mitigação de danos.

O art. 33 condiciona a autorização de pesquisa e a concessão de lavra à apresentação de contrato firmado entre a empresa mineradora e as comunidades indígenas afetadas.

Por fim, o art. 34 estabelece que, ao conceder a autorização e a concessão, o Poder Executivo fixará a periodicidade mínima de fiscalização das atividades pelos órgãos competentes das áreas ambiental, mineral e indigenista.

CAPÍTULO VII: DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Os arts. 35 a 39 reúnem as disposições gerais, complementares e finais do Projeto de Lei. O art. 35 estabelece que, ressalvado o disposto no art. 3º, o atendimento às condições específicas previstas na lei que o PL vier a se transformar não dispensa a observância de outras normas, especialmente as de proteção ambiental, nem a obtenção das autorizações, permissões, concessões e licenças legalmente exigidas.

O art. 36 dispõe que a legislação específica sobre pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos, bem como sobre o aproveitamento de recursos

hídricos para geração de energia elétrica, aplica-se de forma subsidiária ao disposto na futura lei.

O art. 37 atribui às agências reguladoras setoriais a responsabilidade pela fiscalização dessas atividades em terras indígenas, com o apoio da União.

O art. 38 revoga dois dispositivos legais que atualmente restringem a exploração mineral em terras indígenas: (I) o art. 44 da Lei nº 6.001, de 1973 (Estatuto do Índio), que prevê a exclusividade dos povos indígenas na garimpagem, faiscagem e cata de riquezas do solo em suas terras; e (II) a alínea “a” do art. 23 da Lei nº 7.805, de 1989, que veda a aplicação da permissão de lavra garimpeira em terras indígenas.

Por fim, o art. 39 estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do PL, argumenta-se que os povos indígenas estão em um limbo jurídico que propicia toda forma de ilegalidades, praticadas por invasores e por pretensos defensores, que acabam por ferir aqueles a quem dizem proteger. De acordo com a justificação, a ausência de regulamentação tem favorecido, ao longo das décadas, o avanço da ilegalidade e da miséria nas terras indígenas, resultando em conflitos internos e externos. Argumenta-se, ainda, que essa situação pode ser superada mediante regulamentação de atividades econômicas capazes de gerar renda e contribuir para a valorização dos indígenas e de sua cultura, sem descuidar da prevenção, da mitigação e da compensação de danos que qualquer atividade pode, presumivelmente, causar sobre as comunidades e o ambiente em que vivem.

A matéria foi distribuída para análise da CDH e das Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Meio Ambiente e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta CDH opinar sobre a garantia e promoção dos direitos

humanos, inclusive direitos das minorias sociais ou étnicas, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

No que se refere ao mérito, a proposta deve ser acolhida. A regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas é essencial para assegurar segurança jurídica, promover a autonomia e garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas.

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas naturais — solo, rios e lagos — existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas, além da participação nos resultados da lavra decorrente da pesquisa e exploração de recursos minerais em tais áreas.

Contudo, a realidade social de grande parte das comunidades indígenas não condiz com a prosperidade que as terras tradicionalmente ocupadas poderiam proporcionar. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as populações indígenas têm quase três vezes mais chances de viver em extrema pobreza em comparação às não indígenas. Já dados do Banco Mundial revelam que, embora representem cerca de 6% da população mundial, os povos indígenas correspondem a aproximadamente 19% das pessoas em situação de extrema pobreza.

Esses dados, infelizmente, não surpreendem. Embora não tenha sido essa a intenção da Constituição Federal ao reconhecer os direitos dos povos originários, a forma como ela vem sendo interpretada e aplicada, na prática, tem impedido que essas comunidades usufruam e se beneficiem do desenvolvimento econômico. Muitos que enxergam as terras indígenas como “santuários intocáveis” — quase sob uma ótica utópica — e que se empenham em bloquear qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social, sob a justificativa de preservação ambiental, ignoram a realidade precária em que vive grande parte dos povos indígenas.

Como bem destacado no Relatório Final da CPI das ONGs, trata-se de “miseráveis vivendo em cima da riqueza”. Segundo o documento, essa realidade é resultado de *uma complexa rede de interesses, especialmente estrangeiros – mas também nacionais –, concretizados pela atuação de ONGs, auxiliadas por membros do Ministério Público, que impõem obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento nacional e à vida das populações indígenas e outras comunidades da região amazônica.*

Um fato que merece destaque e simboliza a dura realidade enfrentada pelos povos originários em nosso país foi a apresentação feita por representantes do Ministério dos Povos Indígenas durante reunião conjunta da CDH e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizada em 26 de março de 2025. Entre as ações emergenciais relatadas, destacou-se a iniciativa intitulada “Garantia de Direitos”, que consistiu na distribuição de 56.665 cestas básicas ao povo Yanomami entre 2024 e 2025.

Trata-se de uma resposta louvável e necessária diante da emergência humanitária vivida por essas populações. No entanto, é também um retrato triste e preocupante: comunidades que poderiam estar colhendo os frutos do uso sustentável e harmonioso de suas próprias terras seguem privadas de condições mínimas de subsistência.

Essa não é a realidade que a nossa Constituição Federal idealizou para as comunidades indígenas. Reforçamos: é inaceitável que os povos indígenas continuem sendo sistematicamente excluídos dos processos de desenvolvimento do país — sobretudo quando se encontram em territórios com grande potencial produtivo.

Diante desse cenário, a proposta em discussão se apresenta como um importante marco regulatório na efetivação dos direitos sociais e econômicos dos povos indígenas. Trata-se de uma iniciativa que busca alinhar o ordenamento jurídico nacional às diretrizes da Convenção nº 169 da OIT, a qual reconhece que esses povos devem ter o direito de controlar seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Com base nesse princípio, o PL estabelece que qualquer atividade econômica em terras indígenas somente poderá ser realizada mediante consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas. Essa exigência não é apenas formal — ela confere protagonismo às comunidades indígenas, garantindo-lhes a autonomia para decidir sobre o uso de seus territórios e o modelo de desenvolvimento que consideram adequado às suas tradições e necessidades.

Além disso, caso a comunidade se manifeste contrária à realização da atividade econômica, todos os procedimentos relacionados à implementação da iniciativa deverão ser imediatamente interrompidos. A futura lei também deverá assegurar mecanismos rigorosos de controle e fiscalização, com a participação da Funai, do Ministério Público, agências reguladoras setoriais e

do Congresso Nacional — este último, nos termos da Constituição, é o responsável por autorizar a pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, em terras indígenas.

A proposta garante às comunidades indígenas plena autonomia na gestão dos recursos financeiros oriundos da participação nos resultados, das indenizações e das compensações decorrentes de eventuais atividades econômicas realizadas em seus territórios. Essa gestão deverá respeitar as formas próprias de representação e os modos tradicionais de organização desses povos, reforçando o compromisso com a autodeterminação das comunidades indígenas.

Ao regulamentar com responsabilidade um tema tão sensível, a proposição não fragiliza os direitos das populações indígenas — ao contrário, os consolida em bases jurídicas claras, seguras e participativas. Trata-se de um passo importante para assegurar que os povos indígenas possam, com autonomia e respaldo legal, decidir sobre seu próprio futuro.

Por fim, apresentamos duas emendas de redação. A primeira busca corrigir a numeração dos dispositivos, já que há dois artigos identificados como art. 6º. A segunda visa ajustar a redação de “biocombustíveis” no inciso II do art. 20, para que conste corretamente o nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Renuncie-se o segundo art. 6º do Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, como art. 7º, corrigindo-se a numeração dos artigos subsequentes e as remissões internas correspondentes.

EMENDA Nº – CDH (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso II do art. 20 do Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 20**

.....

II – na hipótese de lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nos termos do disposto no art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

.....”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

6

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 25, de 2020, do Programa e-Cidadania, que propõe a *regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha*.

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 25, de 2020. A proposição, originária da Ideia Legislativa nº 142.393, do Programa e Portal *e-Cidadania*, foi apresentada com o título *Regulamentação do uso adulto e do autocultivo de maconha no Brasil*.

O autor da SUG nº 25, de 2020, Sr. Diego Brandon, propõe a alteração da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, de forma a regulamentar o uso adulto e o autocultivo da maconha, permitindo-se a posse de até 20 plantas por pessoa. Em seu testemunho apresentado a este Senado Federal, o Sr. Brandon afirma que, à luz daquela lei, usuários já não podem ser considerados traficantes, de forma que se faz necessária regulamentação que viabilize o acesso direto à cânabis sem a dependência da oferta pelo tráfico. Assim, alega que *vários usuários se tornariam cultivadores para, assim, não depender do crime organizado para poder ter acesso à planta. Isso afastaria o risco de serem considerados criminosos e punidos por delitos associados ao tráfico*.



II – ANÁLISE

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o programa *e-Cidadania*, combinado com o art. 102-E, inciso I de seu *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a ideia legislativa que, por meio do portal e-Cidadania, obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões.

Dessa forma, deve a CDH apreciar a admissibilidade da SUG nº 25, de 2020, a fim de avaliar sua eventual transformação em proposição legislativa de sua mesma autoria, na forma do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Risf. A ideia em análise atende aos requisitos contidos na Resolução nº 19, de 2015, haja vista ter recebido, no período de 25 de agosto a 29 de setembro de 2020, apoio superior a vinte mil manifestações individuais.

Felicitamos o autor da Sugestão pelo exercício de sua liberdade de expressão e por motivar o Senado Federal a discutir a questão. Contudo, no mérito e em seu alcance, a SUG nº 25, de 2020, nos parece inteiramente temerária.

Em seu testemunho, o autor da Sugestão acertadamente lembra que, em seu art. 196, a Constituição Federal define ser a saúde um direito de todos e um dever do Estado. E é justamente por ser um dever do Estado prezar pela saúde de todos que entendemos ser indevido o acolhimento da Sugestão ora em análise nesta CDH.

A fim de sustentarmos nossa posição, apresentaremos três pontos essenciais que permitem entender o porquê de ser totalmente contraindicada a liberação do uso individual e o autocultivo da maconha.

Cabe, inicialmente, observar os **enormes riscos do consumo da maconha para o ser humano, em particular para os jovens**. Como apontam os psiquiatras Alexander Moreira-Almeida e Antônio Geraldo da Silva em artigo no jornal O Globo de 18 de dezembro de 2022:



Segundo dezenas de estudos de alta qualidade, os usuários de maconha têm maior chance de desenvolver tentativas de suicídio (duas a seis vezes mais), depressão (37% a mais), psicose (duas a quatro vezes mais chances de esquizofrenia), pior qualidade de vida, dependência da maconha (16 vezes) e de outras drogas (sete vezes), mortalidade geral (100% de aumento), por overdose (três vezes mais) e por homicídio (três vezes). O uso também gera problemas cognitivos — atenção, motivação, memória, controle de impulsos e menor inteligência — e alterações nas estruturas cerebrais, que tornam três vezes menos provável a conclusão do ensino médio ou da faculdade, com mais chance de dependência de apoio financeiro dos pais ou do governo.¹

E veja-se que o aumento da ideação suicida acometeu mesmo naqueles que não se encontravam em depressão.² Ou seja, o uso da maconha aumenta o risco de morte autoinfligida.

Em outras palavras, a liberação do uso da maconha terá o efeito de abrir uma enorme caixa de Pandora que aumentará inúmeras mazelas que já acometem o País.

Se o Sistema Único de Saúde (SUS) já trabalha no limite, imagine-se com a maconha sendo de acesso liberado. Conforme aponta o psiquiatra Valentim Gentil Filho, em entrevista ao programa Roda Viva, se o Brasil oficializar a maconha, teremos uma fábrica de esquizofrênicos.³ Trata-se, esta, de opinião equivalente à de Antônio Geraldo da Silva, que, em entrevista à Folha de S. Paulo, afirmou que *a descriminalização da maconha vai aumentar e muito o número de pessoas com transtornos mentais*.⁴

¹ <https://oglobo.globo.com/opiniaao/artigos/coluna/2022/12/debate-sobre-maconha-ignora-pesquisas-cientificas.ghtml>

² <https://nida.nih.gov/news-events/news-releases/2021/06/cannabis-use-may-be-associated-with-suicidality-in-young-adults>

³ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/11/05/legalizar-maconha-e-abrir-fabrica-de-esquizofrenicos-diz-psiquiatra.htm>

⁴ <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1668020-libera-tudo-e-vamos-ver-como-fica-diz-psiquiatra-contraliberacao-de-drogas.shtml>



Mas não nos limitemos à opinião de especialistas brasileiros. Voltemos nossa atenção para estudo de 2023 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, habitualmente conhecido pela sigla UNODC, sediado em Viena, na Áustria. Em seu Relatório Mundial sobre Drogas 2023, é expressamente informado que *o cérebro adolescente ainda está em desenvolvimento e o uso de drogas pode ter efeitos negativos no longo prazo*.

Ademais, alerta que *a iniciação prematura no uso de drogas pode levar ao desenvolvimento mais rápido da dependência, comparativamente ao quadro em adultos, bem como a outros problemas na idade adulta*.⁵ E tais fatos são ainda mais assustadores quando o mesmo relatório informa que *o uso de substâncias psicoativas é geralmente maior entre estudantes em idade escolar que entre a população em geral*. Ainda diz o relatório que, *na América do Sul, mais da metade daqueles em tratamento contra drogas tem menos de 25 anos de idade*.

Ademais, o que se pode falar da **experiência dos Países que ousaram legalizar a posse da maconha**? Ora, na avaliação da edição 2022 do mesmo relatório da UNODC, a

legalização da cannabis na América do Norte parece ter provocado aumento no uso diário da substância, sobretudo de produtos mais potentes e particularmente entre os jovens adultos. Também foram relatados aumentos relacionados a pessoas com distúrbios psiquiátricos, suicídios e hospitalizações.⁶

Cabe, aqui, perguntar: é esta realidade que queremos importar para nosso País? Queremos liberar o uso da maconha, em nome da liberdade individual, e disseminar seu uso em jovens, inclusive de outras drogas, e aumentar os casos de problemas psiquiátricos?

Tomemos o exemplo em particular do Oregon, estado pertencente aos Estados Unidos da América que, em 2020, descriminalizou a posse de pequena quantidade de qualquer droga. Reportagem da revista *The Atlantic*⁷, de julho de 2023, relata que os problemas relacionados a drogas não

⁵ https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_SP.pdf

⁶ <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2022/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2022-do-unodc-destaca-as-tendencias-da-pos-legalizacao-da-cannabis-os-impactos-ambientais-das-drogas-ilicitas-e-o-uso-de-drogas-por-mulheres-e-jovens.html>

⁷ <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2023/07/oregon-drug-decriminalization-results-overdoses/674733/>



melhoraram, com aumento das mortes por overdoses, incluindo de crianças de menos de 4 anos de idade! Repito: a liberação das drogas permitiu a overdose de crianças com menos de 4 anos de idade nos Estados Unidos da América, um país riquíssimo. Pesquisa local informa que mais de 60% dos respondentes culpam a descriminalização do porte de drogas pelo aumento do quadro de viciados, pela maior quantidade de pessoas sem teto e, vejam, pelo aumento do crime.

Mas analisemos também a experiência de outros países. A respeito de Portugal, reportagem do prestigiado *The Washington Post*, de 7 de julho de 2023, relata que aquele país descriminalizou todo o uso de drogas, mas, agora, a polícia local atribui um aumento no crime ao aumento no número de pessoas que usam drogas.⁸

E o que falar do Uruguai, um país vizinho ao nosso? Aquele país legalizou a venda de pequenas quantidades de maconha a residentes. Poderia se alegar, portanto, que a legalização da venda acabaria com crimes relacionados ao tráfico da cânabis. Contudo, como os consumidores de maconha agora podem comprar legalmente o produto, as gangues de venda de drogas passaram a ter menos produtos para oferecer. E tal quadro aumentou a disputa entre as gangues e, por consequência, a violência. E quem diz isso é a Folha de S. Paulo, um jornal sabidamente progressista. Segundo nos informa aquele periódico,

A regulamentação da venda da maconha, em julho de 2017, reduziu o mercado negro da droga em 25%, segundo dados oficiais, e diminuiu a violência ligada à comercialização [...] Mas há um lado negativo. A diminuição do número de compradores que antes recorriam a traficantes fez com que estes passassem a disputar com mais violência o espaço reduzido para atuação.⁹

Como diz o jornal, o governo anunciou que o número de homicídios no país cresceu 66% na primeira metade de 2018 com relação ao mesmo período de 2017. 66%!

E, pasme-se, mesmo no Reino dos Países Baixos, habitualmente conhecido como Holanda, há expansão do crime e do narcotráfico, por meio de um crescimento silencioso e nefasto que infecta a sociedade a partir da aceitação de drogas leves. Segundo Pieter Tops, cientista social, em entrevista

⁸ <https://www.washingtonpost.com/world/2023/07/07/portugal-drugs-decriminalization-heroin-crack/>

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sobe-66-o-numero-de-homicidios-no-uruguai-por-cao-do-narcotrafico.shtml>



à rede alemã DW¹⁰, *o crime organizado [...] vem ganhando aceitação em certos setores da sociedade – um fenômeno similar ao do México. Isso é, segundo ele, consequência da famosa tolerância holandesa a drogas leves, praticada desde o final da década de 1970. Como bem enfatiza a reportagem, a máfia da droga pode permear tudo, se se abrem os espaços para ela.*

Assim, tenho de perguntar: como podemos permitir que políticas fracassadas em países tão distintos como Portugal, Uruguai e Holanda sejam importadas para o Brasil, um país já completamente ferido pela criminalidade e pelo narcotráfico?

Ademais, o instituto de Kevin Sabet, fundado por ele que é professor assistente adjunto na Faculdade de Medicina da Universidade de Yale e conselheiro de políticas sobre drogas da administração Bill Clinton e de George W. Bush, fez importantes alertas sobre os estados do Colorado e Washington que figuraram entre os primeiros a liberar nos Estados Unidos. Vejamos:

- Taxas crescentes de uso de maconha por menores principalmente aqueles entre 12 e 17 anos, quando o uso da maconha tem o mesmo poder viciante da cocaína;
- Aumento das taxas de prisão de menores, especialmente crianças negras e hispânicas;
- Taxas mais altas de mortes no trânsito por dirigir enquanto sob efeito da maconha/
- Mais intoxicações e hospitalizações relacionadas à maconha;
- Segunda as polícias desses estados o mercado ilegal de produtos à base de maconha e não diminuição do tráfico, na verdade continua em expansão;
- São os estados americanos que lideram as pessoas que experimentam maconha pela primeira vez;

¹⁰ <https://www.dw.com/pt-br/os-efeitos-colaterais-da-liberal-pol%C3%ADtica-de-drogas-holandesa/a-51474620>



- O consumo de maconha e dos opioides têm relação direta com o aumento dos suicídios entre os adolescentes nesses estados;
- Impulsionou o mercado ilegal de carteis de drogas e de tráfico de pessoas;
- Aumento das chamadas de emergência em 200% e hospitalização em 70% de crianças entre 0 e 8 anos após a legalização no Colorado (bolos, Cookies, balas, chocolates, etc.);
- O consumo de maconha entre os jovens representou um aumento nas infrações escolares e entre jovens em liberdade condicional. Em três anos o uso drogas aumento de 28% em 39%;
- A receita tributária com o mercado da maconha não está sendo contribuído com o orçamento dos estados que liberaram. De acordo com ao Instituto SAM a receita com a droga, representa menos de 1% do orçamento do Estado do Colorado.

Cabe, por fim, observar que **o suposto autocultivo que a Sugestão popular intenciona legalizar será impossível de ser fiscalizado**. Qualquer cidadão maior de idade poderá se invocar o direito de plantar maconha, e o destino assegurado de muito do produto do suposto autocultivo será seguramente o tráfico ilegal. Não é rigorosamente nada factível imaginar que será possível exercer um controle sobre o plantio de maconha – tanto na quantidade permitida, quanto no uso exclusivamente pessoal. O certo é que legislar em favor do autocultivo teria o efeito prático equivalente a um “liberou geral”, com pessoas plantando quantidades a seu bel-prazer, distribuindo maconha livremente para menores de idade, e, sobretudo, desviando para o tráfico. Um verdadeiro pesadelo que este Senado Federal tem a responsabilidade de evitar.

Isto é, pedir para o Senado Federal legislar em favor da liberação da maconha equivale a pedir ao Parlamento que aumente enormemente o risco para a população brasileira, incluindo mais suicídio de jovens, que promova o aumento da criminalidade, bem como que ocasione a elevação do gasto necessário para manter o Sistema Único de Saúde operativo. Um absoluto disparate e contrassenso. Equivaleria a realizar um chamado para que o Parlamento agisse em detrimento do bem-estar e do progresso do Brasil.



Assim, como Senador representando os interesses do estado do Ceará, como parlamentar que tem o dever de interceder em favor dos interesses do povo brasileiro, como cristão, como esposo, e como pai de família, não posso concluir de maneira diversa à obrigação de rejeitar a SUG nº 25, de 2020, cujo acolhimento ampliaria inadvertidamente toda sorte de malefícios na sociedade brasileira.

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **rejeição**, e consequente arquivamento, da Sugestão nº 25, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 30/2020/SCOM

Brasília, 30 de setembro de 2020

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 142393.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO
FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 142393

Título

Regulamentação do uso adulto e do autocultivo de maconha no Brasil

Descrição

A ideia legislativa propõe a alteração da atual lei das drogas vigente no país (11.343/2006), regulamentando o uso adulto e o autocultivo da maconha. Estipulando uma quantidade permitida de até 20 plantas, ou mais, por pessoa, fechando assim a lacuna aberta na distinção entre usuários e traficantes. (sic)

Mais detalhes

A Ideia Legislativa em questão propõe reformas de justiça social, garantindo a proteção aos consumidores e cultivadores e medidas de equidade social na indústria legal da maconha. Além de também propor a garantia de prioridade aos que já sofreram alguma forma de repressão, ou foram presos pelo uso ou cultivo da planta, na participação da indústria legal da planta. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Diego Brandon

E-mail: diegobrandonlee@gmail.com

UF: PR

Data da publicação da ideia: 25/08/2020

Data de alcance dos apoios necessários: 17/09/2020

Total de apoios contabilizados até 29/09/2020: 20.454

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=142393>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

UF	APOIOS
AC	215
AL	122
AM	122
AP	26
BA	868
CE	419
DF	1.092
ES	383
GO	585
MA	101
MG	1.885
MS	171
MT	172
PA	188
PB	318
PE	820
PI	129
PR	1.116
RJ	2.394
RN	327
RO	80
RR	9
RS	1.141
SC	951
SE	212
SP	6.558
TO	50
TOTAL	20.454



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
1 AC	ADAILTON SANTOS ****91@GMAIL.COM
2 AC	AIRTON FELIX SILVA SOUZA ****X_@HOTMAIL.COM
3 AC	ALBERTO GIOVANNINI ****Ni@HOTMAIL.COM
4 AC	ALEF PARAISO ****90@GMAIL.COM
5 AC	ALEXANDRA SOUSA ****AN@GMAIL.COM
6 AC	ALEXANDRE CACCIATORI SOARES ****RE@MRMEDIA.COM.BR
7 AC	ALEXANDRE LEAL ****FO@GMAIL.COM
8 AC	ALEXANDRE ROMARIZ SEQUEIRA ****IZ@GMAIL.COM
9 AC	ALEX MENEZES ****95@GMAIL.COM
10 AC	ALICE FALCAO ****AO@HOTMAIL.COM
11 AC	ALINE BOTELHO ****FB@GMAIL.COM
12 AC	ANA BELFINO BELFINO ****Bi@HOTMAIL.COM
13 AC	ANA LUCIA OLIVEIRA ****Hi@HOTMAIL.COM
14 AC	ANARUEZ SOARES ****OR@GMAIL.COM
15 AC	ANDERSON DREWS ****WS@GMAIL.COM
16 AC	ANDREAS L. ROSS ****42@GMAIL.COM
17 AC	ANDRE BICALHO ****HO@GMAIL.COM
18 AC	ANDRE CALIXTO ****94@GMAIL.COM
19 AC	ANDREW POLIDORO ****SA@HOTMAIL.COM
20 AC	ANDY GIRAO ****AO@GMAIL.COM
21 AC	ANTONIO SCOFIELD ****NA@HOTMAIL.COM
22 AC	BEATRIZ DANTAS ****AS@OUTLOOK.COM
23 AC	BELLA CARDOSO ****IO@GMAIL.COM
24 AC	BELL CASTELAN ****AN@GMAIL.COM
25 AC	BENDELACK MARQUES ****13@HOTMAIL.COM
26 AC	BIA BARBETTA ****TA@GMAIL.COM
27 AC	BIEL FAGUNDES ****XX@GMAIL.COM
28 AC	BRUNO ALVES ****02@GMAIL.COM
29 AC	BRUNO ANDRADE ****ES@HOTMAIL.COM
30 AC	BRUNO TIAGO SILVA ****89@HOTMAIL.COM
31 AC	CADU VEIGA SOARES ****ES@HOTMAIL.COM
32 AC	CAIO FERNANDO ****IO@HOTMAIL.COM
33 AC	CAIO SOUZA ****03@GMAIL.COM
34 AC	CAIQUE BREND0 ****DO@HOTMAIL.COM
35 AC	CAMILA MENEZES ****S5@HOTMAIL.COM
36 AC	CAMILA TOZZI ****IM@HOTMAIL.COM
37 AC	CARLOS BARROS ****HO@HOTMAIL.COM
38 AC	CARLOS BARSE ****SE@GMAIL.COM
39 AC	CHRISTINE KATIA FERRAZ ****F_@HOTMAIL.COM
40 AC	CLARA MOREIRA ****SP@GMAIL.COM
41 AC	CLARA PHILLIPS ****TE@GMAIL.COM
42 AC	CLAUDINEI DOS SANTOS ****18@HOTMAIL.COM
43 AC	CLEBER BORGES DE AGUIAT ****F3@GMAIL.COM
44 AC	CLEBERSON SAMUEL ****K8@GMAIL.COM
45 AC	CODY LECTER ****T1@GMAIL.COM
46 AC	DANILO ALMEIDA NASCIMENTO ****41@YAHOO.COM.BR
47 AC	DANILO SANTANA SOARES ****15@GMAIL.COM
48 AC	DAVID DA SILVA ABREU ****EY@HOTMAIL.COM
49 AC	DEBORA SPESSATO ****RA@GMAIL.COM
50 AC	DENISE DARGELIO ****RE@GMAIL.COM
51 AC	DENIS VIVEROS ****IX@GMAIL.COM
52 AC	DIEGO FREIRE ****01@HOTMAIL.COM
53 AC	DION NOBREGA DE LIMA LEAL ****DV@GMAIL.COM
54 AC	D. RAGNAROK ****95@GMAIL.COM
55 AC	EDUARDO ANTONIO ALONSO ****84@TERRA.COM.BR
56 AC	EDUARDO TELES ****08@HOTMAIL.COM
57 AC	ERIKA MESQUITA ****28@GMAIL.COM
58 AC	EVERTON GUIMARAES AMARAL ****23@HOTMAIL.COM
59 AC	FABIO MARTINS ****IO@GMAIL.COM
60 AC	FELIPE MARTINS ****RT@HOTMAIL.COM
61 AC	FELIPE RIETH ****TH@GMAIL.COM
62 AC	FELIPE SCARSA ****SA@GMAIL.COM
63 AC	FELIPPE OLIVEIRA ****IA@GMAIL.COM
64 AC	FERNANDO MURILO ****US@HOTMAIL.COM
65 AC	FRAH JULIA PIETRO ****IA@GMAIL.COM
66 AC	FRACIENE GLORIA ****IA@HOTMAIL.COM
67 AC	FRED PONTES NOBRE ****RE@GMAIL.COM
68 AC	GABRIEL CACIOLARI ****Ri@HOTMAIL.COM
69 AC	GABRIEL GRANADO ****N2@GMAIL.COM
70 AC	GABRIELLA MACHADO ****DO@GMAIL.COM
71 AC	GABRIEL OLIVEIRA ****99@GMAIL.COM
72 AC	GEOFF PIRES ****ES@HOTMAIL.COM
73 AC	GILBERTO AVILA ****78@GMAIL.COM
74 AC	GILVANA KARLA ASSIS DE SOUZA OLIVEIRA ****09@HOTMAIL.COM
75 AC	GISELE BENOA ****Ni@GMAIL.COM
76 AC	GISELE BLANCO ****28@GMAIL.COM
77 AC	GIULLIA GUIDI ****03@GMAIL.COM
78 AC	GIULLIANO FEITOZA ****ZA@HOTMAIL.COM
79 AC	GLEICK SANTOS MAIA SOUZA ****72@GMAIL.COM
80 AC	GUILHERME CAETANO DA SILVA ****30@GMAIL.COM
81 AC	GUSTAVO PAIVA ****VA@HOTMAIL.COM
82 AC	HENRIQUE ABREU ****T7@GMAIL.COM
83 AC	HENRIQUE DELFINO ****33@GMAIL.COM
84 AC	IARA LOBO DE FIGUEIREDO ****11@GMAIL.COM
85 AC	ISAAC SAMUEL GOMES SANTOS ****66@GMAIL.COM
86 AC	ISABELA PAULINO TEIXEIRA LOPES ****ES@HOTMAIL.COM
87 AC	ISADORA CASTELO BRANCO DE SA ****RA@GMAIL.COM
88 AC	ISA SILVA ****IO@GMAIL.COM
89 AC	ISOLINA ALVES SANTANA ****25@DRDRB.NET
90 AC	IURY PEDRO B. BARBOSA ****RO@HOTMAIL.COM
91 AC	JANAINA RUBIO GONCALVES ****TE@HOTMAIL.COM
92 AC	JEAN CARLO ****74@GMAIL.COM
93 AC	JEFFERSON LOPES ****ON@HOTMAIL.COM
94 AC	JEFFERSON LUCAS ****AS@GMAIL.COM
95 AC	JOAO GABRIEL MONTEIRO ****US@GMAIL.COM
96 AC	JOAO PEDRO ****11@GMAIL.COM
97 AC	JOAO REIS ****91@HOTMAIL.COM
AC	JOAO VIICTOR ****13@GMAIL.COM
	JOAO VITOR ****Si@GMAIL.COM
	JOAQUIM SOARES DO NASCIMENTO NETO ****N2@GMAIL.COM
	JOSE DEMOSTENES ****JR@GMAIL.COM
	JULIANA BATISTA ****TO@GMAIL.COM
AC JULIANA TORRES ****ES@GMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
104	AC JULI ANNE DE BEM ****EM@GMAIL.COM
105	AC JULYANA CASSIA ****MS@GMAIL.COM
106	AC JU MARQUES ****ES@HOTMAIL.COM
107	AC JUNIOR MIRANDA ****82@DRDRB.NET
108	AC KAREN VALENTIM ****RV@GMAIL.COM
109	AC KENNEDY FELIPE ALVES DA SILVA ****ST@GMAIL.COM
110	AC KHALFANI DIAS ****AS@HOTMAIL.COM
111	AC KRISTOFER BERGSTROM ****ER@GMAIL.COM
112	AC LARA IGLESIO ****IO@YAHOO.COM.BR
113	AC LEANDRO DE CAMPOS RIBEIRO ****RO@GMAIL.COM
114	AC LEANDRO MACCARI ****CA@HOTMAIL.COM
115	AC LEIA MAIA ****RE@HOTMAIL.COM
116	AC LEONARDO AREAS DA SILVA ****MA@HOTMAIL.COM
117	AC LEONARDO MAROTTA GARDINO ****NO@GMAIL.COM
118	AC LILIK MAGAL ****ES@RIOEDUCA.NET
119	AC LUANA CATARINE ****NE@OUTLOOK.COM
120	AC LUAN HASLAM VIEIRA ****27@YAHOO.COM.BR
121	AC LUCAS LEAO ****O7@GMAIL.COM
122	AC LUCAS MIRANDA ****AN@HOTMAIL.COM
123	AC LUCAS WERNECK ****10@HOTMAIL.COM
124	AC LUIS CANELA ****AF@HOTMAIL.COM
125	AC LUIZ RICARDO ****92@HOTMAIL.COM
126	AC MARCELO MONTEIRO PINTO ****ET@GMAIL.COM
127	AC MARCIA MENDES MAMEDE ****E3@GMAIL.COM
128	AC MARCO FRANCESCO DE ANDRADE TRUBBIANELLI ****TE@GMAIL.COM
129	AC MARCOS GONCALVES ****EV@YAHOO.COM.BR
130	AC MARCOS VASCONCELOS ****95@HOTMAIL.COM
131	AC MARCUS GUERRA ****RA@GMAIL.COM
132	AC MARIA IZABEL XIBLE ****15@GMAIL.COM
133	AC MARLENE SILVEIRA MIRANDA ****DA@YAHOO.COM.BR
134	AC MATEUS DE MORAIS ALCANTARA ****RA@GMAIL.COM
135	AC MATEUS REIS ****SR@GMAIL.COM
136	AC MATHEUS ALEXANDRE ****UE@OUTLOOK.COM
137	AC MATHEUS CAMARGO ****00@HOTMAIL.COM
138	AC MATHEUS FONTINELE DE ARAUJO ****23@GMAIL.COM
139	AC MATHEUS LESSA ****92@GMAIL.COM
140	AC MATHEUS SEVERO DE OLIVEIRA ****SH@GMAIL.COM
141	AC MATHEUS SILVA ****55@GMAIL.COM
142	AC MICHELE RODRIGUEZ ****SS@GMAIL.COM
143	AC MICHELLE MAIA ****AS@HOTMAIL.COM
144	AC MIKE WOSNIK CRUZ ****HH@GMAIL.COM
145	AC MURILO FERRI DE OLIVEIRA ****RI@HOTMAIL.COM
146	AC MUTATTOO COLORS BOMB ****ZE@HOTMAIL.COM
147	AC NADIA BOMFIM ****IM@GMAIL.COM
148	AC NAIARA ANDRADE ****98@GMAIL.COM
149	AC NATHAN SOUZA ****75@GMAIL.COM
150	AC NELDI SANTOS ****OS@HOTMAIL.COM
151	AC NICOLAU OTERO ****RO@GMAIL.COM
152	AC ORDER FLOW BRASIL ****ER@GMAIL.COM
153	AC PATRICIA COELHO ****EO@GMAIL.COM
154	AC PAULO DA SILVA ****98@HOTMAIL.COM
155	AC PAULO HENRIQUE ABREU ****33@GMAIL.COM
156	AC PAULO MATOS ****23@OUTLOOK.COM
157	AC PAULO ROBERTO S ROMANELLI ****OM@HOTMAIL.COM
158	AC PAULO VICTOR ESPINDOLA ****CK@HOTMAIL.COM
159	AC PAULO YASHA WOLFENSON ****HA@GMAIL.COM
160	AC PEDRIIM BALDO ****UI@HOTMAIL.COM
161	AC PEDRO KALASHI ****26@GMAIL.COM
162	AC PEDRO PAZ COELHO ****00@HOTMAIL.COM
163	AC PRISCILA RODRIGUES ****DS@GMAIL.COM
164	AC RAIURI RAMOS ****RI@HOTMAIL.COM.BR
165	AC REBECA MEDEIROS DE OLIVEIRA ****RA@GMAIL.COM
166	AC REGINA HELENA MATTOS ****OS@GMAIL.COM
167	AC RENATA SOUSA MARIZ DE FARIA ****UL@HOTMAIL.COM
168	AC RENATO PEJON ****RE@GMAIL.COM
169	AC RICARDO CHIARATO ****TO@GMAIL.COM
170	AC RICARDO PERDONCINI ****02@GMAIL.COM
171	AC ROBERTO NEWTON CARNEIRO ****ON@TERRA.COM.BR
172	AC RODRIGO BELJAK ****AK@GMAIL.COM
173	AC RODRIGO M. ROCHA ****HA@HOTMAIL.COM
174	AC RODRIGO NICOLAO ****AO@GMAIL.COM
175	AC RODRIGO RKR ****IA@UOL.COM.BR
176	AC ROGER REGGIANI ****NI@GMAIL.COM
177	AC ROSIANE SILVA ****RS@GMAIL.COM
178	AC SAMEQUE P. SILVA ****SI@GMAIL.COM
179	AC SAMUEL MARCELO NOBREGA ****GA@HOTMAIL.COM
180	AC SANDRA LUCIA RODRIGUES GOMES ****RA@HOTMAIL.COM
181	AC SARAH GONCALVES ****CO@HOTMAIL.COM
182	AC SERGIO JESUS DE OLIVEIRA ****AE@UOL.COM.BR
183	AC SHAWENE GONCALVES ****EG@GMAIL.COM
184	AC SILVIO GONZALEZ DE MARCHI ****HI@GMAIL.COM
185	AC SINAY SANDER ****YS@GMAIL.COM
186	AC SUZANA LESSA ****SA@HOTMAIL.COM
187	AC TEREZINHA ALMEIDA ****48@GMAIL.COM
188	AC THALLES LOUI DAHER DE OLIVEIRA PONTES ****OP@GMAIL.COM
189	AC THARLLYS FLEMING ****11@HOTMAIL.COM
190	AC THIERRY HANUN CRUZ ****HC@GMAIL.COM
191	AC TIAGO FONTENELLE BRASILEIRO ****RO@HOTMAIL.COM
192	AC TIAGO SARMENTO DE AZEVEDO MARQUES ****23@GMAIL.COM
193	AC TONY PAIVA ****VA@HOTMAIL.COM
194	AC TROOL DRAGGNEL BAKA ****ER@GMAIL.COM
195	AC UFAC INGLES 2017 ****17@GMAIL.COM
196	AC VALERIA MARIA COUTINHO CAMPOS ****04@YAHOO.COM.BR
197	AC VANDEMBERG LIMA ****MA@GMAIL.COM
198	AC VICTOR BERNARDO 82 NICKZERA ****82@GMAIL.COM
199	AC VICTOR VAKIRTZIS CBJR ****IS@HOTMAIL.COM
200	AC VINICIUS BRANCO SOARES ****10@GMAIL.COM
	AC VINICIUS EZEQUIEL ****O1@GMAIL.COM
	AC VINICIUS SGAMBATTI ****SS@HOTMAIL.COM
	AC VINICIUS TRIVELATO ****11@GMAIL.COM
	AC VINY HUND ****60@YAHOO.COM.BR
	AC WANDER BERTAMINI ****IA@BOL.COM.BR
	AC WESLEY DE SOUZA GONDIM ****IM@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
207	AC WILLIAN VIEIRA ****94@GMAIL.COM
208	AC WILLIAN XAVIER LOPES ****LP@GMAIL.COM
209	AC XEU SUJISTENCIA ****CN@GMAIL.COM
210	AC XONEISANDO O MUNDO ****ER@GMAIL.COM
211	AC XRXBX XRX ****OM@GMAIL.COM
212	AC YASMIN BONDARENKO ****KO@HOTMAIL.COM
213	AC YOKO NITAHARA SOUZA ****TA@GMAIL.COM
214	AC ZANDRA COELHO DE MIRANDA ****HO@GMAIL.COM
215	AC ZORILDO LOURENCO ****RA@GMAIL.COM
216	AL ALEX SILVA ****NA@GMAIL.COM
217	AL ALIEN SANTOS ****35@GMAIL.COM
218	AL AMANDA X VINICIUS ****80@GMAIL.COM
219	AL ANDRESA ARAUJO FEITOSA DE LIMA ****03@GMAIL.COM
220	AL ANNY KATRINNY ****18@GMAIL.COM
221	AL ANTONIO ALVES ****15@GMAIL.COM
222	AL ARTHUR DE SOUZA FERNANDEZ TAVARES PIRES ****ES@HOTMAIL.COM
223	AL AUGUSTO ARRUDA ****DA@GMAIL.COM
224	AL BIA NICACIO ****O3@GMAIL.COM
225	AL BRUNO BOLINHO SANTOS ****HO@HOTMAIL.COM
226	AL BRUNO CRISTIANO ****11@HOTMAIL.COM
227	AL CAIO CESAR ****43@GMAIL.COM
228	AL CAIO MELO ****20@HOTMAIL.COM
229	AL CLEITON CESAR SANTOS ROCHA ****GR@HOTMAIL.COM
230	AL COPIAS COM ****20@GMAIL.COM
231	AL DAIANE ROS ****_D@HOTMAIL.COM
232	AL DANIEL FERNANDO ****CU@HOTMAIL.COM
233	AL DAPHNE ESPERON ****ON@HOTMAIL.COM
234	AL DARLAN SANTOS ****01@GMAIL.COM
235	AL DAVI ARAUJO ****VI@GMAIL.COM
236	AL DAVID OLIVEIRA ****NC@GMAIL.COM
237	AL DENNISON NEY PALMEIRA ****UL@HOTMAIL.COM
238	AL EDSON FREIRE ROCHA ****AF@GMAIL.COM
239	AL EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA ****82@GMAIL.COM
240	AL EDUARDO MALTA ****TA@HOTMAIL.COM
241	AL ELDER DUARTE SANTIAGO ****J4@GMAIL.COM
242	AL EMERSON OLIVEIRA ****VA@GMAIL.COM
243	AL ERICKA LEMOSS ****SS@GMAIL.COM
244	AL ERICKA REJ REJ ****IU@GMAIL.COM
245	AL ERMANS CARVALHO ****HO@GMAIL.COM
246	AL ESCOLA JOAO TEIXEIRA - LUANGO ****GO@GMAIL.COM
247	AL FABIO CALVET ****ET@GMAIL.COM
248	AL FABIO JOSE JOSE ****MG@GMAIL.COM
249	AL FELIPE OLIVEIRA ****A_@HOTMAIL.COM
250	AL FERNANDO ABREU JUNIOR ****TT@YAHOO.COM.BR
251	AL FLAVIO ALMEIDA ****UR@GMAIL.COM
252	AL FRANKLIN MENEZES ****SM@GMAIL.COM
253	AL GABRIEL ESTEVES ****CZ@HOTMAIL.COM
254	AL GABRIEL NASCIMENTO ****O1@GMAIL.COM
255	AL GIOVANNI DARLISSON ****02@HOTMAIL.COM
256	AL GIULIO MARQUES ****ES@GMAIL.COM
257	AL GLEYSON MATHEUS ****TH@GMAIL.COM
258	AL GUILHERME MAIA ****11@HOTMAIL.COM
259	AL GUSTAVO PEPEU ****14@GMAIL.COM
260	AL GUSTAVO PEPEU ****EU@GMAIL.COM
261	AL HEBERT SILVA ****KA@HOTMAIL.COM
262	AL HENRIQUE CAHET ****ET@OUTLOOK.COM
263	AL HENRIQUE FELIX SANTOS ****71@HOTMAIL.COM
264	AL HUGO MACENA ****17@HOTMAIL.COM
265	AL IASMIM MARTINELLE ****08@GMAIL.COM
266	AL ISIS FLORESCER FLORESCER ****ER@GMAIL.COM
267	AL JADNA EMILLY ****02@GMAIL.COM
268	AL JALES RONESSYO BARBOSA PEREIRA ****MO@HOTMAIL.COM
269	AL JANYEL LIMA ****09@OUTLOOK.COM
270	AL JEFERSON DOUGLAS ****ND@HOTMAIL.COM
271	AL JEFERSON LIMA ****11@GMAIL.COM
272	AL JHONATA KAUA ****NO@GMAIL.COM
273	AL JOAO MANOEL ****RO@GMAIL.COM
274	AL JOAO PAULO MIRANDA ****34@OUTLOOK.COM
275	AL JOAO VICTOR AMORIM ****IN@LIVE.COM
276	AL JOARA AWAGANA TORRES OLIVEIRA RAMOS ****ES@GMAIL.COM
277	AL JOHNATAN PAES ****ES@GMAIL.COM
278	AL JONAS HENRIQUE ****13@GMAIL.COM
279	AL JONATHAN LEANDRO ****87@GMAIL.COM
280	AL JORDY X KAROL ****TE@OUTLOOK.COM
281	AL JORGE RISCADO ****JR@GMAIL.COM
282	AL JOSENILTON DANTAS ****01@OUTLOOK.COM
283	AL JOSE RICARDO ROSENDO DA SILVA ****MO@GMAIL.COM
284	AL JOSI CORDEIRO ****90@GMAIL.COM
285	AL JULIANA BARBOSA ****61@GMAIL.COM
286	AL JULIANA TOBIAS FREITAS ****AS@HOTMAIL.COM
287	AL JUNIOR PEREIRA ****55@GMAIL.COM
288	AL JUNIOR PEREIRA ****OR@HOTMAIL.COM
289	AL KELYSON SOARES DOS SANTOS ****13@GMAIL.COM
290	AL KLEBERSON ROCHA ****76@GMAIL.COM
291	AL LAERCIO SILVA ****21@GMAIL.COM
292	AL LAERCIO SILVA ****IO@BONO-777.COM
293	AL LILIAN STEFANY PEREIRA MONTEIRO ****RO@GMAIL.COM
294	AL LKZZ LK ****RB@HOTMAIL.COM
295	AL LUCAS A. NASCIMENTO ****11@HOTMAIL.COM
296	AL LUCAS CHRISTIAN ****36@HOTMAIL.COM
297	AL LUCAS DOS SANTOS GONCALVES ****BZ@GMAIL.COM
298	AL LUCAS RIBEIRO ****RO@HOTMAIL.COM
299	AL LUCIANA JENNYFER ****38@GMAIL.COM
300	AL LUCIANO DE BARROS LIMA ****NO@HOTMAIL.COM
301	AL LUCK LUCIANO ****58@GMAIL.COM
302	AL MAFIA DO REGGAE AL ****AL@GMAIL.COM
303	AL MARCELO BIANCHI ****HI@GMAIL.COM
	AL MARCELO DE LIMA SANTOS ****YM@OUTLOOK.COM
	AL MARIA AUGUSTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA ****31@GMAIL.COM
	AL MATHEUS ANTHONY ****Y-@HOTMAIL.COM
	AL MATHEUS AZEVEDO ****DO@GMAIL.COM
	AL MILENA MEDEIROS ****OS@IP.UFAL.BR
	AL NAOE OEMERSON ****M2@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão		
310	AL	NETO CAVALCANTE ****87@GMAIL.COM
311	AL	NETO VIEIRA ARAUJO ****JO@GMAIL.COM
312	AL	ORLANDO ANGELO ****96@GMAIL.COM
313	AL	PAULO ROBERTO ****EK@HOTMAIL.COM
314	AL	PEDRO HENRIQUE TENORIO MASCARENHAS ****AS@GMAIL.COM
315	AL	PRISCILA RANIELE ****25@GMAIL.COM
316	AL	RAMON TAVEIROS ****OS@GMAIL.COM
317	AL	ROBERTHY SILVA ****HY@LIVE.COM
318	AL	ROBSON SANTOS ****ON@OUTLOOK.COM
319	AL	ROMILDO NETO ****92@GMAIL.COM
320	AL	SILVIO NOLASCO ****O3@GMAIL.COM
321	AL	S M L T ****56@GMAIL.COM
322	AL	STEPHANI KAUFMANN ****AN@HOTMAIL.COM
323	AL	TALLES LEITE ****L3@GMAIL.COM
324	AL	THAUAN ROCHA ****RA@GMAIL.COM
325	AL	THAWAN DE MORAIS SILVA ****50@GMAIL.COM
326	AL	TTK WESLEY ****EY@GMAIL.COM
327	AL	VALDEMIR DE LIMA ****IA@GMAIL.COM
328	AL	VICTOR A. C. MAGALHAES ****90@GMAIL.COM
329	AL	VICTOR MAGALHAES ****90@OUTLOOK.COM
330	AL	VICTOR OLIVEIRA ****ES@GMAIL.COM
331	AL	VICTOR SANTANA ****78@GMAIL.COM
332	AL	VICTOR SOTERO ****DB@GMAIL.COM
333	AL	WAGNER SANTOS ****45@GMAIL.COM
334	AL	WILLAMES VIEIRA ****EL@GMAIL.COM
335	AL	WILL TESTE ****70@GMAIL.COM
336	AL	YURI GOMES ****PO@GMAIL.COM
337	AL	YURY MANOEL ****EL@LIVE.COM
338	AM	ADAMOR GONCALVES DE OLIVEIRA MARQUES JUNIOR ****54@GMAIL.COM
339	AM	ADELLE PORTILHO ****HO@HOTMAIL.COM
340	AM	ALAN COSTA ****13@GMAIL.COM
341	AM	ALEXANDRE SCHWARZ ****RZ@BOL.COM.BR
342	AM	ALEX FERREIRA ****ON@HOTMAIL.COM
343	AM	ALINE ALVES CASTELO BRANCO ****CO@GMAIL.COM
344	AM	ANA NATIELEN CUNHA REIS ****28@GMAIL.COM
345	AM	ANDRE THIAGO OLIVEIRA DA SILVA ****06@GMAIL.COM
346	AM	ARTHUR RECH ****NI@HOTMAIL.COM
347	AM	AUGUSTO CESAR MOTA DA SILVA ****EZ@GMAIL.COM
348	AM	BARBARA FERREIRA ****06@OUTLOOK.COM
349	AM	BRIAN KELLEY ****20@GMAIL.COM
350	AM	BRUNA SOUSA ****11@GMAIL.COM
351	AM	CAIO VIEIRA DA SILVA ****25@GMAIL.COM
352	AM	CAMYLA COUTINHO BARROSO ****SO@GMAIL.COM
353	AM	CARLOS SANCHES ****10@GMAIL.COM
354	AM	CARLOS VITOR ****VS@GMAIL.COM
355	AM	CARMEN NOBRE ****RE@HOTMAIL.COM
356	AM	CAROL CHAVES ****UP@HOTMAIL.COM
357	AM	CATARINA CALHEIROS ****OS@GMAIL.COM
358	AM	CAUE TRIVELLATO ****TO@GMAIL.COM
359	AM	CECILIA VERONICA NUNEZ ****EZ@GMAIL.COM
360	AM	CESAR THADEU ****HD@HOTMAIL.COM
361	AM	CLEO VIDAL ****AL@GMAIL.COM
362	AM	DALTON VALLE ****LE@GMAIL.COM
363	AM	DANIEL CASTILHO ****HO@GMAIL.COM
364	AM	DANIEL CASTRO ****DC@GMAIL.COM
365	AM	DAVID SANTIAGO ****13@GMAIL.COM
366	AM	DAVI RICHARD ****A2@GMAIL.COM
367	AM	DAVI SAID ****ID@GMAIL.COM
368	AM	DEYVID NARCISO VIEIRA DIAS ****XD@GMAIL.COM
369	AM	DIONE CASTRO ****RO@GMAIL.COM
370	AM	DI SEIXAS ****DP@HOTMAIL.COM
371	AM	EDUARDA MARINHO ****18@GMAIL.COM
372	AM	EDUARDO MIRANDA DE ARRUDA ****AH@HOTMAIL.COM
373	AM	EDUARDO MORENO ****96@GMAIL.COM
374	AM	EDUARDO SILVA GOMES ****R@UEA.EDU.BR
375	AM	ELINE CACAU ****NE@GMAIL.COM
376	AM	EMANUELLY FALCAO ****21@GMAIL.COM
377	AM	EVAN SANTOS ****76@GMAIL.COM
378	AM	FABIO MADRUGA MADRUGA ****32@HOTMAIL.COM
379	AM	FELIPE CRUZ ****PE@HOTMAIL.COM
380	AM	FERNANDO MORAES ****18@GMAIL.COM
381	AM	FER TRINDADE ****13@GMAIL.COM
382	AM	FILIPE DE MELO LIMONGI ****GI@HOTMAIL.COM
383	AM	FILIPE REIS ****13@GMAIL.COM
384	AM	FRANKLYN SILVA MENTA ****TA@GMAIL.COM
385	AM	Gael Garcia ****AO@HOTMAIL.COM
386	AM	GILMAR HONORATO ****HS@HOTMAIL.COM
387	AM	GISELE DE SA ****LE@GMAIL.COM
388	AM	GRAZIELA VASCONCELOS ****AO@HOTMAIL.COM
389	AM	GREISSON DO VALE MARTINS ****11@GMAIL.COM
390	AM	GUIBSON BESSA MIRANDA ****18@GMAIL.COM
391	AM	GUSTAVO DANTAS ****03@GMAIL.COM
392	AM	GUSTAVO OLIVEIRA ****63@HOTMAIL.COM
393	AM	HEBERTO NAVARRO ****RO@GMAIL.COM
394	AM	HOMERO CAMURCA VARELA ****CV@GMAIL.COM
395	AM	IRLANDY CARDOSO DA ROCHA ****DY@GMAIL.COM
396	AM	ISABELA REIS ****18@GMAIL.COM
397	AM	JANNACY SOUSA ****JR@GMAIL.COM
398	AM	JAVAN PAIVA FILHO ****HO@GMAIL.COM
399	AM	JOAO ALECRIM ****12@GMAIL.COM
400	AM	JOAO ALFREDO RAMOS BRAGA ****91@GMAIL.COM
401	AM	JOAO GABRIEL WERNECK ****EL@WERNECK.COM.BR
402	AM	JOAO JARMI ****I_@HOTMAIL.COM
403	AM	JOAO PAULO ****AD@GMAIL.COM
404	AM	JONATHAN FELIPE ****ER@GMAIL.COM
405	AM	JONATHAN LIMA ****MA@GMAIL.COM
406	AM	JONATHAS REIS ****LE@HOTMAIL.COM
	AM	JONHATAN EDUARDO ****OR@LIVE.COM
	AM	JOSE AUGUSTO BJJ ****EL@HOTMAIL.COM
	AM	JOSIE SANTA RITA ARRAES ****60@GMAIL.COM
	AM	JULIA MELO ****81@GMAIL.COM
	AM	JULIANA MAIA ****WX@GMAIL.COM
	AM	JUNIO BENTES CORREA ****ES@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
413 AM	LARISSA FERNANDES ****_F@HOTMAIL.COM
414 AM	LAUREN NATHALYA ****LN@GMAIL.COM
415 AM	LECO JUCA ****AH@YAHOO.COM.BR
416 AM	LENNO NASCIMENTO ****LE@HOTMAIL.COM
417 AM	LEONARDO JUCA DE QUEIROZ ****75@GMAIL.COM
418 AM	LOIANE FRAGATA ****TA@GMAIL.COM
419 AM	LUCAS EDUARDO ****36@GMAIL.COM
420 AM	LUCAS MILHOMENS ****23@GMAIL.COM
421 AM	LUCAS MORENO ****NO@GMAIL.COM
422 AM	LUCAS TEIXEIRA ****LT@GMAIL.COM
423 AM	LUIS SOARES ****TA@GMAIL.COM
424 AM	MABEL BARSE ****20@GMAIL.COM
425 AM	MAKE KAULITZ ****KE@GMAIL.COM
426 AM	MARCELO ROSA ****ON@GMAIL.COM
427 AM	MARCELO SILVA ****CY@GMAIL.COM
428 AM	MARCOS BELEZA FILHO ****HO@GMAIL.COM
429 AM	MARCOS GABRIEL ****S7@GMAIL.COM
430 AM	MARCOS JEANS ****NS@GMAIL.COM
431 AM	MARIA CAROLINA ROSA ****EO@GMAIL.COM
432 AM	MARIA CLARA CUNHA SERFATY ****TY@GMAIL.COM
433 AM	MARIA IZABEL DA SILVA PADILHA ****A_@HOTMAIL.COM
434 AM	MARIO CESAR PEREIRA FRANCO ****TA@HOTMAIL.COM
435 AM	MATHEUS AZULAI ****AI@GMAIL.COM
436 AM	MATHEUS VELHO ****HO@GMAIL.COM
437 AM	MONICA PRESTES ****85@GMAIL.COM
438 AM	NATALIA OLIVEIRA ****C1@GMAIL.COM
439 AM	PEDRO BRASIL ****09@GMAIL.COM
440 AM	PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO ****DO@GMAIL.COM
441 AM	PLINIO ANNUNCIATO CERQUEIRA ****A_@HOTMAIL.COM
442 AM	RAMON FERREIRA ****.I@HOTMAIL.COM
443 AM	RODRIGO GOMES ****IA@GMAIL.COM
444 AM	ROGERIO CARLUCCI ****CI@GMAIL.COM
445 AM	SAMARA FABIANE ****83@GMAIL.COM
446 AM	SIDNEY DA SILVA ****ES@GMAIL.COM
447 AM	SILVIA PACHECO ****CO@GMAIL.COM
448 AM	SILVIA RIBEIRO DE MORAES ****85@SEDOCAM.PRO.BR
449 AM	SUE LOUIGGI ****CA@GMAIL.COM
450 AM	TARIK NINA ****NA@HOTMAIL.COM
451 AM	TARKAN TELES DE SENA ****NA@GMAIL.COM
452 AM	THIAGO BICUDO ****TO@GMAIL.COM
453 AM	TIAGO ORIONY PARKOUR ****NY@GMAIL.COM
454 AM	USIAS VARELA ****LA@GMAIL.COM
455 AM	VANESSA TROVAO PINTO ****OP@GMAIL.COM
456 AM	VICTOR HUGO ****DF@GMAIL.COM
457 AM	VINICIUS HEUFEMANN ****X1@GMAIL.COM
458 AM	WILL EMPUTECIDO ****OS@OUTLOOK.COM
459 AM	YGOR GUIMARAES ****HA@GMAIL.COM
460 AP	ALESSANDRO VALENTE ****97@GMAIL.COM
461 AP	ALPIO SANTOS DA COSTA ****37@GMAIL.COM
462 AP	BRENDON RODRIGUES ****AR@GMAIL.COM
463 AP	BRENDON RODRIGUES ****.N@GMAIL.COM
464 AP	BRUNO LUIS SOBRINHO ****GY@IMGOF.COM
465 AP	CAMILA COSTA ****06@GMAIL.COM
466 AP	CHRISTIANO JEAN-JACQUE ****UE@GMAIL.COM
467 AP	CLAUDIA FLEXA SANTOS ****22@GMAIL.COM
468 AP	GABRIEL BUENO FLORES DA SILVA ****ES@GMAIL.COM
469 AP	GESSICA ALMEIDA ****91@GMAIL.COM
470 AP	GLAUCIA GOMES DE OLIVEIRA ****GO@GMAIL.COM
471 AP	HANA DE PADUA ****S2@HOTMAIL.COM
472 AP	JONH DE PAULA ****AP@LIVE.COM
473 AP	JUNIOR MARTINS ****78@GMAIL.COM
474 AP	MATHEUS BARBOSA ****99@GMAIL.COM
475 AP	NATALIA RODRIGUES ****SC@ICLOUD.COM
476 AP	NICOLE LACERDA ****ES@GMAIL.COM
477 AP	NILSON SILVA ****FO@GMAIL.COM
478 AP	RAFAEL MONTELES ****23@GMAIL.COM
479 AP	RAFAEL SILVA ****98@GMAIL.COM
480 AP	RAPHAEL MELO ****LO@GMAIL.COM
481 AP	SHILLORRANA RODRIGUES ****SR@GMAIL.COM
482 AP	TAYRA REZENDE ****DE@GMAIL.COM
483 AP	THIAGO SILVA ****02@GMAIL.COM
484 AP	VITOR ALVES COSTA ****ES@HOTMAIL.COM
485 AP	YASMIN BORGES VASCONCELOS BRAGA ****GA@HOTMAIL.COM
486 BA	AB MENDES ****MS@HOTMAIL.COM
487 BA	ABNER COSTA ****22@GMAIL.COM
488 BA	ABRAHAO RAWLINSON ALVES ****03@HOTMAIL.COM
489 BA	ADAILTON CONCEICAO PRECIOSO DE SOUZA ****CS@HOTMAIL.COM
490 BA	ADDA LOUISE ****SE@HOTMAIL.COM
491 BA	ADEMILSON ALVES ****ON@GMAIL.COM
492 BA	ADONAI BONFIM ****P8@GMAIL.COM
493 BA	ADRIANA PEDREIRA TELLES ****NY@GMAIL.COM
494 BA	ADRIANO ALMEIDA ****OL@GMAIL.COM
495 BA	ADRIANO VENTURIM ****PW@OUTLOOK.COM
496 BA	ADRIELE REIS ****10@GMAIL.COM
497 BA	ADRIELLE FERREIRA ****A7@GMAIL.COM
498 BA	ADRIELLE SOUZA ****RI@GMAIL.COM
499 BA	AIRAN OLIVEIRA FERREIRA ****RA@HOTMAIL.COM
500 BA	AISLAN M. SACRAMENTO ****LO@HOTMAIL.COM
501 BA	AKIM CARVALHO SETENTA ****TA@GMAIL.COM
502 BA	ALANA VAZ ****92@GMAIL.COM
503 BA	ALAN MARTINS DE OLIVEIRA ****AN@GMAIL.COM
504 BA	ALANNA OLIVEIRA SANTOS ****OS@HOTMAIL.COM
505 BA	ALANN HENNESON ****20@GMAIL.COM
506 BA	ALAN SOUZA RIBEIRO ****IB@GMAIL.COM
507 BA	ALECKISS JHONHANTHAN FERREIRA SOUZA ****ZA@HOTMAIL.COM
508 BA	ALEXANDRE ARGOLO ****RE@HOTMAIL.COM
509 BA	ALEXANDRE LOPEZ ****82@GMAIL.COM
BA	ALEXANDRE MIRANDA ****PH@GMAIL.COM
BA	ALEXANDRE SCUSSEL MENDES ****E1@HOTMAIL.COM
BA	ALEXANDRE SOARES ****RA@GMAIL.COM
BA	ALEXANDRO BARRETO ****RO@GMAIL.COM
BA	ALEXSANDER MOURA ****68@GMAIL.COM
BA	ALICE PINTO ****II@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
516	BA ALINE SILVEIRA ****_@HOTMAIL.COM
517	BA ALISSON BRANDAO ****ON@GMAIL.COM
518	BA ALISSON HONORATO DIAS ****RO@HOTMAIL.COM
519	BA ALISSON SODRE ****RE@GMAIL.COM
520	BA ALI VICTORIA ****OW@GMAIL.COM
521	BA ALLAN FALCAO ****HY@GMAIL.COM
522	BA ALLAN PENA ****NA@GMAIL.COM
523	BA ALOISIO CAMPOS SANTA ROSA ****RO@YAHOO.COM.BR
524	BA ALOISIO PIRES ****ES@GMAIL.COM
525	BA AMANDA MACEDO ****14@GMAIL.COM
526	BA AMAURI CLENTS ****RO@GMAIL.COM
527	BA AMILCAR CARNEIRO DA CRUZ ****73@GMAIL.COM
528	BA AMORIM VL ****23@GMAIL.COM
529	BA ANA LAURA ****ER@GMAIL.COM
530	BA ANA LOUISE SANTANA GAMA ****28@GMAIL.COM
531	BA ANA LUIZA PESSOA OLIVEIRA ****04@GMAIL.COM
532	BA ANANDA COUTO LEEGAL ****TO@HOTMAIL.COM
533	BA ANA RITHA COSTA ****31@HOTMAIL.COM
534	BA ANDERSON A.C. ****TS@GMAIL.COM
535	BA ANDERSON ALVIM ****IM@HOTMAIL.COM
536	BA ANDERSON PARANHOS ****SA@GMAIL.COM
537	BA ANDREA CASTELLANO MOSTACO ****UZ@HOTMAIL.COM
538	BA ANDREA NASCIMENTO ****TO@GMAIL.COM
539	BA ANDRE ANDRADE ****13@HOTMAIL.COM
540	BA ANDRE EVANGELISTA ****HO@GMAIL.COM
541	BA ANDREI FERNANDES ****GA@HOTMAIL.COM
542	BA ANDREI JEAN ****L4@HOTMAIL.COM
543	BA ANDREI SANSIL ****IL@HOTMAIL.COM
544	BA ANDRE LIMA OLIVEIRA OLIVEIRA ****AL@GMAIL.COM
545	BA ANDRE LUIZ COUTINHO RUAS ****AS@GMAIL.COM
546	BA ANDRE RICARDO MENDONCA ****MS@HOTMAIL.COM
547	BA ANDRE SANTANA DA SILVA ****DS@GMAIL.COM
548	BA ANDRESSAH PASSOS ****SA@GMAIL.COM
549	BA ANDRESSON MUNIZ ****YZ@GMAIL.COM
550	BA ANDREY SANTIAGO ****GO@HOTMAIL.COM
551	BA ANGELO BATISTA DOS SANTOS NETO ****TO@GMAIL.COM
552	BA ANGELO STORINO ****NO@HOTMAIL.COM
553	BA ANNA LUA ****89@GMAIL.COM
554	BA ANNA LUIZA VELLOSO LEMOS ****OS@GMAIL.COM
555	BA ANNE CLEMENT ****AC@GMAIL.COM
556	BA ANNE FLAVIA NUNES ****BC@HOTMAIL.COM
557	BA ANTONIO LUIGI NEGRO ****RO@UFBA.BR
558	BA ARIANO FARIAS ****AS@HOTMAIL.COM
559	BA ARLENE FERNANDES SILVA ****24@HOTMAIL.COM
560	BA ARTHUR SOUSA ****81@GMAIL.COM
561	BA ARTUR SILVA ****DA@GMAIL.COM
562	BA ARYELE OLIVEIRA ****73@GMAIL.COM
563	BA ARY MAFRA ****E2@GMAIL.COM
564	BA ATAISA NOVAES ****MA@GMAIL.COM
565	BA ATHOS MOLTENI ****NI@GMAIL.COM
566	BA AVELAR CASTRO ****59@HOTMAIL.COM
567	BA AYLAN FREIRE ****RE@GMAIL.COM
568	BA BARBARA LARA ****ES@GMAIL.COM
569	BA BARBARA TORRES ****PA@HOTMAIL.COM
570	BA BARBARA VITAL ****AL@GMAIL.COM
571	BA BEATRIZ AMARAL ****DA@GMAIL.COM
572	BA BEATRIZ BRITO ****66@GMAIL.COM
573	BA BEATRIZ CARVALHO ****44@GMAIL.COM
574	BA BEATRIZ GOOSSENS ****NS@GMAIL.COM
575	BA BETO TOFFETTI ****IS@GMAIL.COM
576	BA BRENA REIS ****72@GMAIL.COM
577	BA BRENNO QUEIROZ ****38@GMAIL.COM
578	BA BRENO CAMPOS ****SA@GMAIL.COM
579	BA BRENO CORDEIRO ****MA@HOTMAIL.COM
580	BA BRENO PIRES ****FA@GMAIL.COM
581	BA BRUNA ALVES ****15@GMAIL.COM
582	BA BRUNA AMORIM ****94@GMAIL.COM
583	BA BRUNA DE JESUS AMARAL ****OS@GMAIL.COM
584	BA BRUNA MONTE ****E1@HOTMAIL.COM
585	BA BRUNO BELLO ****HU@GMAIL.COM
586	BA BRUNO MARTINEZ ****95@GMAIL.COM
587	BA BRUNO NASCIMENTO ****07@HOTMAIL.COM
588	BA BRUNO SANTANA ****77@GMAIL.COM
589	BA BRUNO SANTANA DA SILVA ****1D@GMAIL.COM
590	BA BRYAN ANDRADE ****20@HOTMAIL.COM
591	BA CABECA ISIDORO ****CA@HOTMAIL.COM
592	BA CAINAN CONSTANTINO ****23@GMAIL.COM
593	BA CAIO FONTANA PEREIRA ****93@GMAIL.COM
594	BA CAIO LEONES ****13@GMAIL.COM
595	BA CAIO MODESTO FARO ****22@GMAIL.COM
596	BA CAIO RIAN RODRIGUES DOS SANTOS ****63@GMAIL.COM
597	BA CAIRA HEREDA ****HP@GMAIL.COM
598	BA CAMILA PERDOMO RODRIGUES ****MO@HOTMAIL.COM
599	BA CAMILLE BUENO ****61@GMAIL.COM
600	BA CARLA ANDRADE ****04@YAHOO.COM.BR
601	BA CARLA DE CARVALHO ****RA@GMAIL.COM
602	BA CARLOS HENRIQUE MONTEIRO ****98@GMAIL.COM
603	BA CAROL BENEVIDES ****IS@GMAIL.COM
604	BA CAROLINE NOGUEIRA ****EM@GMAIL.COM
605	BA CAROLINE NOGUEIRA ****SN@GMAIL.COM
606	BA CASSIA ANDRADE ****LF@GMAIL.COM
607	BA CASSIA GONCALVES ****AL@HOTMAIL.COM
608	BA CASSIA MARIA DE ARAUJO SOUZA ****RA@GMAIL.COM
609	BA CATARINA SAMPAIO ****07@HOTMAIL.COM
610	BA CATHERINE RUANA DOS ANJOS ****NA@GMAIL.COM
611	BA CATHERINE SCHLUP ****UP@GMAIL.COM
612	BA CAUAN MELO ****00@GMAIL.COM
	BA CAUE SANTOS ****ON@HOTMAIL.COM
	BA CECILIA DINIZ ****11@HOTMAIL.COM
	BA CECILIA GOMEZ ****RA@GMAIL.COM
	BA CESAR CHRISTINI ****NI@GMAIL.COM
	BA CHARLES JONATHAS ****AS@HOTMAIL.COM
	BA CIBELE SANAIOTTI ****TI@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 142393

Nº UF Cidadão	
619	BA CINTIA BARBOSA ****DV@GMAIL.COM
620	BA CLAUDIO SANTOS DE CARVALHO JUNIOR ****26@GMAIL.COM
621	BA CLEONE SILVA FARIAS ****SF@HOTMAIL.COM
622	BA COISAS DO AXE ****02@GMAIL.COM
623	BA CONTA TRABALHO ****76@GMAIL.COM
624	BA CRISTIANE SOUSA ****93@GMAIL.COM
625	BA CRISTIANO MOREIRA PINTO ****TO@HOTMAIL.COM
626	BA CRISTOVAO MOURA ****RA@BOL.COM.BR
627	BA CRYSTIAN PUPO CAMPOS SILVERIO ****PO@GMAIL.COM
628	BA DAAN HOOSTER ****ER@GMAIL.COM
629	BA DAGILVAN MAIA SANTOS ****45@GMAIL.COM
630	BA DAIO RAIAN ****NO@GMAIL.COM
631	BA DAN BARBOSA ****09@HOTMAIL.COM
632	BA DANIEL ARAUJO ****NS@GMAIL.COM
633	BA DANIEL CANTARELLA ****EL@GMAIL.COM
634	BA DANIEL DA SILVA AZEVEDO ****DO@HOTMAIL.COM
635	BA DANIELE COSTA SOUZA DOS SANTOS ****2E@GMAIL.COM
636	BA DANIEL FALCAO ESTRELA ****US@GMAIL.COM
637	BA DANIEL FERREIRA DE ALMEIDA ****32@GMAIL.COM
638	BA DANIEL FREDERICO NOGUEIRA ****RA@GMAIL.COM
639	BA DANIEL HANUMAN ****US@HOTMAIL.COM
640	BA DANIEL MOURA ****SA@HOTMAIL.COM
641	BA DANIEL RODRIGUES ****96@GMAIL.COM
642	BA DANIEL SILVA SALES ****AL@GMAIL.COM
643	BA DANIEL SIMOES ****LE@GMAIL.COM
644	BA DANIEL SOUZA ****O1@GMAIL.COM
645	BA DANIEL VENTURA ****13@YAHOO.COM.BR
646	BA DANILO ALVES ****75@GMAIL.COM
647	BA DANILO JESUS TELES DE SOUSA ****S8@HOTMAIL.COM
648	BA DANILO LEITE ****18@HOTMAIL.COM
649	BA DANILO MERA BARROS DANILOMEIRA ****26@GMAIL.COM
650	BA DANILO OLIVEIRA LIMA ****43@GMAIL.COM
651	BA DANILO RIBEIRO ****02@HOTMAIL.COM
652	BA DANILO RICARDO ****61@GMAIL.COM
653	BA DANILO SANTOS ****10@HOTMAIL.COM
654	BA DANTE NORONHA ****OR@GMAIL.COM
655	BA DAVI CAMELO ****LO@HOTMAIL.COM
656	BA DAVID FERNANDES LIMA ****ID@HOTMAIL.COM
657	BA DAVID FERREIRA ****96@GMAIL.COM
658	BA DAVI MAIA ROCHA ****AR@HOTMAIL.COM
659	BA DAVI QUEIROZ DOS HUMILDES OLIVEIRA ****71@GMAIL.COM
660	BA DAVI SANTOS CONCEICAO ****ES@GMAIL.COM
661	BA DAYSA DEVINE ****NE@OUTLOOK.COM
662	BA DEBORAH PIZZATTO ****IA@GMAIL.COM
663	BA DEBORAH PRADO MARCONDES DOITSCHINOFF ****MD@HOTMAIL.COM
664	BA DEDU SANTOS ****RA@BOL.COM.BR
665	BA DEISIANE BARBOSA ****NE@GMAIL.COM
666	BA DENILSON SANTOS ****TO@HOTMAIL.COM
667	BA DENILSON SILVA ****78@GMAIL.COM
668	BA DE TUDO UM POUCO ****OS@GMAIL.COM
669	BA DICLEYTON SOUZA ****10@HOTMAIL.COM
670	BA DIEGO A. GOES MAIA ****IA@HOTMAIL.COM
671	BA DIEGO CHINEIZINHO ****GO@HOTMAIL.COM
672	BA DIEGO CHINNEIZINHO ****BA@GMAIL.COM
673	BA DIEGO HILLS ****RS@GMAIL.COM
674	BA DIEGO LEMOS ****PE@GMAIL.COM
675	BA DIEGO RANGEL ****GO@GMAIL.COM
676	BA DIEGO SANTANA DE OLIVEIRA SILVA ****RA@YAHOO.COM.BR
677	BA DIEGO SERRANO ****NO@HOTMAIL.COM
678	BA DILEUTON RODRIGUES DOURADO ****DI@GMAIL.COM
679	BA DIOGO COSTA ****MO@GMAIL.COM
680	BA DOAN DUARTE ****DD@HOTMAIL.COM
681	BA DOMINIQUE MOREIRA ****RE@GMAIL.COM
682	BA DOUGLAS RODRIGUES ****ES@HOTMAIL.COM
683	BA DOUG WEB ****AO@GMAIL.COM
684	BA DREA CELLOS ****OS@GMAIL.COM
685	BA DUAS DE CINCO ****TO@GMAIL.COM
686	BA EDER AUGUSTO ****FC@LIVE.COM
687	BA EDILENA MOURA ****KE@GMAIL.COM
688	BA EDMAR NEVES SANTOS ****93@GMAIL.COM
689	BA EDMAR SILVA SANTOS ****BE@GMAIL.COM
690	BA EDUARDO ALVES ****OS@GMAIL.COM
691	BA EDUARDO PINHEIRO ****NW@GMAIL.COM
692	BA EDUARDO PINTO ****55@HOTMAIL.COM
693	BA EDVALDO DOS SANTOS VEIGA JUNIOR ****K2@GMAIL.COM
694	BA ELCI BELOFF ****F2@GMAIL.COM
695	BA ELIANA GUIMARAES SILVA ****05@GMAIL.COM
696	BA ELINALDO SANTOS ****GE@OUTLOOK.COM
697	BA ELIO SILVA ****HO@GMAIL.COM
698	BA ELISAMA SANTANA ****NA@OUTLOOK.COM
699	BA ELISANGELA BRANDAO CERQUEIRA ****OW@HOTMAIL.COM
700	BA ELLEN PORTELLA ****LA@LIVE.COM
701	BA ELVIS SA ****02@YAHOO.COM.BR
702	BA EMERSON SILVA ****IS@LIVE.COM
703	BA EMILIO GAVIARA ****RA@GMAIL.COM
704	BA EOKIRIBB 074 PLAY ****23@GMAIL.COM
705	BA ERICK CANTONAR ****46@GMAIL.COM
706	BA ERICK COSTA ****00@GMAIL.COM
707	BA ERICK LUIS BIAO DOS REIS ****IS@HOTMAIL.COM
708	BA ERICK OLIVEIRA ****12@GMAIL.COM
709	BA ERICK RICARDO ****40@GMAIL.COM
710	BA ERICSON COSTA ****06@HOTMAIL.COM
711	BA ESDRAS MACEDO ****09@GMAIL.COM
712	BA ESDRAS MACHADO SILVA JUNIOR ****JR@GMAIL.COM
713	BA ESTER SANTOS DE LIMA PUGLIESI ****07@HOTMAIL.COM
714	BA ESTHER CRISTINA ****S5@GMAIL.COM
715	BA EUVINOFESTIVAL RESSONAR ****AL@GMAIL.COM
	BA EVELYN SOFIA ****72@GMAIL.COM
	BA EVERTON ALAN ****JR@HOTMAIL.COM
	BA EZEQUIEL NARCISO ****EL@GMAIL.COM
	BA FABIANA JARDIM ****90@GMAIL.COM
	BA FABIANO MANDELLI ****LI@IBEST.COM.BR
	BA FABIA SILVA DE SANTANA ****S9@YAHOO.COM.BR



7



PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 8, de 2021, do Programa e-Cidadania, por meio da qual se pretende estabelecer o *fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório*.

Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 8, de 2021, do Programa e-Cidadania, por meio da qual é proposto o *fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório*.

A SUG nº 8, de 2021, teve origem na Ideia Legislativa nº 147.685, que tem Bernardo Rangel Alves Correa como proponente. Em 23 de março de 2021, obteve os apoios necessários para se tornar sugestão legislativa, em observância ao disposto no art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19, de 2015, e do art. 102-E do Regimento Interno do Senado (RISF).

Por meio da SUG, é proposta a alteração do art. 143 da Constituição Federal para tornar o serviço militar facultativo, uma vez que a prestação de serviço militar de forma obrigatória pelos jovens iria contra o art. 5º da Constituição Federal e o art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No detalhamento, o proponente destaca que:

Devemos garantir aos jovens o exercício do Direito Civil da Liberdade, como Alistamento/Serviço Militar sendo opcional. A maioria dos países desenvolvidos não possuem essa obrigatoriedade, mostrando em alguns como EUA, França Reino Unido e Canadá, por exemplo, que o patriotismo pode fazer um melhor exército com pessoas mais felizes, preparadas, motivadas e satisfeitas.



Tendo a proposição continuado a tramitar, nos termos do art. 332 do RISF, fui novamente designado relator da matéria em 14 de março de 2023.

Passo, a seguir, à análise da proposição.

II – ANÁLISE

Conforme o parágrafo único do art. 102-E do RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

A obrigatoriedade do serviço militar está fixada no *caput* do art. 143 da Constituição Federal.

Desde já, parece-nos relevante chamar atenção para o fato de que somente pela via de proposta de emenda à Constituição se poderá afastar a obrigatoriedade do serviço militar. Como, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, essa espécie normativa não pode ser de autoria de Comissão, será necessário aplicar, por analogia, o parágrafo único do art. 356 do RISF, com o fim de reunir assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros da Casa.

Sobre o tema em específico, inicialmente há que se destacar que o serviço militar obrigatório faz parte de nossa tradição constitucional. A Carta do Império, de 1824, já continha previsão nesse sentido, embora, na prática, houvesse inúmeras isenções.

Na primeira Constituição Republicana, em 1891, também foi previsto. No entanto, sua regulamentação em caráter universal ocorreu em 1908 e somente foi implementada em 1916. As constituições que se seguiram mantiveram o serviço militar obrigatório até chegar na Constituição de 1988, cuja inovação foi a previsão de escusa *para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar* àqueles que alegarem *imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política*. No entanto, a escusa é válida tão somente para tempos de paz e os solicitantes terão de se alistar e prestar serviço alternativo.



É fato que, com o fim da Guerra Fria, vários países reformularam suas forças, optando pela redução de efetivos, adoção de serviço militar voluntário, profissionalização de seus quadros e modernização com uso progressivo de tecnologia.

Apesar de a legislação brasileira não acompanhar esse movimento, o que se vê, na prática, é que o serviço militar no Brasil ganhou caráter de voluntário. Essa circunstância ocorre pelo fato de que restrições orçamentárias impostas em diversos setores governamentais também afetam as Forças Armadas, que não conseguem absorver todo o contingente interessado na incorporação a seus quadros. E, nesse sentido, não é segredo que o processo de incorporação atualmente sofre manipulações daqueles mais abastados, os quais têm interesse em obter isenções da prestação de serviço militar, de modo que o recrutamento acaba por ocorrer quase que exclusivamente entre os jovens de famílias em situação de vulnerabilidade social e financeira.

Esse quadro, a nosso ver, revela que o serviço militar obrigatório é hoje uma opção política que não mais se sustenta por si mesma, tendo perdido sua razão de ser e, para além disso, reforça a divisão da sociedade entre os mais e menos favorecidos economicamente.

Não bastasse isso, ele é incompatível com valores democráticos, em especial por afrontar a liberdade individual. Ademais, acaba por se tornar empecilho para que as Forças Armadas invistam no recrutamento de indivíduos mais capacitados, realmente vocacionados e de perfil mais profissional.

Por fim, nos dias de hoje, é certo que o emprego da alta tecnologia pode dispensar a necessidade de um efetivo numeroso.

Dito isso, esperamos obter o apoio dos Senadores com o fim de transformar esta sugestão em proposta de emenda à Constituição.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 8, de 2021, na forma da seguinte Proposta de Emenda à Constituição:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO , DE 2023**

Altera os arts. 14, § 2º, e 143 da Constituição Federal, para tornar facultativa a prestação do serviço militar.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 14.**

.....

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os inscritos no serviço militar facultativo durante a prestação do serviço.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 143 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 143.** O serviço militar, em tempo de paz, é facultativo nos termos da lei.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 8/2021/SCOM

Brasília, 10 de maio de 2021

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 147685.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 147685

Título

Fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório

Descrição

Alterar o art.143 da Constituição Federal para "O serviço militar é facultativo nos termos da lei". Jovens não podem ser obrigados à prestar o Serviço Militar, vai contra o art.5º da Constituição e contra o art.III da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Podendo dificultar a vida de muitos. (sic)

Mais detalhes

Devemos garantir aos jovens o exercício do Direito Civil da Liberdade, com o Alistamento/Serviço Militar sendo opcional. A maioria dos países desenvolvidos não possuem essa obrigatoriedade, mostrando em alguns como EUA, França, Reino Unido e Canadá por exemplo, que o patriotismo pode fazer um melhor exército com pessoas mais felizes, preparadas, motivadas e satisfeitas. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Bernardo Rangel Alves Correa

E-mail: alves.bernardorangel@gmail.com

UF: MG

Data da publicação da ideia: 20/01/2021

Data de alcance dos apoios necessários: 23/03/2021

Total de apoios contabilizados até 09/05/2021: 34.132

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=147685>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

UF	APOIOS
AC	206
AL	352
AM	500
AP	102
BA	1.649
CE	1.289
DF	1.007
ES	644
GO	981
MA	387
MG	3.157
MS	409
MT	423
PA	696
PB	478
PE	1.232
PI	301
PR	1.886
RJ	3.760
RN	520
RO	226
RR	74
RS	2.144
SC	1.315
SE	280
SP	9.990
TO	124
TOTAL	34.132



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
1	AC	ADRIANE CORREA DA SILVA AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADRYA MIRELA AD****@GMAIL.COM
3	AC	AGNO JOHN ROCHA MAMEDE WI****@OUTLOOK.COM.BR
4	AC	ALEF CORDEIRO RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
5	AC	ANA CLARA CORLAITE AN****@GMAIL.COM
6	AC	ANA CLARA SILVA FERREIRA OT****@GMAIL.COM
7	AC	ANA KAROLAYNE ALVES BARROS AN****@GMAIL.COM
8	AC	ANA LUIZA SAMPAIO CASTRO SA****@GMAIL.COM
9	AC	ANA LUIZA STANICHESQUI AN****@HOTMAIL.COM
10	AC	ANDRE LUCAS DA SILVA CAVALCANTE AN****@GMAIL.COM
11	AC	ANNA LUIZZA AL****@GMAIL.COM
12	AC	ANNY CAROLINNY AN****@GMAIL.COM
13	AC	ANTONIO PEREIRA DA SILVA NETO NA****@GMAIL.COM
14	AC	APENAS TARGARYEN AN****@GMAIL.COM
15	AC	ARAMIS FERNANDES DE ASSIS AR****@GMAIL.COM
16	AC	ARTHUR BENJAMIM GUIMARAES AR****@GMAIL.COM
17	AC	ARTHUR DE CASTRO AR****@GMAIL.COM
18	AC	ARTHUR RODRIGUES AR****@GMAIL.COM
19	AC	AURELIANA SAMPAIO DOS SANTOS MA****@GMAIL.COM
20	AC	AYLA CALLIDORA AY****@GMAIL.COM
21	AC	B3AR K1LLER RO****@GMAIL.COM
22	AC	BEATRIZ DE ALBUQUERQUE AL****@GMAIL.COM
23	AC	BEATRIZ LADDANZA BE****@GMAIL.COM
24	AC	BEATRIZ TAYNA BI****@GMAIL.COM
25	AC	BRENO GONCALVES BR****@GMAIL.COM
26	AC	BRISA BRITO BR****@GMAIL.COM
27	AC	BRUNA BARCELOS BR****@GMAIL.COM
28	AC	BRUNO CAVALCANTE BR****@GMAIL.COM
29	AC	BRUNO PEREIRA BR****@GMAIL.COM
30	AC	BRUNO SANTANA BS****@GMAIL.COM
31	AC	CAIO BONFANTI CA****@GMAIL.COM
32	AC	CAIOTHULIUS 320 CA****@GMAIL.COM
33	AC	CAMILA CARLI CA****@GMAIL.COM
34	AC	CAROL NERY CA****@GMAIL.COM
35	AC	CLAUDEMIR DE OLIVEIRA MOTA CL****@YAHOO.COM.BR
36	AC	CLAUDIANA FERREIRA ANDRADE CL****@GMAIL.COM
37	AC	CLEBER AGUIAR SERRA CL****@GMAIL.COM
38	AC	DANIELA DE ANGELI DUTRA DA****@LIVE.COM
39	AC	DARK WIND BI****@GMAIL.COM
40	AC	DAVI DE SOUZA DA****@GMAIL.COM
41	AC	DAVI VALE DA****@YAHOO.COM.BR
42	AC	DEBORA RAYSA GUIMARAES DE****@GMAIL.COM
43	AC	DIEGO CHIERO DI****@GMAIL.COM
44	AC	DIOGO CHALUB BARBOSA DI****@ALU.ESCOLAPARQUE.G12.BR
45	AC	DJALMA ENES DJ****@GMAIL.COM
46	AC	DOUGLAS MORRISON DO****@HOTMAIL.COM
47	AC	EBERTE JUNIOR EB****@HOTMAIL.COM
48	AC	EDISON NEVES ED****@IBEST.COM.BR
49	AC	EDUARDO ROBERTO MAGNABOSCO ED****@GMAIL.COM
50	AC	ELESBAO PAULO PA****@GMAIL.COM
51	AC	EMANUELLY COSTA DE OLIVEIR CO****@GMAIL.COM
52	AC	EMILLY ALANNA AL****@GMAIL.COM
53	AC	ERICK SOUZA SANTOS ER****@GMAIL.COM
54	AC	ESTHEFANI EDUARDA DELFINO ES****@HOTMAIL.COM
55	AC	EU TEU MEU LO****@GMAIL.COM
56	AC	FERNANDA LODEIRO CORDEIRO FE****@GMAIL.COM
57	AC	FRANCISCA JULIE DA SILVA SIQUEIRA J.****@GMAIL.COM
58	AC	GABRIELA BARROS GA****@HOTMAIL.COM
59	AC	GABRIEL BRAGA HOLANDA GB****@GMAIL.COM
60	AC	GABRIEL COSTA DIENER DE MATOS GA****@GMAIL.COM
61	AC	GABRIEL DIAS GA****@GMAIL.COM
62	AC	GABRIEL GOMES GA****@GMAIL.COM
63	AC	GABRIEL LIMA GA****@GMAIL.COM
64	AC	GABRIEL MARQUES SE****@GMAIL.COM
65	AC	GABRIEL VENTURINI GA****@YAHOO.COM.BR
66	AC	GALO SNIPER GA****@GMAIL.COM
67	AC	GIDEAO VASCONCELOS GI****@GMAIL.COM
68	AC	GILMAR ASSIS OLIVEIRA GI****@HOTMAIL.COM
69	AC	GIOVANA HELENA CHINELATTO PEREIRA GI****@GMAIL.COM
70	AC	GOSTO DE RECLAMAR GU****@HOTMAIL.COM
71	AC	GUSTAVO OLIVEIRA DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM
72	AC	HENRRYKE OTONE HE****@GMAIL.COM
73	AC	IARA OLIVEIRA DA CUNHA EU****@GMAIL.COM
74	AC	IARA STEFANIE NEGRELLI VIEIRA IA****@GMAIL.COM
75	AC	IGOR HENRIQUE VITOR IG****@GMAIL.COM
76	AC	ILO PAIZ IL****@GMAIL.COM
77	AC	ISABELA PINHEIRO IS****@GMAIL.COM
78	AC	ISABELLY ARAUJO IS****@GMAIL.COM
79	AC	ITALO OLIVEIRA IT****@GMAIL.COM
80	AC	JAIDER FILHO JA****@GMAIL.COM
81	AC	JASON DE OLIVEIRA GOMES EN****@GMAIL.COM
82	AC	JEAN GORZIZA JE****@GMAIL.COM
83	AC	JEFTER TOME JE****@GMAIL.COM
84	AC	JESSE FERNANDES FE****@GMAIL.COM
85	AC	J.K JUNIOR JU****@GMAIL.COM
86	AC	JOAO FREITAS JO****@GMAIL.COM
87	AC	JOAO PEDRO JP****@GMAIL.COM
88	AC	JOAO PEDRO SIMOES JO****@HOTMAIL.COM
89	AC	JOGOS LEGAIS JO****@GMAIL.COM
90	AC	JOSE AUGUSTO SARAIVA JO****@HOTMAIL.COM
91	AC	JOSE RIBAMAR FEITOSA FARIAS RI****@GMAIL.COM
92	AC	JULIANO MURTINHO LIMA JU****@GMAIL.COM
93	AC	JUNIOR JEOVANE JU****@GMAIL.COM
94	AC	KAIOSHIN -SAMA LU****@GMAIL.COM
95	AC	KAREN MESQUITA KA****@HOTMAIL.COM
96	AC	KAUA EDUARDO BONIFACIO PEREIRA DOS SANTOS KA****@GMAIL.COM
97	AC	KAUA TOUSIGNANT KA****@GMAIL.COM
	AC	KAWAN GUSTAVO GOMES LESSA KA****@GMAIL.COM
	AC	KENDELLY REBECA KE****@GMAIL.COM
	AC	KEVI SOUSA KE****@GMAIL.COM
	AC	KONEKO CONTATO CO****@GMAIL.COM
	AC	LAIS AMARAL LA****@HOTMAIL.COM
	AC	LAIZINHAA SAVINON LA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF		Cidadão
104	AC	LARISSA ALMEIDA LA****@GMAIL.COM
105	AC	LARYSSA VICTORIA ALVES DA SILVA LA****@GMAIL.COM
106	AC	LAURA QUOS LA****@GMAIL.COM
107	AC	LAURA SOBRALINO LA****@GMAIL.COM
108	AC	LEONARDO AUGUSTO RO****@GMAIL.COM
109	AC	LETICIA LAURA ABRANTES CUNHA LE****@GMAIL.COM
110	AC	LEWIS HAMILTON LIMA CAVALCANTE LE****@GMAIL.COM
111	AC	LIVIA MARIA LI****@GMAIL.COM
112	AC	LOHAN KAUE LO****@GMAIL.COM
113	AC	LORENNIA SILVEIRA DECARLI LO****@ICLOUD.COM
114	AC	LOUHANNY LOPES LO****@HOTMAIL.COM
115	AC	LUAN CAVALCANTE DA SILVA LU****@GMAIL.COM
116	AC	LUANE PRESTES LU****@GMAIL.COM
117	AC	LUCAS GUSTAVO MOURA DA SILVA LU****@GMAIL.COM
118	AC	LUCAS RODRIGUES DA SILVA LU****@GMAIL.COM
119	AC	LUCAS SILVA LS****@GMAIL.COM
120	AC	LUDYMILA MAIA LU****@GMAIL.COM
121	AC	LUIS EDUARDO CUNHA LIMA CU****@GMAIL.COM
122	AC	LUIS GUSTAVO LU****@GMAIL.COM
123	AC	LUIS HENRIQUE GAMA LU****@GMAIL.COM
124	AC	LUIZ CAMPOS PI****@GMAIL.COM
125	AC	LUIZ GUSTAVO ROGERIO TAVARES DE OLIVEIRA LU****@GMAIL.COM
126	AC	MANUELE BARBOSA ARANHA AR****@GMAIL.COM
127	AC	MARCIO CAVALCANTE NUNES JUNIOR JU****@GMAIL.COM
128	AC	MARCOS PAULO MA****@GMAIL.COM
129	AC	MARCOS SILVA MS****@GMAIL.COM
130	AC	MARIA MARTINS MA****@YAHOO.COM.BR
131	AC	MARIA VITORIA CALDARELLI MA****@HOTMAIL.COM
132	AC	MARIA VITORIA TAMBURINE ARAUJO VI****@GMAIL.COM
133	AC	MARTIN 009 GA****@GMAIL.COM
134	AC	MARY MELO MA****@GMAIL.COM
135	AC	MARYNA ANUTE MS****@GMAIL.COM
136	AC	MATEUS DA SILVA DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
137	AC	MATEUS MELO MA****@GMAIL.COM
138	AC	MATHEUS COELHO MA****@GMAIL.COM
139	AC	MATHEUS SILVA AMORIM AM****@GMAIL.COM
140	AC	MATHEUS VENICIOS MV****@GMAIL.COM
141	AC	MAYARA BONATES MA****@GMAIL.COM
142	AC	MICHAELY LOREN COIMBRA SEGURADO MI****@GMAIL.COM
143	AC	MIGUEL FREITAS DOMICIANO GU****@GMAIL.COM
144	AC	MILENA AVILA MI****@GMAIL.COM
145	AC	NARUTO UZUMAKI PA****@GMAIL.COM
146	AC	NATHALYA DEA NA****@GMAIL.COM
147	AC	NATHALYA GONCALVES NA****@GMAIL.COM
148	AC	NAYARA TABORDA TA****@HOTMAIL.COM
149	AC	NN S XX****@GMAIL.COM
150	AC	PARK KIMBOO BR****@GMAIL.COM
151	AC	PATRICIA PAZ PA****@GMAIL.COM
152	AC	PAULO DANIEL PA****@GMAIL.COM
153	AC	PEDRO FLORA PE****@GMAIL.COM
154	AC	PEDRO FRANCA PE****@GMAIL.COM
155	AC	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS PE****@GMAIL.COM
156	AC	PEDRO R PE****@GMAIL.COM
157	AC	PERRERO GAMERLOL#HOST PE****@GMAIL.COM
158	AC	PLANKETON GAMER TH****@GMAIL.COM
159	AC	PRISCILA THOME NUZZI JO****@GMAIL.COM
160	AC	PRISCILLA MOURA MO****@HOTMAIL.COM
161	AC	RAFAEL ALVES ANDRAIDE RA****@GMAIL.COM
162	AC	RAFAEL GIRASOL RA****@GMAIL.COM
163	AC	RAFAEL SILVA RS****@GMAIL.COM
164	AC	RAFA PEREIRA RA****@HOTMAIL.COM
165	AC	RAIANNE LIBERAL COUTINHO RA****@HOTMAIL.COM
166	AC	RAISA CAROLINE J COELHO RA****@GMAIL.COM
167	AC	RAKEL SANTANA RA****@HOTMAIL.COM
168	AC	RANYARA PIMENTA RA****@GMAIL.COM
169	AC	RAQUEL SCHAFER RA****@GMAIL.COM
170	AC	RED STAR AR****@GMAIL.COM
171	AC	RENAN CARDOSO GOMES DE OLIVEIRA CA****@GMAIL.COM
172	AC	RENAN CARDOSO RE****@GMAIL.COM
173	AC	RENATO TORRES RE****@GMAIL.COM
174	AC	RICARDO CERQUEIRA LIMA DA GRACA PINTO LEITE RI****@GMAIL.COM
175	AC	RODRIGO PIRES KA****@GMAIL.COM
176	AC	ROSEMARY OLIVEIRA RO****@HOTMAIL.COM
177	AC	SAMYR FARIAS SA****@HOTMAIL.COM
178	AC	SAVYO LIMA SA****@GMAIL.COM
179	AC	SELMA GORDIJO SE****@GMAIL.COM
180	AC	SERENNYD DA SILVA PEREIRA SE****@GMAIL.COM
181	AC	SERGIO GOMES SE****@GMAIL.COM
182	AC	SIL DE LIMA RE****@GMAIL.COM
183	AC	SOFIA ROGERIO SR****@GMAIL.COM
184	AC	SOPHIA NEGREIRO SO****@GMAIL.COM
185	AC	SUZIE MORAES MO****@GMAIL.COM
186	AC	SYNDIA EMANUELE CAVALCANTE DA SILVA SY****@GMAIL.COM
187	AC	TALITHA MUNIZ IN****@GMAIL.COM
188	AC	TALYSSON BARBOSA BONFANTE TA****@GMAIL.COM
189	AC	THALLESON ALMEIDA CO****@GMAIL.COM
190	AC	THAYY GANDINI TH****@GMAIL.COM
191	AC	THIAGO BARBOSA TH****@GMAIL.COM
192	AC	THIAGO DA SILVA AZEVEDO SA****@GMAIL.COM
193	AC	THIAGO DE FREITAS PEREIRA TH****@GMAIL.COM
194	AC	UILAMI BARRETO DA SILVA UI****@GMAIL.COM
195	AC	VICTOR GOMES BARROS VG****@GMAIL.COM
196	AC	VICTOR LUAN LU****@GMAIL.COM
197	AC	VINICIUS EZEQUIEL VI****@GMAIL.COM
198	AC	VINICIUS OLIVEIRA ON****@GMAIL.COM
199	AC	VITOR CLESIO CL****@GMAIL.COM
200	AC	VITORIA DANKAR VI****@GMAIL.COM
		AC VITORIA MARTINS LIMAS VI****@GMAIL.COM
		AC WALISON SILVA WA****@GMAIL.COM
		AC WILLIAM SILVA DIOGO WI****@GMAIL.COM
		AC WILSON MOREIRA WI****@GMAIL.COM
		AC YAGO QUEIROZ YA****@GMAIL.COM
		AC YASMIN BRITO YA****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
207	AL	ADELMO NETO NE****@LIVE.COM
208	AL	ADLLA CARVALHO AD****@GMAIL.COM
209	AL	ADRIELLE FERREIRA DA SILVA GALDINO AD****@HOTMAIL.COM
210	AL	AGUIDA SILVA AG****@GMAIL.COM
211	AL	ALBIRATAN CANDIDO AL****@GMAIL.COM
212	AL	ALCKMIN ANDRE MARINHO SILVA AL****@GMAIL.COM
213	AL	ALEXANDRE SILVA SANTOS AL****@HOTMAIL.COM
214	AL	ALEX RODRIGUES DA SILVA AL****@GMAIL.COM
215	AL	ALEX VICTOR AL****@GMAIL.COM
216	AL	ALEX VICTOR LE****@GMAIL.COM
217	AL	ALI - AL****@GMAIL.COM
218	AL	ALVARO ARAUJO BARROS LO****@GMAIL.COM
219	AL	ALVARO MILLER AL****@GMAIL.COM
220	AL	AMANDA NASCIMENTO AM****@GMAIL.COM
221	AL	ANA ADRIELLY FERREIRA DOS SANTOS GA****@GMAIL.COM
222	AL	ANA BEATRIZ DOS SANTOS LUCIO AN****@GMAIL.COM
223	AL	ANA CARINE SANTOS TENORIO CABRAL DA COSTA CA****@GMAIL.COM
224	AL	ANA CARLA ALBUQUERQUE AN****@GMAIL.COM
225	AL	ANA CAROLINA SANTOS CAVALCANTI AN****@GMAIL.COM
226	AL	ANA JULIA RODRIGUES PESSOA JU****@GMAIL.COM
227	AL	ANA LIVIA ESTEVAO DE OLIVEIRA LI****@OUTLOOK.COM
228	AL	ANA RAQUEL AN****@GMAIL.COM
229	AL	ANA SARAH PONTES AN****@OUTLOOK.COM
230	AL	ANA VITORIA AN****@GMAIL.COM
231	AL	ANDERSON GONCALVES HE****@YAHOO.COM.BR
232	AL	ANDREA GAMA AN****@CECA.UFAL.BR
233	AL	ANDRE LUIZ FERNANDES LOUREIRO DA SILVA AN****@GMAIL.COM
234	AL	ANDRIELY FARIAS AN****@GMAIL.COM
235	AL	ANTHONY RAFAEL LIMA NAVARRO FERRO LI****@GMAIL.COM
236	AL	ANTONIO CARLOS MOLLERKE AN****@HOTMAIL.COM
237	AL	ARIELE VITALINO DE OLIVEIRA VI****@GMAIL.COM
238	AL	ARTHUR BEZERRA SANTOS NE****@GMAIL.COM
239	AL	ARTHUR SANTOS AV****@GMAIL.COM
240	AL	ARTHUR TORRES AR****@GMAIL.COM
241	AL	ARTHUR VINICIUS SOUZA OLIVEIRA AO****@GMAIL.COM
242	AL	ARYELLI EVELY SILVA EV****@GMAIL.COM
243	AL	AURELIO SILVA BIZARRIAS AU****@GMAIL.COM
244	AL	BABY JIMIN LE****@GMAIL.COM
245	AL	BARBARA LORRANY DA SILVA BA****@GMAIL.COM
246	AL	BEDSON LUCAS COSTA LESSA BE****@GMAIL.COM
247	AL	BRANCA DA VEIGA BARROS BR****@GMAIL.COM
248	AL	BRUNA EMANUELLY EM****@GMAIL.COM
249	AL	BRUNA MOURA SB****@GMAIL.COM
250	AL	BRUNO KUSANAGIBR BR****@GMAIL.COM
251	AL	CAIO MAGNO MA****@GMAIL.COM
252	AL	CAMILLE GRACINDO CA****@GMAIL.COM
253	AL	CARINE LOPES CA****@GMAIL.COM
254	AL	CARLA EVELLYN FERREIRA DOS SANTOS CA****@GMAIL.COM
255	AL	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS SILVA KA****@GMAIL.COM
256	AL	CARLOS MANOEL BOMFIM DA HORA CA****@GMAIL.COM
257	AL	CECY BE AV****@GMAIL.COM
258	AL	CEEFEDE DO FREEFIRE PO****@GMAIL.COM
259	AL	CHARLOTTE BOMFIM CH****@GMAIL.COM
260	AL	CHRYSTIAN CHRYSITCHEW COSTA CH****@GMAIL.COM
261	AL	CICERO BENTO MOURA CB****@GMAIL.COM
262	AL	CLARA DE LIMA NASCIMENTO CL****@GMAIL.COM
263	AL	CLESSIO ALVES CL****@GMAIL.COM
264	AL	CLEVERSSON LUCAS GOMES DA SILVA CL****@GMAIL.COM
265	AL	CROZE TT CR****@GMAIL.COM
266	AL	DANIEL OLIVEIRA DO****@GMAIL.COM
267	AL	DANIEL SILVA GA****@GMAIL.COM
268	AL	DANII VITOORIA DA****@GMAIL.COM
269	AL	DANILO WESLEY DA****@GMAIL.COM
270	AL	DANNTE GABRIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA DA****@GMAIL.COM
271	AL	DAVID RIDDLE DA****@GMAIL.COM
272	AL	DAYANA LIMA DA SILVA LIMA DA****@GMAIL.COM
273	AL	DAYSIANE SILVA DA****@LIVE.COM
274	AL	DEBORA GLEUZA DA SILVA ARAUJO AR****@GMAIL.COM
275	AL	DEBORA SILVA DE****@GMAIL.COM
276	AL	DEIVISSON DAVI FERNANDES DA****@GMAIL.COM
277	AL	DEIVISSON DAVI FERNANDES DOS SANTOS DA****@GMAIL.COM
278	AL	DE POUCOS UM TUDO MC****@GMAIL.COM
279	AL	DIEGO GABRIEL DI****@GMAIL.COM
280	AL	DIOGO FERREIRA DE LIMA DI****@GMAIL.COM
281	AL	EDUARDA ELISIO ED****@GMAIL.COM
282	AL	EDUARDA TAVARES DU****@HOTMAIL.COM
283	AL	EDUARDO ESDRAS ED****@GMAIL.COM
284	AL	EDUARDO JOSE DA SILVA ED****@GMAIL.COM
285	AL	EDUARDO LIMA ED****@GMAIL.COM
286	AL	EDUARDO SADI BATISTA MULLER ED****@GMAIL.COM
287	AL	EDUARDO SANTOS ED****@GMAIL.COM
288	AL	EDUARDO SANTOS ED****@GMAIL.COM
289	AL	ELIZABETH SANTOS KR****@GMAIL.COM
290	AL	ELO CARD SL****@GMAIL.COM
291	AL	ELOISA COSTA MATIAS EL****@HOTMAIL.COM
292	AL	EMANOEL VINICIUS DA SILVA PI****@GMAIL.COM
293	AL	EMERSON LUIZ RODRIGUES DA SILVA BE****@GMAIL.COM
294	AL	ENIRALDO OLIVEIRA SANTOS EN****@GMAIL.COM
295	AL	ERIC WINICIUS DOS SANTOS LIMA ER****@GMAIL.COM
296	AL	ESHILEY GIOVANA WH****@GMAIL.COM
297	AL	ESTHER G. ES****@GMAIL.COM
298	AL	EU VIIH LA****@GMAIL.COM
299	AL	EVELLYN SARASWATI VI****@GMAIL.COM
300	AL	EVY SILVA EV****@GMAIL.COM
301	AL	EWDJA AWANE EW****@GMAIL.COM
302	AL	FELIPE ARA FE****@GMAIL.COM
303	AL	FELIPE FERREIRA DE SOUZA FF****@GMAIL.COM
	AL	FELIPPE CORREIA DE AMORIM AF****@GMAIL.COM
	AL	FERNANDO MARCIO NA****@GMAIL.COM
	AL	FLAVIN DO PNEU FL****@GMAIL.COM
	AL	GABRIEL BARBOSA GA****@GMAIL.COM
	AL	GABRIEL DE OLIVEIRA QUINTINO QU****@GMAIL.COM
	AL	GABRIEL INACIO GA****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
310	AL	GABRIELLY ATAIDE MA****@GMAIL.COM
311	AL	GABRIEL MARIANO 08****@GMAIL.COM
312	AL	GABRIEL OLIVEIRA ABELEND DE SENA BI****@HOTMAIL.COM
313	AL	GABRIEL QUIRINO GQ****@GMAIL.COM
314	AL	GABRIEL ROCHA GM****@GMAIL.COM
315	AL	GABRIELY RODRIGUES TEIXEIRA GA****@GMAIL.COM
316	AL	GABRYEL SAMERSON GUEDES MOREIRA GA****@GMAIL.COM
317	AL	GALAXIA DO LUCAS LU****@GMAIL.COM
318	AL	GENYVALL PAULLO WA****@YAHOO.COM.BR
319	AL	GEORGE DA SILVA ROCHA JUNIOR GE****@GMAIL.COM
320	AL	GILDO NETO GI****@GMAIL.COM
321	AL	GIOVANNA ALICE SG****@GMAIL.COM
322	AL	GIOVANNA MERCIA ARAUJO DE MOURA GI****@GMAIL.COM
323	AL	GISELE SOUZA GI****@OUTLOOK.COM
324	AL	GIULLIA CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
325	AL	GLORIA STEPHANY ST****@GMAIL.COM
326	AL	GUILHERME AUGUSTO DA COSTA SOUZA JJ****@GMAIL.COM
327	AL	GUILHERME FERREIRA TAVARES GU****@GMAIL.COM
328	AL	GUILHERME MEDEIROS GU****@GMAIL.COM
329	AL	GUSTAVO RAFAEL DA SILVA GU****@ALUNO.EDUC.AL.GOV.BR
330	AL	GUUH SENNA CH****@HOTMAIL.COM.BR
331	AL	HANNY SANTANA FERREIRA HA****@GMAIL.COM
332	AL	HANRY ABREU HA****@GMAIL.COM
333	AL	HEITOR CESAR BARROS DE LIMA HE****@GMAIL.COM
334	AL	HENRIQUE HOTMART HE****@GMAIL.COM
335	AL	HENRIQUE SILVA HE****@GMAIL.COM
336	AL	HIAGO LOPES CAVALCANTE HI****@GMAIL.COM
337	AL	HYUAN SOUZA HY****@GMAIL.COM
338	AL	IAGO MAURICIO IA****@GMAIL.COM
339	AL	IAN CAIO IA****@GMAIL.COM
340	AL	IAN TONIAL DA****@GMAIL.COM
341	AL	IASMIN MAIRA BATISTA BARROS IA****@GMAIL.COM
342	AL	IERROR 404 GL****@GMAIL.COM
343	AL	IGOR RAFAEL IG****@GMAIL.COM
344	AL	IN MY HEAD FR****@GMAIL.COM
345	AL	IRACEMA EMANUELLA SANTOS DUARTE ARAUJO EM****@GMAIL.COM
346	AL	ISAAC ALFREDO IS****@GMAIL.COM
347	AL	ISABELLE ISIS VASCONCELOS SANTOS DE LIMA IS****@GMAIL.COM
348	AL	ISABELLE PACHECO DE CARVALHO IS****@GMAIL.COM
349	AL	ISABELLY BERNADINO IS****@GMAIL.COM
350	AL	ISABELLY RAYZA IS****@GMAIL.COM
351	AL	ISIS NOGUEIRA CAVALCANTE RODRIGUES UM****@GMAIL.COM
352	AL	IZABELA VALERIA ALVES DA SILVA IZ****@HOTMAIL.COM
353	AL	IZABEL VIGLIONI SALES CAFE CA****@GMAIL.COM
354	AL	IZAURA MOURA IZ****@GMAIL.COM
355	AL	JACKELYNE LOURENCO JA****@GMAIL.COM
356	AL	JACKSON VIEIRA DOS SANTOS JA****@HOTMAIL.COM
357	AL	JADSON SOARES PEREIRA AMORIM JA****@GMAIL.COM
358	AL	JAMILLY RIKELLY DA SILVA SANTOS RI****@GMAIL.COM
359	AL	JARLENE BEATRIZ LIMA DA SILVA BE****@GMAIL.COM
360	AL	JEFFERSON DOS SANTOS MENEZES JE****@GMAIL.COM
361	AL	JEIMY LOHANY JE****@GMAIL.COM
362	AL	JHENESSE KESIA SILVA SANTOS JH****@GMAIL.COM
363	AL	JHOAO ELYMARIO DE OLIVEIRA SANTOS JH****@GMAIL.COM
364	AL	JHON WILK DA SILVA LEITE JH****@GMAIL.COM
365	AL	JJPLAYER GAMES JU****@GMAIL.COM
366	AL	JOAO CAVALCANTE JO****@HOTMAIL.COM
367	AL	JOAO LUCAS JB****@GMAIL.COM
368	AL	JOAO LUCIO SA****@GMAIL.COM
369	AL	JOAO PAULO SANTOS CALADO JP****@GMAIL.COM
370	AL	JOAO PEDRO DE OLIVEIRA ATAIDE ALVES JO****@GMAIL.COM
371	AL	JOAO PEDRO FERREIRA DO NASCIMENTO JP****@GMAIL.COM
372	AL	JOHN DANYEL LE****@GMAIL.COM
373	AL	JONATHAN CAETANO JO****@GMAIL.COM
374	AL	JONATHAS MROTZECK JO****@GMAIL.COM
375	AL	JOSE FERNANDES JO****@GMAIL.COM
376	AL	JOSE HENRIQUE BARBOSA SILVA JH****@ALUNO.IFAL.EDU.BR
377	AL	JOSE KAYO KA****@GMAIL.COM
378	AL	JOSE LUCAS MA****@GMAIL.COM
379	AL	JOSE MARCOS MA****@HOTMAIL.COM
380	AL	JOSE NALISSON DA SILVA TENORIO NA****@GMAIL.COM
381	AL	JOSE RODOLFO BARROS TEIXEIRA RO****@GMAIL.COM
382	AL	JOSE SILVA CA****@GMAIL.COM
383	AL	JOSE THIAGO JO****@GMAIL.COM
384	AL	JOSSIELI LOPES DA SILVA JO****@GMAIL.COM
385	AL	JOYCE FERREIRA JO****@GMAIL.COM
386	AL	JOYCE TEIXEIRA JO****@GMAIL.COM
387	AL	JULIA BARROS MJ****@HOTMAIL.COM
388	AL	JULIANA SILVA JS****@GMAIL.COM
389	AL	JULIA STHEFANY DE OLIVEIRA ALCANTARA JU****@GMAIL.COM
390	AL	JULIA VITORIA CAMARA DE OLIVEIRA LISBOA JU****@GMAIL.COM
391	AL	JULIO EMERSON JU****@GMAIL.COM
392	AL	JULYA LILIAN CANDIDO CARNAUBA LI****@GMAIL.COM
393	AL	KAIKY IBSON DA SILVA VIEIRA KA****@GMAIL.COM
394	AL	KAMILLY CAVALCANTI KA****@GMAIL.COM
395	AL	KASPBRAKBOY BR JO****@GMAIL.COM
396	AL	KATSUSHIKA HOKUSAI HO****@GMAIL.COM
397	AL	KAUANY ESTEPHANE KA****@GMAIL.COM
398	AL	KAWA DOS SANTOS FERREIRA LIMA SC****@GMAIL.COM
399	AL	KAYKY EMANUEL EM****@GMAIL.COM
400	AL	KIRARI MOMOBAMI CL****@GMAIL.COM
401	AL	KLEBER LUCAS SANTOS DE PAULA KL****@GMAIL.COM
402	AL	KLEBER WELLINGTON KL****@GMAIL.COM
403	AL	KRISLAYNE WILKA WK****@GMAIL.COM
404	AL	LAIRA VERAS DE****@GMAIL.COM
405	AL	LAIS CANUTO CR****@GMAIL.COM
406	AL	LAIS MAXI LA****@GMAIL.COM
	AL	LARA ANDRADE LA****@HOTMAIL.COM
	AL	LARA COUTINHO LA****@GMAIL.COM
	AL	LARA VITORIA LA****@GMAIL.COM
	AL	LARISSA COSTA BRANDAO CO****@GMAIL.COM
	AL	LARISSA EMILLY EM****@GMAIL.COM
	AL	LARISSA GABRIELA LA****@OUTLOOK.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
413	AL	LAURA GIOVANA ALVES DE SOUZA DO****@GMAIL.COM
414	AL	LAYANNE MELO LD****@GMAIL.COM
415	AL	LAYS MADEIRO LA****@GMAIL.COM
416	AL	LEANDRO DIONIZIO MEDEIROS LE****@GMAIL.COM
417	AL	LEEH GAMER LE****@GMAIL.COM
418	AL	LEGEND GAMESTM JO****@GMAIL.COM
419	AL	LETZ BARBOSA LE****@GMAIL.COM
420	AL	LILIAN DE BRITO CARVALHO NA****@GMAIL.COM
421	AL	LOBO NORDESTINO GU****@GMAIL.COM
422	AL	LORRANY CARVALHO DE ARAUJO AR****@GMAIL.COM
423	AL	LUANE CARLOS LU****@GMAIL.COM
424	AL	LUANE SOARES DE SANTANA LU****@ICLOUD.COM
425	AL	LUAN FERNANDES LU****@GMAIL.COM
426	AL	LUANNA SUASSUNA 07****@GMAIL.COM
427	AL	LUCAS BARROS DE SOUZA LU****@GMAIL.COM
428	AL	LUCAS LYRA AGUIAR LU****@GMAIL.COM
429	AL	LUCAS MARINHO SANTOS GA****@GMAIL.COM
430	AL	LUCAS MARINHO SANTOS LU****@HOTMAIL.COM
431	AL	LUCAS SANTOS LU****@HOTMAIL.COM
432	AL	LUCAS SILVA DE ABREU LU****@GMAIL.COM
433	AL	LUCAS TENORIO LU****@GMAIL.COM
434	AL	LUCAS VINICIUS LINS DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
435	AL	LUCAS VINICIUS LINS DOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
436	AL	LUIS DUARTE FREITAS LU****@GMAIL.COM
437	AL	LUIS FERNANDO RAMOS MELO NA****@GMAIL.COM
438	AL	LUIS GUSTAVO LU****@GMAIL.COM
439	AL	LUIS VINICIUS VI****@GMAIL.COM
440	AL	LUIZ FELIPE DA SILVA BARROS LU****@GMAIL.COM
441	AL	LUIZ FHELIPE DA SILVA ALVES FH****@HOTMAIL.COM
442	AL	LUIZ HENRIQUE MESSIAS DANTAS LU****@GMAIL.COM
443	AL	LYLIAN AGUIAR LY****@AIM.COM
444	AL	MANUELLA BARROS MA****@GMAIL.COM
445	AL	MARCELO CASADO MA****@ARAPIRACA.UFAL.BR
446	AL	MARCELO DE LIMA DE****@GMAIL.COM
447	AL	MARCELO NASCIMENTO MA****@GMAIL.COM
448	AL	MARCOS ROBERVAL ALVES DA SILVA RO****@GMAIL.COM
449	AL	MARCOS VINICIUS ALVES DA SILVA MA****@HOTMAIL.COM
450	AL	MARCOS VINICIUS FREITAS VF****@GMAIL.COM
451	AL	MARCUS CORREA MENDES FA****@GMAIL.COM
452	AL	MARCUS VINICIUS DE SOUZA CLARINDO VI****@GMAIL.COM
453	AL	MARIA DEIZIELLE2 MA****@GMAIL.COM
454	AL	MARIA EDUARDA RODRIGUES LAURENTINO MA****@GMAIL.COM
455	AL	MARIA ELIZABETE SANTOS EL****@GMAIL.COM
456	AL	MARIAH EDUARDA DE LIMA ALBUQUERQUE ROCHA GUIMARAES MA****@GMAIL.COM
457	AL	MARIA HELOYSE HE****@GMAIL.COM
458	AL	MARIA ISABELLE CAVALCANTE SILVA AN****@HOTMAIL.COM
459	AL	MARIANA CARVALHO LI****@GMAIL.COM
460	AL	MARIA NATALIA MN****@GMAIL.COM
461	AL	MARIA PAULA JECEV PAULINHA MA****@GMAIL.COM
462	AL	MARINA MARTINI MA****@GMAIL.COM
463	AL	MASTER WILL MA****@GMAIL.COM
464	AL	MATEUS NASCIMENTO MN****@GMAIL.COM
465	AL	MATHEUS AZEVEDO MA****@GMAIL.COM
466	AL	MATHEUS AZEVEDO MA****@HOTMAIL.COM
467	AL	MC SOSO KKK EAE MAN AR****@GMAIL.COM
468	AL	MEGA DANILO ME****@GMAIL.COM
469	AL	MELISSA TAVARES ME****@GMAIL.COM
470	AL	MEUVICIO MV FE****@GMAIL.COM
471	AL	MIA OLIVEIRA MI****@GMAIL.COM
472	AL	MIGUEL CAVALCANTE DA SILVA MI****@GMAIL.COM
473	AL	MIGUEL FERREIRA MI****@HOTMAIL.COM
474	AL	MIKAEL DE JESUS AK****@GMAIL.COM
475	AL	MILY VIANA VI****@GMAIL.COM
476	AL	MISAKI ICECREAMCAKE MA****@GMAIL.COM
477	AL	MIZURI ELSE SL****@GMAIL.COM
478	AL	MORGANA BEATRIZ DE SOUZA OLIVEIRA BE****@GMAIL.COM
479	AL	NATHALIE MARIA DOS SANTOS VIEIRA NA****@GMAIL.COM
480	AL	NA TONICO KK****@GMAIL.COM
481	AL	NICOLLE COSTA ON****@HOTMAIL.COM
482	AL	NI COOL NI****@GMAIL.COM
483	AL	NIKOLE REGINA NI****@GMAIL.COM
484	AL	NIVYA FERNANDA NI****@GMAIL.COM
485	AL	NORRANE FERREIRA FG****@GMAIL.COM
486	AL	NUMERO SEIS SI****@GMAIL.COM
487	AL	PABLO HENRIQUE PA****@GMAIL.COM
488	AL	PANDA WARRIOR LE****@GMAIL.COM
489	AL	PAULO HENRIQUE IA****@GMAIL.COM
490	AL	PAULO HENRIQUE PH****@GMAIL.COM
491	AL	PEDRO CONRADO SANTOS DONATO PE****@GMAIL.COM
492	AL	PEDRO HENRIQUE DE FARIAS LIMA HE****@GMAIL.COM
493	AL	PEDRO HENRIQUE P****@GMAIL.COM
494	AL	PEDRO MANOEL EMIDIO CORREIA CI****@GMAIL.COM
495	AL	PEDRO MATHEUS PM****@GMAIL.COM
496	AL	PEDRO NY. GAMEPLAYS PE****@GMAIL.COM
497	AL	PEDRO OLIVEIRA PE****@GMAIL.COM
498	AL	PEDRO SANTOS JP****@GMAIL.COM
499	AL	PEDRO VINICIUS DE LIMA VI****@GMAIL.COM
500	AL	PEDRO VINICIUS PE****@GMAIL.COM
501	AL	PEDRO VINICIUS PE****@GMAIL.COM
502	AL	PHILL COSTA DE****@GMAIL.COM
503	AL	PLIXPY DEVIL GU****@GMAIL.COM
504	AL	POLIANE DA SILVA CHAGAS PO****@HOTMAIL.COM
505	AL	POUL JIORGIO LIMA DE SOUSA PO****@GMAIL.COM
506	AL	RAFAEL ALVES MATA DE OLIVEIRA RA****@LIVE.COM
507	AL	RAMON SOUSA RA****@GMAIL.COM
508	AL	RAMON VICENTE SANTANA DOS SANTOS BL****@GMAIL.COM
509	AL	RAYANE KAROLINE PEREIRA RA****@GMAIL.COM
	AL	RAYSSA RODRIGUES RA****@GMAIL.COM
	AL	RAYSSA VITORIA LINS FERREIRA RA****@GMAIL.COM
	AL	RENAN CAIO RC****@GMAIL.COM
	AL	RENATO MIRANDA 16****@GMAIL.COM
	AL	RENER JUNIOR PA****@GMAIL.COM
	AL	RHUT ROBERTA DOS SANTOS RH****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
516	AL	ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO VI****@GMAIL.COM
517	AL	ROBERT RODRIGUES SC****@GMAIL.COM
518	AL	RODRIGO HENRIQUE DE MELO SILVA RO****@GMAIL.COM
519	AL	RODRIGO SANTOS RO****@GMAIL.COM
520	AL	ROSARIO CHARISE SANTANA REIS RO****@HOTMAIL.COM
521	AL	ROSY KLEYDES RO****@HOTMAIL.COM
522	AL	RUAN TENORIO RU****@GMAIL.COM
523	AL	SAD BRU'H BR****@GMAIL.COM
524	AL	SAH ADR SA****@GMAIL.COM
525	AL	SAMANTHA CHARISE PATRICIO IM****@HOTMAIL.COM
526	AL	SAMIR SANTOS SA****@GMAIL.COM
527	AL	SANDERSON GABRIEL SA****@GMAIL.COM
528	AL	SANTIAGO MALAQUIAS SA****@GMAIL.COM
529	AL	SILVIO TENORIO SI****@GMAIL.COM
530	AL	SOLDADO ABATIDO CO****@GMAIL.COM
531	AL	SOPHIA DOS ANJOS SPINDOLA ME****@GMAIL.COM
532	AL	SUMMER WINTER LE****@GMAIL.COM
533	AL	SUN SHINE SO****@GMAIL.COM
534	AL	TAYLOR COSTA TA****@GMAIL.COM
535	AL	TAYSSA GIOVANNA DA SILVA DIAS TA****@GMAIL.COM
536	AL	THAIS NOBRE TA****@GMAIL.COM
537	AL	THALES PANTALEAO FERREIRA TH****@GMAIL.COM
538	AL	THAYS NORMA SOUZA DE MELLO TH****@GMAIL.COM
539	AL	THIAGO BELARMINO DA SILVA TH****@GMAIL.COM
540	AL	THIAGO LUCAS TH****@GMAIL.COM
541	AL	TIO CHARLI CH****@GMAIL.COM
542	AL	UM DESCONHECIDO QUALQUER VA****@GMAIL.COM
543	AL	VALMIR FEITOSA BARROS VA****@GMAIL.COM
544	AL	VANESSA VITORIA VA****@GMAIL.COM
545	AL	VICTOR ALBUQUERQUE JO****@GMAIL.COM
546	AL	VINICIUS FEIJO FE****@GMAIL.COM
547	AL	VINIH GOMES JA****@GMAIL.COM
548	AL	VINYH DE AL IZ****@GMAIL.COM
549	AL	VITOR DE MELO SANTOS ME****@GMAIL.COM
550	AL	VITORIA SOUZA VI****@GMAIL.COM
551	AL	VITOR MANUEL VI****@ALUNO.EDUC.AL.GOV.BR
552	AL	VITOR M. VS****@GMAIL.COM
553	AL	WILLAMY'S DAVISON SANTOS NASCIMENTO WI****@GMAIL.COM
554	AL	WILLIANE DA SILVA SANTOS WI****@GMAIL.COM
555	AL	YASMIN CAROLINE MARINHO VILAR YC****@GMAIL.COM
556	AL	YASMIN GABRIELLE SOARES SANTOS YA****@GMAIL.COM
557	AL	YOHANNA SAMARA YO****@GMAIL.COM
558	AL	ZIRA GABRIELLY ZG****@GMAIL.COM
559	AM	11985 BEATRIZ SILVA GONCALVES MOREIRA A1****@AECARLOSTEIXEIRA.NET
560	AM	21 COSTA VI****@GMAIL.COM
561	AM	ADRIA CRISTIE SILVA REIS CR****@GMAIL.COM
562	AM	ADRIANNE DE LAFAYETTE AD****@GMAIL.COM
563	AM	ADRIANO BELEM AD****@GMAIL.COM
564	AM	ADRIANO DA SILVA TERRAZAS FILHO DR****@GMAIL.COM
565	AM	ADRIA QUEIROZ AD****@GMAIL.COM
566	AM	ADRIEL PINHEIRO GOMES AD****@GMAIL.COM
567	AM	ADRYA EDUARDA BERREDO VIEIRA SH****@GMAIL.COM
568	AM	AGATA CRISTIAN LIMA DA SILVA AG****@GMAIL.COM
569	AM	ALEJANDRO PINTO AL****@GMAIL.COM
570	AM	ALESSANDRA ARAUJO PA****@GMAIL.COM
571	AM	ALEXSANDRO BATISTA AL****@GMAIL.COM
572	AM	ALEX VASCONCELOS AL****@GMAIL.COM
573	AM	ALEX VIANA AL****@GMAIL.COM
574	AM	ALICE MIRANDA LI****@GMAIL.COM
575	AM	ALINE BRITTO AL****@MSN.COM
576	AM	ALLAN RAFAEL HADDAD DE BRITO FA****@GMAIL.COM
577	AM	ALUIZIO GONCALVES BRASIL JUNIOR AL****@GMAIL.COM
578	AM	AMANDA CRISTINA ALVES DOS SANTOS AM****@SEDUCAM.G12.BR
579	AM	AMANDA GABRIELA AM****@GMAIL.COM
580	AM	AMANDA MELO CRUZ AM****@GMAIL.COM
581	AM	ANA BEATRIZ ARAUJO AR****@GMAIL.COM
582	AM	ANA CLARA AN****@GMAIL.COM
583	AM	ANA CLARA PEDROZA MARINHO AN****@GMAIL.COM
584	AM	ANA LETICIA SILVA DE PAULA AN****@GMAIL.COM
585	AM	ANA LUIZA PICANCO CUNHA AL****@GMAIL.COM
586	AM	ANDERSON SENA AN****@GMAIL.COM
587	AM	ANDREA OLIVEIRA AD****@GMAIL.COM
588	AM	ANDRE FERREIRA NOGUEIRA AN****@GMAIL.COM
589	AM	ANDRESSA MOTTA MO****@GMAIL.COM
590	AM	ANDRE THIAGO AN****@GMAIL.COM
591	AM	ANDRE WEYNE AN****@GMAIL.COM
592	AM	ANDREW LUCAS GOMES DE MELO AN****@GMAIL.COM
593	AM	ANGELO GARCIA PEREIRA BE****@GMAIL.COM
594	AM	ANGELO ROSSI MU****@GMAIL.COM
595	AM	ANNE GRANGER AN****@GMAIL.COM
596	AM	ANTONELA COUTINHO AN****@GMAIL.COM
597	AM	ANTONIO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA AH****@GMAIL.COM
598	AM	ANTONIO MACHADO AM****@GMAIL.COM
599	AM	ANTONIO SILVA KA****@GMAIL.COM
600	AM	ARIADINA BORGES AMARO DA SILVA JU****@GMAIL.COM
601	AM	ASSIRIA SANTIAGO AS****@GMAIL.COM
602	AM	A TAL DA SARA SA****@GMAIL.COM
603	AM	AUGUSTO ADRIEL LIMA TEODORIO AU****@GMAIL.COM
604	AM	AYRTON LUIZ DA SILVA DE OLIVEIRA AY****@GMAIL.COM
605	AM	BARBARA BIANCA RIBEIRO DE SOUZA BI****@GMAIL.COM
606	AM	BARBARA GONCALVES BR****@GMAIL.COM
607	AM	BATATA MATADORA LU****@GMAIL.COM
608	AM	BEATRIZ AMORIM BE****@GMAIL.COM
609	AM	BEATRIZ JEREZ BY****@GMAIL.COM
610	AM	BEATRIZ LIMA AN****@GMAIL.COM
611	AM	BEATRIZ SOUZA FERREIRA VI****@GMAIL.COM
612	AM	BEL CARDOSO SW****@GMAIL.COM
		AM BIA TAKAHIRO AN****@HOTMAIL.COM
		AM BRENDA DE PAULA CINTRA GOMES BD****@GMAIL.COM
		AM BRENDA MEDEIROS PARENTE FU****@GMAIL.COM
		AM BRENDA SAMPAIO BR****@GMAIL.COM
		AM BRUNA CASTRO BR****@GMAIL.COM
		AM BRUNO MYOUI BG****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 147685

Nº UF Cidadão		
619	AM	BURGUESZINN LND AV****@GMAIL.COM
620	AM	BUTECO DAS SPELMANS BU****@GMAIL.COM
621	AM	CAIO ARCOS CA****@GMAIL.COM
622	AM	CALL TV CA****@GMAIL.COM
623	AM	CAMILA AKEMI CA****@GMAIL.COM
624	AM	CARLOS CHARLES PEREIRA MICHILES CA****@GMAIL.COM
625	AM	CARLOS EDUARDO CA****@GMAIL.COM
626	AM	CARLOS EDUARDO MACHADO RIKER CA****@GMAIL.COM
627	AM	CARLOS HENRIQUE DE ARAUJO OBANDO CA****@GMAIL.COM
628	AM	CARLOS MEDEIROS ME****@GMAIL.COM
629	AM	CAROLINA FREITAS CA****@GMAIL.COM
630	AM	CAROLINA MORAES MA****@GMAIL.COM
631	AM	CAROLINE FURTADO MAGALHAES CA****@GMAIL.COM
632	AM	CAROLINY ALVES CA****@GMAIL.COM
633	AM	CASSIO FERREIRA CA****@GMAIL.COM
634	AM	CASSIUS CAMPOS CM****@GMAIL.COM
635	AM	CATARINA VALENTE SMITH CA****@OUTLOOK.COM
636	AM	CAT ELLY KA****@GMAIL.COM
637	AM	CATUPIRY LAGADO EV****@GMAIL.COM
638	AM	CAYNA ANDRADE CA****@GMAIL.COM
639	AM	CECILIA MAIA SOUZA CE****@GMAIL.COM
640	AM	CELINY MENDES DE SOUZA LI****@GMAIL.COM
641	AM	CHARLES BEZERRA CH****@GMAIL.COM
642	AM	CHARLIZE DE PAIVA CH****@GMAIL.COM
643	AM	CHUPA KU 777 MA****@GMAIL.COM
644	AM	CLARA MELLO CL****@GMAIL.COM
645	AM	CLARA MOTA MC****@YAHOO.COM.BR
646	AM	DALTON NASCIMENTO PANTOJA DU****@GMAIL.COM
647	AM	DANIEL DA COSTA SOARES DA****@GMAIL.COM
648	AM	DANIEL DE LIMA VIEIRA DA****@GMAIL.COM
649	AM	DANIELE COSTA DA****@GMAIL.COM
650	AM	DANIELLA MOURAO MO****@GMAIL.COM
651	AM	DANIELLA NEGREIROS ALVES DA****@GMAIL.COM
652	AM	DANILO AGUIAR DA****@GMAIL.COM
653	AM	DARVI SALVADOR DA****@GMAIL.COM
654	AM	DAVID FEROLDI DA****@OUTLOOK.COM
655	AM	DAVI SILVA DS****@GMAIL.COM
656	AM	DEBORA SOUZA DE****@HOTMAIL.COM
657	AM	DEVKNOT 'S DE****@GMAIL.COM
658	AM	DHEYSE JESSICA MONTEIRO DE SOUZA DH****@GMAIL.COM
659	AM	DIEGO BARROS DI****@GMAIL.COM
660	AM	DIEGO COELHO CARVALHO CO****@OUTLOOK.COM
661	AM	DIELES MAGALHAES DI****@GMAIL.COM
662	AM	DIMITRI SOFTER DI****@GMAIL.COM
663	AM	DIOHGANA KALIFA SENA DOS SANTOS DI****@GMAIL.COM
664	AM	DJULIA JOHANNA CALDAS DJ****@GMAIL.COM
665	AM	DORIAN MENEZES DO****@HOTMAIL.COM
666	AM	DOUGLAS TIAGO DO****@GMAIL.COM
667	AM	DUDAH SOUZA ED****@GMAIL.COM
668	AM	DYONATTAM PEYBLO SOUZA COSTA DY****@GMAIL.COM
669	AM	EDIONEY BARROS VIEIRA ED****@GMAIL.COM
670	AM	EDUARDA RIBEIRO PA****@GMAIL.COM
671	AM	EDUARDA TOPOR MORAES ED****@HOTMAIL.COM
672	AM	EDUARDO ANDRE ED****@GMAIL.COM
673	AM	EDUARDO MORAES LU****@GMAIL.COM
674	AM	EDUARDO SANTOS SILVA ED****@LIVE.COM
675	AM	EDUARDO TEIXEIRA CAVALCANTE ED****@GMAIL.COM
676	AM	EIGUSTAVO JF GJ****@GMAIL.COM
677	AM	ELIENAI PENHA EL****@GMAIL.COM
678	AM	ELIS REGINA SANTOS DE ALMEIDA EL****@GMAIL.COM
679	AM	ELIZABETH MACHADO DOS SANTOS EL****@GMAIL.COM
680	AM	ELSIVAN CARVALHO DA SILVA JU****@GMAIL.COM
681	AM	ELTON LIRA EL****@GMAIL.COM
682	AM	EMERSON CORREA EM****@GMAIL.COM
683	AM	EMILY ARAUJO DOS SANTOS AR****@GMAIL.COM
684	AM	ENOS LOPES XAVIER EN****@GMAIL.COM
685	AM	ENZO GABRIEL SOUZA COSTA EN****@GMAIL.COM
686	AM	EPIPHANY ' NT****@GMAIL.COM
687	AM	ERIC BORGES BF****@GMAIL.COM
688	AM	ERICK MAICON MA****@GMAIL.COM
689	AM	ERICKSON MEDEIROS ER****@HOTMAIL.COM
690	AM	ERIMAR INOCENCIO OLIVEIRA ER****@GMAIL.COM
691	AM	ESTER GUIMARAES ST****@GMAIL.COM
692	AM	FABIANA PERES FP****@GMAIL.COM
693	AM	FABIO VINICIUS VI****@GMAIL.COM
694	AM	FELIPE DUARTE FE****@OUTLOOK.COM
695	AM	FELIPE FERREIRA GARCIA FE****@GMAIL.COM
696	AM	FELIPE LIMA FE****@GMAIL.COM
697	AM	FELIX NASCIMENTO 1C****@GMAIL.COM
698	AM	FELLIPO SOUZA BA****@GMAIL.COM
699	AM	FERNANDA DIAS FE****@GMAIL.COM
700	AM	FERNANDA PINTO FE****@GMAIL.COM
701	AM	FERNANDO AUGUSTO XD****@GMAIL.COM
702	AM	FERNANDO SANTOS DE ARAUJO AR****@YAHOO.COM.BR
703	AM	FRANCISCO LUPPINO FR****@GMAIL.COM
704	AM	FREITAS SEIXAS SE****@GMAIL.COM
705	AM	GABRIELA BARBOSA BARROS GA****@OUTLOOK.COM
706	AM	GABRIELA FERREIRA MOTTA GA****@GMAIL.COM
707	AM	GABRIELA PETILLO NEVES AUZIER GA****@GMAIL.COM
708	AM	GABRIEL DANTAS DA SILVA NE****@GMAIL.COM
709	AM	GABRIEL DUARTE CAVALCANTE GD****@GMAIL.COM
710	AM	GABRIEL DUARTE DE SOUZA GA****@GMAIL.COM
711	AM	GABRIELE PENHA GA****@GMAIL.COM
712	AM	GABRIEL IMAY DIAZ GA****@GMAIL.COM
713	AM	GABRIEL PEREIRA GP****@GMAIL.COM
714	AM	GABRIEL PEREIRA LOPES PE****@ICLOUD.COM
715	AM	GABRIEL ROCHA DE ALMEIDA GA****@GMAIL.COM
	AM	GABRIEL SIMOES GA****@GMAIL.COM
	AM	GABRIEL VICTOR TORRES DA MATA GA****@SEDUCAM.G12.BR
	AM	GABRIEL WILLIAM SILVA DA COSTA MA****@GMAIL.COM
	AM	GECIANE MIRANDA DO****@GMAIL.COM
	AM	GENKI DAMA RP****@GMAIL.COM
	AM	GERMANO JUNIOR JR****@HOTMAIL.COM



8



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha em alusão ao "Agosto Lilás" – Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Mulher. A Audiência Pública será realizada no plenário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher.

Como extensão da Audiência Pública, e em alusão à campanha “Agosto Lilás”, permanecerá na primeira quinzena de agosto a exposição de um Banco Vermelho na Praça das Abelhas (espaço em frente às alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves) do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A violência contra a mulher no Brasil persiste, exigindo constante atenção e ações contundentes do poder público. Dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados em abril de 2024, apontam que o Brasil registrou mais de 1.460 feminicídios em 2023, o maior número desde o início da série histórica em 2015. Os registros de lesão corporal dolosa no contexto de violência doméstica ultrapassaram 280 mil casos em 2023, com crescimento de mais de 7% em relação ao ano anterior. Apenas no primeiro trimestre de 2024, os



dados preliminares apontam para a manutenção da curva ascendente, reforçando a urgência de ações integradas e simbólicas.

O Atlas da Violência 2025 revelou que, entre 2022 e 2023, o número de homicídios femininos no Brasil teve crescimento de 2,5%, com uma média de 10 mulheres mortas por dia no país¹. Em 2024, dados do Ministério das Mulheres indicam que, apesar de uma diminuição de 5,07% nos casos de violência letal contra as mulheres em comparação com 2023 (1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte em 2024, contra 1.438 feminicídios e 2.707 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte em 2023), o Brasil registrou mais de meio milhão de ocorrências de estupro de mulheres entre 2015 e 2024 (591.495 casos). Em 2024, mesmo com uma queda de 1,44% nos registros de estupros, o país ainda contabilizou o equivalente a 196 casos por dia.² Esses números sublinham a urgência de intensificar as campanhas de conscientização e os mecanismos de proteção às vítimas.

A campanha "Agosto Lilás" é uma iniciativa crucial para jogar luz sobre essa problemática. A proposição desta Audiência Pública, com a abrangência de uma campanha, visa não apenas debater as causas e consequências da violência, mas também mobilizar a sociedade e o próprio parlamento para a construção de soluções. Embora a iniciativa seja da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, nossa proposta é realizar **um trabalho conjunto com a Bancada Feminina do Senado e a Procuradoria Especial da Mulher**.

Adicionalmente, a iniciativa contempla a instalação de um Banco Vermelho na Praça das Abelhas, em consonância com a Lei 14.942, de 2024, que incluiu o Projeto Banco Vermelho no âmbito da campanha Agosto Lilás. Este banco, com suas mensagens de reflexão e contatos para denúncia (como o Ligue 180), servirá como um símbolo permanente da luta contra a violência, um lembrete visual da importância de proteger e apoiar as vítimas. A presença do Banco Vermelho no coração do Senado reforça o compromisso institucional com a causa.



Outra ação de grande impacto visual e simbólico que se propõe é a iluminação da cúpula do Senado Federal com a cor lilás durante todo o mês de agosto, a exemplo do que já ocorre tradicionalmente no Poder Legislativo. Este gesto, amplamente reconhecido e aguardado pela sociedade, reforça o engajamento do Senado na campanha e projeta a mensagem de combate à violência contra a mulher para todo o país.

Para garantir o sucesso e a abrangência desta campanha, é imperativa a colaboração de diversos órgãos do Senado Federal, que desempenharão papéis cruciais na organização, divulgação e execução das atividades. O envolvimento intersetorial demonstra o compromisso do Senado com a causa e fortalece a mensagem de combate à violência contra a mulher.

Órgãos Envolvidos e Justificativa de Envolvimento:

- **Presidência do Senado Federal:** Fundamental para conceder o aval institucional e o apoio político necessário para a realização de uma campanha de tal magnitude, garantindo a prioridade e o reconhecimento da iniciativa no âmbito da Casa Legislativa.

- **Diretoria-Geral:** Essencial para a coordenação geral e o suporte administrativo e logístico aos diversos órgãos envolvidos, assegurando a sinergia e a efetividade das ações.

- **Primeira Secretaria:** Indispensável para a formalização da reserva de espaço na Praça das Abelhas e a alocação de recursos materiais e humanos necessários para a infraestrutura do evento.

- **Serviço de Eventos e Cerimonial:** Responsável pela organização técnica dos eventos, incluindo a montagem da estrutura para as performances, sonorização, iluminação e o cerimonial das atividades propostas.



- **Secretaria de Relações Públicas:** Crucial para a divulgação interna e externa da campanha, elaborando materiais informativos, notas à imprensa e estratégias de comunicação para alcançar o público em geral e a mídia.

- **Secretaria TV Senado:** Vital para a transmissão e cobertura jornalística das atividades, alcançando um público nacional e dando ampla visibilidade à campanha e aos debates promovidos.

- **Núcleo de Apoio ao Comitê Gestor do Site do Senado Federal:** Essencial para a divulgação digital da campanha, criação de páginas específicas no site do Senado, publicação de notícias, fotos e vídeos, e interação com o público através das plataformas online.

- **Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal:** De fundamental importância para a expertise temática, fornecendo dados, estudos e análises sobre a violência contra a mulher, além de auxiliar na curadoria de conteúdo para os debates e materiais informativos.

- **Dataseado:** Primordial para verificar a possibilidade de exposição de totens interativos com dados estatísticos atualizados sobre a violência contra a mulher, tornando as informações mais acessíveis e impactantes para os visitantes.

- **Secretaria de Patrimônio:** Indispensável para o apoio logístico na alocação e instalação do Banco Vermelho, bem como de outros mobiliários e equipamentos necessários para a ambientação do espaço.

- **Conselho do Coral do Senado Federal:** Responsável pela coordenação e apresentação do coral em momentos específicos da campanha, agregando valor artístico e emocional às atividades.

- **Secretaria de Polícia do Senado Federal:** Fundamental para garantir a segurança local durante todo o período da campanha, controlando o acesso, monitorando o espaço e assegurando a tranquilidade dos participantes e visitantes.



• **Instituto Banco Vermelho:** Essencial para a parceria na instalação e contextualização do Banco Vermelho, uma vez que a organização é especialista na utilização deste símbolo para conscientização e combate ao feminicídio, oferecendo apoio e orientação sobre os canais de ajuda para as vítimas. O Instituto Banco Vermelho representa a sociedade civil na luta da violência contra a mulher.

Diante do exposto, e considerando a relevância do tema e a urgência de ações efetivas no combate à violência contra a mulher, solicitamos a aprovação deste requerimento e o engajamento dos órgãos citados para o sucesso da campanha "Agosto Lilás" no Senado Federal.

[1] CNN Brasil. Brasil tem dez mulheres assassinadas por dia, segundo Atlas da Violência 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-tem-dez-mulheres-assassinadas-por-dia-segundo-atlas-da-violencia/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

[2] Ministério das Mulheres. Ministério das Mulheres lança o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - Raseam 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/marco/ministerio-das-mulheres-lanca-o-relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-2025>. Acesso em: 4 jul. 2025.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2025.

Senadora Damares Alves

